

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas – FAFICH
Programa de Pós-graduação em Antropologia

Horrana Grieg e Souza Oliveira

MEMÓRIAS DO FAZER CIDADE:
lutas por direitos na formação do bairro Betânia

Belo Horizonte

2024

Horrana Grieg e Souza Oliveira

**MEMÓRIAS DO FAZER CIDADE:
lutas por direitos na formação do bairro Betânia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Moreira Santos

Área de Concentração: Antropologia Social

Linha de Pesquisa: Território, poder e ambiente

Belo Horizonte

2024

| | |
|---------------------|--|
| 306 O48m 2024 | <p>Oliveira, Horrana Grieg e Souza.</p> <p>Memórias do fazer cidade [manuscrito] : lutas por direitos na formação do bairro Betânia / Horrana Grieg e Souza Oliveira. - 2024.</p> <p>155 f. : il.</p> <p>Orientadora: Ana Flávia Moreira Santos.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Antropologia – Teses. 2. Etnologia – Teses. 3. Cidades e vilas - Teses. 4. Bairro Betânia (Belo Horizonte, MG) - Teses. I.Santos, Ana Flávia Moreira . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.</p> |
|---------------------|--|

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA DE HERRANA GRIEG E SOUZA
OLIVEIRA (MATRÍCULA N.º 2021652194)**

Aos 02 (dois) dias do mês de julho de 2024 (dois mil e vinte e quatro), reuniu-se às 13:00 horas, por meio da plataforma virtual Google Meet, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Dissertação intitulada: **“MEMÓRIAS DO FAZER CIDADE: lutas por direitos na formação do bairro Betânia”** requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, área de concentração: Antropologia Social - linha de pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelas(os) professoras(es) doutoras(es): **Ana Flávia Moreira Santos (PPGAN/UFMG) - orientadora, Ana Beatriz Vianna Mendes (PPGAN/UFMG), e Maria Tereza Fonseca Dias (DIP/FACULDADE DE DIREITO/UFMG)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Ana Flávia Moreira Santos, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda, Herrana Grieg e Souza Oliveira, para apresentação da sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelos(as) examinadores(as), com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição dos(as) examinadores(as), a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 02 de julho de 2024.

Membros da Comissão Examinadora:

Ana Flávia Moreira Santos (PPGAN/UFMG) - Orientadora

Ana Beatriz Vianna Mendes (PPGAN/UFMG)

Maria Tereza Fonseca Dias (DIP/FACULDADE DE DIREITO/UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Tereza Fonseca Dias, Professora do Magistério Superior**, em 03/07/2024, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Viana Mendes, Professora do Magistério Superior**, em 03/07/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Moreira Santos, Professora do Magistério Superior**, em 04/07/2024, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3335043** e o código CRC **F1BCFF85**.

Dedico esse trabalho a minha mãe Mirca, seja onde a senhora estiver, que essa conquista possa te alcançar e te orgulhar. A pessoa que sou hoje é o resultado da sua dedicação, cuidado, amparo, criação, educação e amor.

AGRADECIMENTOS

Durante a minha trajetória pessoal para a construção desse trabalho enfrentei inúmeros desafios. Mesmo com um filho pequeno para criar consegui a “duras penas” concluir o meu Mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais, contudo, tal feito não foi isento de dedicação e sacrifícios. Por longos períodos precisei me manter afastada do convívio com a minha família e longe da minha casa, nesse sentido, início aqui meus agradecimentos indicando inicialmente a gratidão que tenho do meu filho Éder por compreender e aceitar os momentos em que precisei estar mais afastada, a você meu eterno Obrigada. Não posso esquecer também de lembrar da minha irmã Yaskára e do pai do meu filho que também colaborou para essa conquista. Estendo também os meus agradecimentos ao meu pai Getúlio, meu irmão Vitor, minha madrinha Soraia, minhas primas Emiliana e Bruna, minha afilhada Luiza, meus sobrinhos Giovana e Nikolas, minha madrastra Conceição, meus familiares paternos e maternos, meus amigos, em especial Rafael, Paulo, Lilian e Welbson. Meu muito obrigada pelo apoio dado, pela compreensão e encorajamento constante.

Gostaria de expressar minha estima à minha orientadora Ana Flávia pelo seu apoio constante e valiosas contribuições ao longo deste processo de pesquisa. A equipe de servidores da Universidade Federal de Minas Gerais: Alessandro, Aninha e Viviane pelo suporte e apoio junto a instituição. Aos meus colegas de pós graduação que compartilharam esse percurso junto comigo. Ressalto a importância que tiveram os estimados professores do departamento de Antropologia da UFMG, cujo conhecimento e ensino foram imprescindíveis para me formarem Mestre.

Agradeço imensamente todas as pessoas do bairro Betânia e da paróquia São Sebastião que colaboraram com essa dissertação, em especial a Viviane, Padre Luís, Onilda, Fiota, Célia, Agnaldo, Adelaide, Rodsley e Belchior, bem como a arquiteta Débora. Sem essas pessoas em meu caminho dificilmente conseguiria ter escrito essa Dissertação.

Deixo aqui também meu reconhecimento em relação aos membros do Grupo Opinião Pública, da UFMG, pela valiosa contribuição para a minha formação enquanto pesquisadora. A professora Mara Telles merece um agradecimento especial, não apenas como minha orientadora de monografia, mas também como minha grande amiga, cujo apoio e suporte foram fundamentais para a concretização deste e de outros projetos profissionais.

A todos vocês, meu mais sincero obrigada por fazerem parte deste importante capítulo da minha jornada acadêmica.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo, analisar a trajetória de formação do bairro Betânia, na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais, a partir das concepções de “Fazer Cidade” preconizado por Agier (2015). Para tanto, trabalharei a história de construção do bairro, paralelamente a história da capital mineira, frente a influência da igreja católica. Não obstante, histórias de lutas dos moradores são apresentadas para demonstrar as disputas sociais por mais direitos e inclusão no mapa da cidade. Por fim, analisarei os impactos sociais da irregularidade fundiária junto ao bairro. Para etnografar os processos vividos pelos moradores, utilizei minha própria trajetória de vida e contato com a comunidade como mediação. Contextualizei o universo da etnografia, expondo os caminhos seguidos na pesquisa e ajustando a metodologia conforme surgiam novos objetivos e desafios. A dinâmica da cidade e as situações sociais mutáveis exigiram adaptações metodológicas contínuas, moldadas pelas interações no campo e pela revisão constante dos paradigmas adquiridos por mim no Direito e na Antropologia.

É importante ressaltar que o bairro Betânia possui ligações complexas com diversos componentes da vida social, dificultando a inferência de causalidades completas entre eventos. No entanto, o método etnográfico permite compreender influências que seriam invisíveis em modelos estatísticos. Assim, a dissertação não pretende oferecer uma visão totalizadora do Betânia, mas, a partir de um recorte específico, entender as dimensões relevantes da realidade social do local ao longo da trajetória de pesquisa e atuação.

Palavras-chave: etnografia; fazer-cidade; bairro Betânia; regularização fundiária.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyse the formation trajectory of a specific neighbourhood named Betânia, located in Belo Horizonte, the state capital of Minas Gerais. The analysis is grounded in the concepts of "Making the city" advocated by Agier (2015). With this objective in mind, I will research the construction history of Betânia in conjunction with the history of the state capital, while also examining the influence of the Catholic Church. However, accounts of residents' struggles are presented to illustrate social conflicts for greater rights and inclusion on the city's map. At the end, the social impacts of land irregularities in the neighbourhood will be examined. To emphasise the experiences of residents in ethnographic contexts, my own life trajectory and interactions with the community will be used as mediators. The field of ethnography is contextualised by delineating the paths followed in the research and adjusting the methodology as new objectives and challenges emerge. The dynamics of urban areas and evolving social circumstances require continuous methodological adaptations. I shall apply these adaptations based on the interactions in the field and the constant review of the paradigms acquired through my studies in law and anthropology.

It is important to emphasise that Betânia has intricate connections with various aspects of social life, making it challenging to infer complete causal relationships between events. However, the ethnographic method allows us to understand influences that would be invisible in statistical models. Consequently, the dissertation does not seek to provide a comprehensive overview of Betânia. From a specific perspective, the main goal is to comprehend the relevant aspects of social reality in the neighbourhood during the research and performance process.

Keywords: ethnography; making the city; Betânia neighbourhood; land regularization.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Árvore Genealógica da família de Felicíssimo Alves e Úrsula Paulina..... | 16 |
| Figura 2 – Registro da entrevista: À esquerda da foto está Dona Fiota, à direita, Dona Alaíde | 17 |
| Figura 3 – Foto da Reunião realizada entre mim (à frente), Pe. Luís e Viviane (ao fundo) | 18 |
| Figura 4 – Unidades de planejamento de Belo Horizonte..... | 20 |
| Figura 5 – Imagem por satélite do Bairro Betânia..... | 21 |
| Figura 6 – Mosaico de fotos dos entrevistados..... | 33 |
| Figura 7 – A planta geral da cidade de Belo Horizonte..... | 35 |
| Figura 8 – Imagem do bairro Betânia capturada por satélite..... | 52 |
| Figura 9 – Brasil e Minas Gerais - Grau de urbanização 1940/2000 | 64 |
| Figura 10 – Registro fotográfico do casamento de Claudina (Dona Dinica) – primeiro casamento realizado na paróquia São Sebastião..... | 90 |
| Figura 11 – Transição religiosa no Brasil: 1940-2032 | 93 |
| Figura 12 – Mapa Conjunto Betânia: Situação Fundiária em 2024 | 107 |
| Figura 13 – Vista aérea do Conjunto habitacional Betânia | 108 |
| Figura 14 – Modalidades de Parcelamento do solo | 109 |
| Figura 15 – Principais pontos da lei de loteamento de solo I..... | 111 |
| Figura 16 – Principais pontos da lei de loteamento de solo II..... | 112 |
| Figura 17 – Andamento processual do processo administrativo de regularização do seu Belchior | 117 |
| Figura 18 – Planta Ilegível Conjunto Habitacional Betânia | 136 |
| Figura 19 – Planta Legível Conjunto Habitacional Betânia | 137 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1: Dados das entrevistas realizadas por Viviane..... | 32 |
| Tabela 2: Dados das entrevistas que realizei | 32 |
| Tabela 3: População e taxa de crescimento BH e RMBH..... | 127 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| RELATÓRIO DE PESQUISA: BREVE CONSIDERAÇÕES | 11 |
| 1. Contato com o lugar, interlocutores e posição na pesquisa: posição da pesquisadora | 11 |
| 2. Diário de campo: modo pelo qual se desenvolveu a observação participante | 15 |
| 3. Bairro Betânia: um espaço geográfico, objeto de pesquisa | 19 |
| 3.1. <i>Bairro Betânia: um espaço de construção social</i> | 22 |
| CAPÍTULO 1 | 34 |
| DA VÁRZEA DO FELICÍSSIMO AO BAIRRO BETÂNIA: A RELEVÂNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO | 34 |
| 1. A História de Fundação de Belo Horizonte | 34 |
| 1.1. <i>Cidade e República: Ambiente de transformações</i> | 34 |
| 1.2. <i>Belo Horizonte: A nova Capital Mineira</i> | 37 |
| 1.3. <i>Etapas de expansão de Belo Horizonte</i> | 43 |
| 2. O Bairro Betânia | 45 |
| 2.1. <i>Do Rural ao Urbano: A história de transformação urbanística de Várzea do Felicíssimo para Bairro Betânia</i> | 47 |
| 2.2. <i>De Pe. Paulo a Pe. Luiz: A construção Histórica do bairro a partir da Igreja Católica</i> | 55 |
| 3. Coletivo Betânia – Os Estabelecidos e Outsiders na construção da comunidade .. | 61 |
| 4. Conclusão | 70 |
| CAPÍTULO 2 | 71 |
| A CONSTRUÇÃO DE LUGAR – “FAZER CIDADE” | 71 |
| 1. “Fazer Cidade”: Conceito | 71 |
| 2. Um Trabalho Etnográfico: Dos documentos, do campo, alcançando a teoria | 72 |
| 3. Análise Situacional: Método de Max Gluckman | 74 |
| 3.1. <i>A morte do jovem Aprígio – Primeira Situação Social</i> | 74 |
| 3.2. <i>A Luta do Lixão: da sua criação ao fim – Segunda Situação Social</i> | 78 |
| 4. Análise Antropológica | 83 |
| 4.1. <i>“A FÉ SEM OBRAS É MORTA”</i> : a igreja católica enquanto mobilizadora política na reivindicação de cidadania | 83 |
| 4.2. <i>“Aquilo que nos move”</i> | 85 |
| 4.3. <i>Formação de laços e a consolidação do espaço</i> | 86 |
| 4.4. <i>Fazer cidade, religiosidade, festividade e a formação de identidade local</i> | 87 |
| 4.5. <i>Mulher e moral religiosa – Um papel social e moral</i> | 94 |

| | |
|--|------------|
| 5. Conclusão | 101 |
| CAPÍTULO 3 | 102 |
| BUROCRACIA E OS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Uma Análise da Situação Social vivida pelo Seu Belchior | 102 |
| 1. A Biografia de um lar – Dos Fatos e Fundamentos | 103 |
| 1.1. O Conjunto Habitacional Betânia | 108 |
| 1.2. A luta de Belchior pela regularização | 114 |
| 2. Do Direito e da Realidade: Análise da Situação Social | 120 |
| 2.1. Considerações acerca da Propriedade | 120 |
| 2.2. Urbanização e Posse | 123 |
| 2.3. Burocracia de Entrave e os processos de Violência Simbólica | 128 |
| 3. Conclusão | 143 |
| CONCLUSÃO | 145 |
| REFERÊNCIA | 149 |

INTRODUÇÃO

RELATÓRIO DE PESQUISA: BREVE CONSIDERAÇÕES

1. Contato com o lugar, interlocutores e posição na pesquisa: posição da pesquisadora

No início da pesquisa de Mestrado até aproximadamente a metade dele, eu pouco continha de experiência no trabalho de campo antropológico, havia tido contato apenas com as teorias propiciadas pela academia. Atuando como pesquisadora, de forma muito parecida, aos métodos dos *antropólogos de gabinete*. Insistentemente tentava desenvolver o meu trabalho de pesquisa sem ir a campo. Não possuía a prática de uma pesquisa etnográfica, do trabalho de campo real, sei lá se por medo de falhar, inexperiência, por não acreditar em mim mesmo ou nas minhas capacidades, ou se pelo horror do isolamento e da fobia social causados pela pandemia mundial de COVID-19. De forma que, pouco ou quase nada conseguia avançar na minha pesquisa.

É gigante a diferença de dimensão entre a experiência adquirida em sala de aula, e a adquirida de campo. Percebi que não há como fazer Antropologia sem ir a campo. Apesar de sofrer bastante emocional e psicologicamente com os meus medos, bloqueios e despreparo para iniciar o trabalho de campo etnográfico, com o passar do tempo e as pressões do prazo, me permitir não somente explorar mais a fundo o bairro Betânia, mas mudar a minha pesquisa e a minha trajetória de pesquisadora. O atual trabalho tem uma dimensão temporal bastante distinta daquela que pretendia durante a elaboração do projeto para o processo de seleção para o programa de pós-graduação. O motivo dessas mudanças está nas histórias dos moradores que conheci, nas experiências adquiridas e no contato real com o meu tema de pesquisa.

O meu primeiro contato com o Betânia se deu, inicialmente, de forma profissional e individualizada, como advogada de regularização fundiária na resolução do caso de um cliente, o senhor Belchior Braga de Almeida (denominado nesse trabalho como “seu Belchior” – maneira pela qual lhe chamo em nossas conversas). Como pesquisadora, anos após esse meu primeiro contato, desenvolvendo etnografia, me deparei com diversos relatos e histórias (cada uma mais incrível e fantástica que a outra) que possibilitaram conhecer coletivamente o bairro. Muitos desses eventos sociais, infelizmente, não são relatados aqui. Ao pesquisador é necessário restringir o escopo de sua pesquisa para atender aos prazos e recortes de um trabalho científico a nível de mestrado.

Durante a minha atuação como advogada do processo de seu Belchior, observei que, tal como ele, inúmeros eram os casos de irregularidade fundiária na região. Além dos documentos levantados, na busca por entender a origem disso na história do bairro Betânia, no curso da minha pesquisa, fui a campo para conversar e entender, a partir dos pontos de vista dos moradores mais antigos, como aquela situação havia se estabelecido. Na medida em que avançava na pesquisa de campo e obtinha um maior conhecimento do bairro com os relatos registrados e coletados, notei a forte influência que a igreja Católica exerceu na construção do bairro. Ao alcançar a Paróquia de São Sebastião e conhecer melhor sua história, me encontrei, em termos de pesquisa, em uma condição muito diferente daquela inicialmente estabelecida. Minha visão se abriu para uma outra percepção dos sujeitos da minha pesquisa, enxerguei diversas redes, conexões e situações sociais ali existentes, das quais sequer fazia ideia. Das minhas conclusões como pesquisadora, compreendi que a história do Betânia atravessava não apenas os seus moradores, como também mantinha fortes laços com a religião.

As múltiplas histórias que ouvi no bairro me conduziram a uma revisão extensiva do foco desta dissertação, conhecer mais a fundo a vida dos moradores me fez compreender melhor o quanto sua situação social era inesperada frente às minhas concepções prévias de etnografia urbana. Como advogada, enxergava cidades e bairros pelas suas organizações burocrático-administrativas e seus regulamentos administrativos. Porém, ao viver o campo, me vi questionando essas concepções prévias, concebendo cidades e bairros, não mais como áreas geográficas definidas, por linhas imaginárias, administrativamente estabelecidas de forma legal, mas pelos olhos dos cidadãos e de seus movimentos sociais.

Tal qual Agier (2015), desloquei meu olhar de cidade e de bairro para os indivíduos que lá vivem, sentem e comungam dos sentimentos de “fazer cidade”. Muitos dos espaços existentes no Bairro Betânia não foram estruturados pelo Estado, mas “inventados” pelas situações cotidianas do bairro, mediante interferência direta de agentes ou grupos vinculados à Igreja Católica. Como exemplo disso, cito aqui a construção do centro de acolhida, história melhor desenvolvida no capítulo 2 deste trabalho.

Os próprios equipamentos públicos existentes no bairro não foram instalados por deliberações administrativas do poder público, mediante aplicação de políticas públicas, senão implantados pela luta dos moradores por melhorias no bairro, que envolveram protestos, articulações sociais junto à prefeitura de Belo Horizonte, dentre outras formas de conquista do espaço através da agência dos cidadãos na busca por seus “direitos à cidade”. A esse respeito,

é interessante recuperar a concepção da cidade enquanto somatório das ações exercidas por seus cidadãos e das suas reivindicações enquanto comunidade, conforme Agier (2015):

A cidade é um “objeto virtual”, escrevia Henri Lefebvre em *Le droit à la ville*, no início de 1968 (Lefebvre 2009:97). Esta afirmação foi em seguida verificada, indiretamente, na constatação de que o urbano ultrapassava a cidade: o filósofo, por extrapolação da cidade existente, antecipava o nascimento de uma sociedade “completamente urbana” tanto quanto planetária (Lefebvre 1970). Isto conferiu mais força teórica e política à ideia de uma virtualidade da cidade. Mais recentemente, o geógrafo David Harvey observava, após Lefebvre, que o “direito à cidade” aponta no fundo para “alguma coisa que já não existe”; é um “significante vazio”, ele escreve, “tudo depende de quem lhe conferirá sentido” (Harvey 2011:42). Como em eco, podemos observar que os atores dos movimentos sociais desta última década, que reclamam o “direito à cidade”, não leram necessariamente a obra de Henry Lefebvre... mas fizeram deste apelo um horizonte de sua ação em meio urbano e transformando o urbano. Neste sentido, o que me parece possível descrever, ao estudar o “fazer cidade” dos cidadãos, é de que, de qual sentido e de que matéria é preenchido este significante vazio denominado “direito à cidade”. E a resposta que eu proponho é a seguinte: a cidade é feita essencialmente de movimento. (AGIER, 2015, p. 483-84)

Esse entendimento corresponde efetivamente ao que pude observar ao longo do meu trabalho de campo, em que bairro Betânia deixou de ser algo institucional, normativo, concebido pelos meus conceitos jurídicos apriorísticos de cidade e bairro, para se tornar algo vivido, existente a partir das dinâmicas e processos socioculturais inscritos nos contextos urbanos dessa localidade.

Por tais motivos, neste trabalho, além de analisar os impactos sociais causados pela irregularidade fundiária - objetivo principal indicado no projeto de pesquisa apresentado para a seleção do Mestrado -, procurei etnografar, também, alguns dos processos vividos pelos moradores do bairro. As apresentarei através da mediação de minha própria trajetória de vida e de contato com o Betânia. Buscarei, ao mesmo tempo, contextualizar o universo dessa etnografia, expondo os caminhos que segui no rumo desta pesquisa.

Assim como o movimento de fazer cidade, dinâmico e constantemente mutável frente às situações sociais, esta pesquisa necessitou sofrer mudanças metodológicas para se adequar aos novos objetivos que surgiram. A metodologia foi sendo moldada à medida em que as interações ocorriam no campo, visando atender aos novos objetivos traçados. Durante o processo de construção da etnografia, busquei adotar um ponto de vista disciplinado, buscando, através da observação participante, a compreensão dos contextos a partir da revisão constante dos meus próprios paradigmas, previamente estabelecidos pelo Direito e pela Antropologia.

Não obstante, é importante ressaltar que o bairro Betânia em sua totalidade possui ligações com diversos componentes da vida social, sendo impossível inferir uma completa

causalidade entre os eventos e os acontecimentos relatados. Contudo, é importante ressaltar, que graças ao método etnográfico, é possível compreender as influências que passariam despercebidas em modelos estatísticos. Dessa forma, a dissertação não pretende indicar como o bairro Betânia é em sua totalidade, mas, com base em um recorte, compreender ao longo da trajetória de atuação e pesquisa as dimensões relevantes para a constituição da realidade social do local.

Por esses fatores, informo que a etnografia desse trabalho foi conduzida de uma forma pensada em uma objetividade científica pautada não no empirismo, mas em uma ciência que tem consciência da parcialidade do pesquisador na análise dos dados. Parto da noção de que toda forma de ciência possui, em essência, um viés corporificado da realidade (HARAWAY, 1995, pág. 13). Por isso, a produção científica não pode ser considerada como desalinhada à figura de quem a produziu. É preciso ter consciência da parcialidade dessa construção, para que o conhecimento produzido possa ser objetivo (HARAWAY, 1995, págs. 20/21).

Nesse sentido, adotarei o entendimento de Donna Haraway acerca do que é ciência: uma forma de retórica resultante de um jogo do conhecimento. Um saber policiado e codificado por filósofos que usam de estórias que supostamente trazem imparcialidade e objetividade para suas pesquisas, mas na realidade apenas fabricam seus objetos a partir de convicções que tomam formas novas (HARAWAY, 1995, págs. 10/11). A própria História, como ciência, foi construída sob um ponto de vista pautado nas relações de poder. Para escapar dessas contradições, é necessário que a epistemologia passe a ser tratada de um ponto de vista multissituado. A noção de uma epistemologia pós-moderna, normalmente, vem atrelada a compreensão errônea de que o conhecimento é subjetivo, que nada pode ser apreendido como um fato inexorável. No entanto, esta compreensão está mais que equivocada: está coberta pelo viés tradicional. A ciência, não apenas feminista (como em Haraway) mas também urbana, pode e deve ser objetiva. Essa objetividade, no entanto, não é produzida e desvendada pelos mesmos processos utilizados pela ciência tradicional, mas sim através de uma superação desta. Isto não infere poder tratar a ciência tradicional como incapaz de gerar conhecimento, mas perceber que, na realidade, ele é produzido por uma parcialidade que não se reconhece como tal.

Como ensinado por Haraway, a ciência empirista tem por si só o seu próprio posicionamento. Ao demarcarmos um posicionamento distinto deste, podemos mudar as conclusões sem que se perca a objetividade. O oposto da universalização da ciência não é o relativismo ontológico, como até então vemos acontecer nos debates epistemológicos clássicos.

Alterar a corporificação do conhecimento permite observar aspectos da objetividade que não se podia ver em outro contexto.

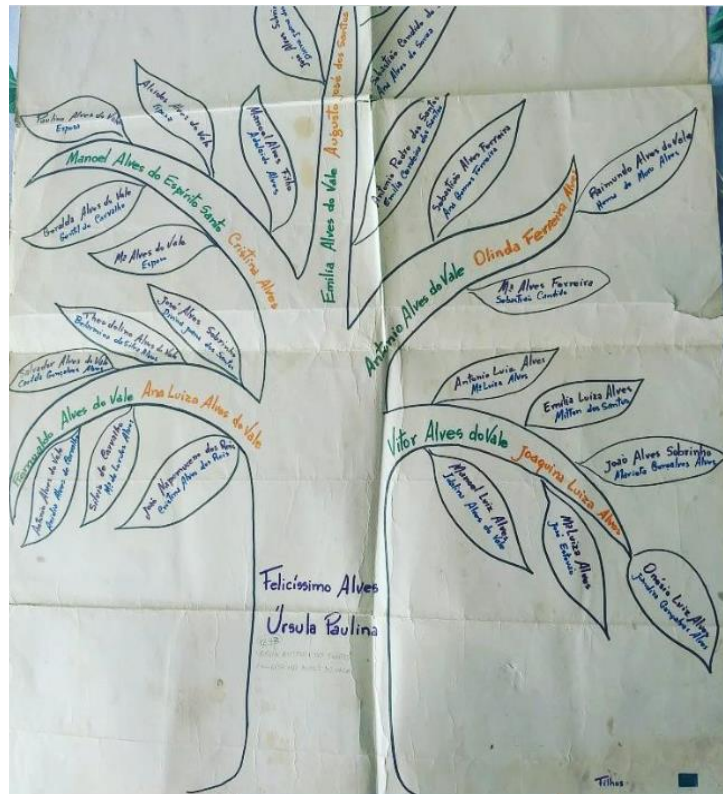
Assim, buscarei traduzir os conhecimentos dos diferentes pontos de vista aqui expostos, com o rigor científico próprio da Antropologia, mas sempre de forma parcial, vez ser pressuposto dessa ciência o saber localizado da antropóloga perante os demais saberes. A objetividade do saber localizado está no fato de que existe uma delimitação clara da fronteira do conhecimento que pode ser obtido, a forma como enxergamos o mundo determina e a forma como podemos interpretá-lo. Por fim, fecho esse tópico afirmando que, se entendermos como nossa visão de mundo funciona, podemos também entender que tipo de conhecimento ela pode criar.

2. Diário de campo: modo pelo qual se desenvolveu a observação participante

A observação participante no bairro Betânia envolveu uma imersão profunda na vida cotidiana da comunidade. A pesquisa se baseou na convivência diária com os moradores e na participação em eventos comunitários como a frequência às missas na paróquia, em almoços na comunidade missionária de Villaregia e na convivência com padres e missionários locais.

Para conhecer melhor a história do bairro Betânia, em minhas pesquisas na internet por trabalhos e notícias que poderiam me auxiliar no desenvolvimento dessa dissertação, me deparei, nas buscas do Google, com um perfil na rede social Facebook, denominado *Museu Digital do Bairro Betânia*. Lá havia inúmeras fotos coletadas entre os moradores mais antigos do bairro e distribuídas digitalmente como forma de registro de importantes memórias vividas ao longo dos anos, dentre elas estava a imagem, desenhada à mão em uma folha A4, de uma árvore genealógica dos herdeiros do Conde Alves do Vale, proprietário primeiro da fazenda Várzea do Felicíssimo, pelo título concedido pelo Governo do Estado de Minas Gerais a antigos Fazendeiros na então Curral Del Rey.

Figura 1 – Árvore Genealógica da família de Felicíssimo Alves e Úrsula Paulina¹



Fonte: Facebook, 2017.

Na descrição desta imagem constava a informação: "Árvore genealógica das primeiras famílias do bairro Betânia". Na busca por mais informações dessas famílias, que se estruturaram na descendência de Úrsula Paulina, entrei em contato, via mensagem, com o administrador da página do Facebook para mais informações. Após me identificar e explicar o objetivo do meu contato e a minha pesquisa para o administrador da página, Rodsley, consigo o número do seu telefone. Em meu primeiro contato por ligação, descubro, para a minha surpresa, que o administrador da página era, na verdade, tataraneto de Úrsula Paulina (filha do Conde Alves do Vale). Empolgada com essa informação, combino com ele uma entrevista para melhor conhecer a história do bairro.

Extremamente solícito, consegui com o Rodsley o contato do seu irmão Robson, uma figura incrível que marcou comigo uma entrevista. No dia 27 de agosto de 2022, pela manhã, me deslocuei com entusiasmo para esse encontro. Como combinado, a nossa conversa iria ocorrer na casa da sua tia Emília Alves do Vale (bisneta de Úrsula Paulina), carinhosamente

¹ A família de Felicíssimo Alves e Úrsula Paulina consta em registro público, como antigos proprietários das terras que deram origem ao bairro Betânia, nos termos dos registros de Abílio Barreto (1996, pág. 199).

apelidada de Fiota, uma senhora batalhadora de 89 anos que tem como profissão a função de doméstica. Muito bem recebida em sua casa, o encontro foi regado a café quentinho, gostosas rosquinhas caseiras e muita conversa, não apenas com o Robson, mas também Fiota e Alaíde José Alves (mãe do Robson, de 86 anos, com a profissão de doméstica e uma pintora de quadros de primeira).

Figura 2 – Registro da entrevista: À esquerda da foto está Dona Fiota, à direita, Dona Alaíde



Fonte: produção própria.

Das diversas preciosidades que descobri nessa conversa, uma delas foi sobre a forte vida religiosa dos antigos moradores do bairro, concentradas em torno da fé católica e da solidariedade cristã para com o próximo. Após este caloroso encontro, que durou por volta de 3 horas, me vi curiosa por mais detalhes dessa trajetória social envolvendo a religião. A partir desse evento entrei em contato com a paróquia da região, igreja São Sebastião, atualmente liderada pelo padre Luís Carlos. Após ligar para a secretaria da igreja e falar com a secretária Arlete, deixei o meu telefone de contato para futuros retorno.

Em resposta ao meu contato, no dia 21 de setembro de 2022, recebo, logo cedo pela manhã, uma mensagem do aplicativo WhatsApp do Pe. Luís, se apresentando e me indagando sobre o objetivo do meu contato. Depois de me apresentar formalmente e lhe explicar sobre a presente pesquisa e as minhas descobertas sobre como a Igreja Católica de São Sebastião

atravessou ativamente a história de constituição do bairro, justificando assim o motivo do meu contato, obtenho dele como retorno a seguinte resposta: “sim a história do nascimento e crescimento do bairro, acontecem em torno a capelinha de São Sebastião, na chamada Várzea do Felicíssimo”. Nas trocas de mensagens descobri que a paróquia havia contratado a dramaturga Viviane para realizar entrevistas com os moradores antigos do bairro. O objetivo das entrevistas era realizar um teatro de celebração dos 45 anos da paróquia, e que, inclusive, a dramaturga o estava ajudando a montar outra peça para celebrar os 50 anos de igreja em maio de 2023. Após isso, me repassou o contato dela e me pediu para agendar com ela uma reunião entre nós três.

Após ligar para a paroquiana Viviane, atualmente minha amiga e chamada carinhosamente por mim de Vivi, nos encontramos em nossa primeira reunião para a data de 22 de setembro de 2022, 15 horas e 30 minutos, em uma das salas de reunião da igreja, local em que firmamos uma maravilhosa parceria de trabalho.

Figura 3 – Foto da Reunião realizada entre mim (à frente), Pe. Luís e Viviane (ao fundo)



Fonte: produção própria.

Padre Luís, muito preocupado com os novos moradores que estavam chegando na congregação sem nada saber das histórias e da vida social do bairro e, também, com a perda das memórias dos antigos moradores, que estavam morrendo, para além do novo espetáculo de teatro de 50 anos da igreja São Sebastião, me informou que queria lançar um livro contando a

trajetória de construção do bairro e da igreja, para documentar essas importantes memórias. Em suas palavras: “um povo sem história é um povo sem raiz”.

Foi a partir dessa reunião e com um brinde de café que iniciamos, em esforço coletivo, uma boa parceria de trabalho. Eu, até então sozinha e agora em conjunto com a Vivi, iríamos fazer a coleta de dados: entrevistas, registros em imagem e vídeo, levantamento de documentação junto aos órgãos institucionais, mapeamento do bairro, coleta de fotos, vídeos e imagens entre os moradores. O padre Luís, em contrapartida, iria interceder junto dos moradores para as entrevistas, permitiria acesso aos documentos de registro da igreja e forneceria o espaço e a estrutura adequada para as entrevistas e trabalhos. Os dados anteriormente coletados por mim e pela Vivi agora eram coletivos, em nossa parceria. Nos objetivos firmados para a colaboração profissional, estão o auxílio na presente dissertação de Mestrado, a elaboração de um livro, a criação de um espetáculo de teatro para os 50 anos da paróquia, um arquivo público disponível para todos, com parte dos documentos coletados e, se possível, também um documentário.

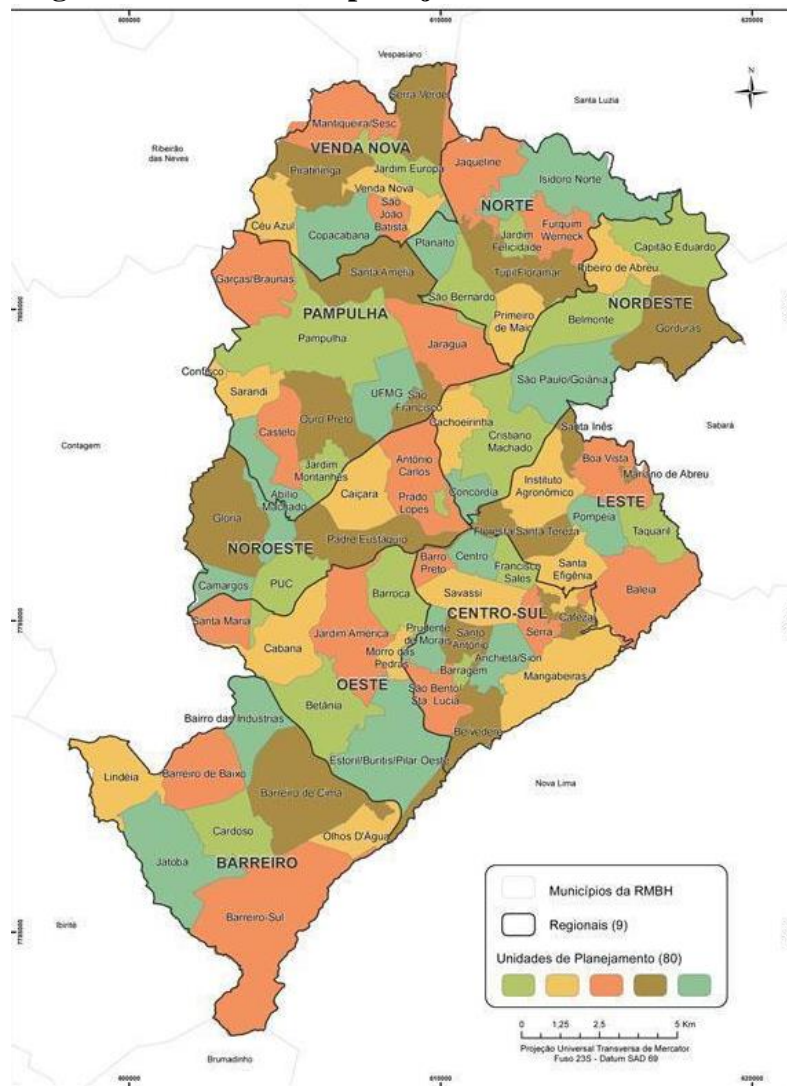
Dessa reunião até então, muitas foram as entrevistas realizadas, todas elas com mesa posta nas casas dos moradores, várias foram as agradáveis manhãs, tardes e noites na comunidade missionária do Betânia, diversos foram as missas, os terços e eventos da Igreja que estive presente, inúmeras foram as boas memórias que recebi e imensa foi a gratidão e o amor que passei a sentir e sinto por este bairro, seus moradores, suas histórias e conquistas, mesmo que, às vezes, analisadas por mim de forma crítica ao longo deste trabalho.

3. Bairro Betânia: um espaço geográfico, objeto de pesquisa

Em uma concepção administrativa da cidade, o bairro Betânia, enquanto unidade mínima de urbanização² instituída e delimitada segundo a Lei Municipal, está compreendido geograficamente na região oeste da cidade e faz limite com os bairros: Palmeiras, Salgado Filho, Nova Cintra, Havaí, Cinquentenário e Marajó. Os bairros próximos são Calafate, Bom Sucesso, Prado, Bairro das Indústrias, Barreiro, Milionários, Jardim América, Estoril, Nova Gameleira.

² Segundo o IBGE, uma unidade mínima de urbanização é uma área pequena dentro de uma cidade ou município, como um bairro, que possui sua própria identidade e oferece serviços básicos aos moradores.

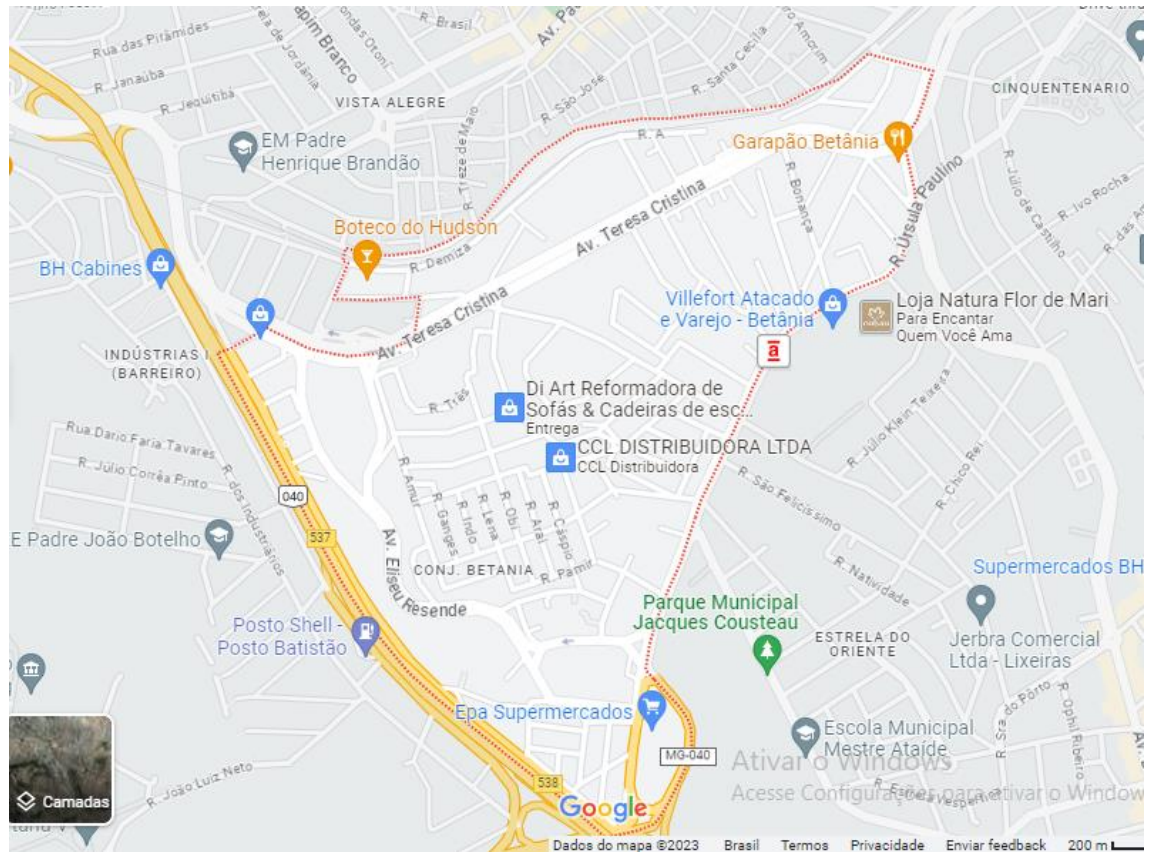
Figura 4 – Unidades de planejamento de Belo Horizonte



Fonte: IBGE (2007); PRODABEL (2011); SMAPL (2012)

O Betânia possui uma população de 12.023 habitantes, valor duas vezes acima da média por bairro da cidade, de acordo com os dados de 2021 do IBGE em parceria com o Nossa BH. Além disso, sendo considerado um valor alto, seu IDH é de 0.77, o mesmo valor do IDH médio da capital.

Figura 5 – Imagem por satélite do Bairro Betânia



Fonte: Google Maps³

Contudo, em que medida esses números nos possibilitam pensar a realidade dos habitantes do bairro? Em meio aos bons índices, veremos que o bairro Betânia possui problemas de desigualdade latentes e que os dados censitários, embora capazes de dar um panorama geral, deixam escapar alguns problemas importantes, que não são alcançados por índices demográficos brutos. Um exemplo disso é a falta de moradia regular, que grande parte da população do bairro Betânia e da Vila Betânia enfrenta, não possuindo a propriedade de suas moradias, mesmo que segundo os dados ambos desfrutem respectivamente de 93,2% e 87,1% de domicílios ocupados, de acordo com o levantamento do Censo de 2010.

³ Disponível em: <https://goo.gl/maps/uLUj7QXnDLMAUuiX6>. Acesso: 08 de junho de 2023

3.1. Bairro Betânia: um espaço de construção social

Uma das primeiras indagações que fiz, enquanto pesquisava, foi: O que são cidades? Na busca teórica por respostas, além das muitas outras encontradas, me deparei com as seguintes perspectivas.

3.1.1 Interpretações sobre a construção de territórios citadinos

O tema das cidades faz parte do debate das ciências sociais desde os seus primórdios. Como objeto de estudo, esse complexo tema já foi abordado por diferentes perspectivas, seja pelo espaço geográfico, pela sociabilidade, pela disputa do poder ou pela tecnologia das sociedades. No decurso do tempo, as cidades e os saberes construídos a partir dela permanecem, ainda hoje, nas agendas de pesquisa.

Já na antiguidade a sua produção de Aristóteles contemplava a temática “cidade”, sob a ótica política. A partir da *polis*, o filósofo fazia considerações sobre a democracia. Na Idade Antiga, a cidade era percebida a partir da infraestrutura e dos equipamentos destinados ao bem público e do encontro da comunidade cívica em suas atividades festivas, de administração, de culto, do comércio e da produção. No período medieval, o espaço da cidade era lido pelo viés da segurança, como um lugar a ser protegido, defendido de esbulho de terceiros. (RIBEIRO, 2008, p. 34)

Durante o século XVIII, o conceito de cidade assimila uma “expressão mais acabada”.

A cidade barroca, produto do desenvolvimento económico e político europeu é, fundamentalmente, um espaço administrativo e burocrático, de origem principesca ou senhorial, que, atrai pela riqueza e pelo luxo, valorizando a ostentação, o consumo e o fausto, organizando-se de forma cenográfica com espaços e arquiteturas de prestígio. (RIBEIRO, 2008, p. 34/35)

Na esteira das transformações do mundo moderno, a atenção dos primeiros cientistas sociais foi direcionada pelo advento das urbes que se formavam, de modo abrupto, em várias partes da Europa. Não que grandes povoações humanas não existissem em outros períodos históricos, como na Antiguidade, mas foram as teses sociológicas de fins do século XIX que lançaram luz à ideia de que havia certas particularidades nas cidades e na vida urbana. Autores como Georg Simmel (2005) e Ferdinand Tönnies (1973) foram pioneiros em ressaltar aspectos singulares da vida nas cidades modernas.

Para Ferdinand Tönnies (1973, p. 20), a vida comunitária, na qual os laços sociais tradicionais perduram, teria perdido espaço para uma vida societária (*gesellschaft*), sendo esse o domínio público do mundo exterior. Naquela, as pessoas se encontram mais próximas e se

apoiam em vínculos mais duradouros e parentais. Não se trata de um vínculo meramente instrumental, típico das sociedades, onde o encontro entre os indivíduos é mais volátil, e as relações entre eles, túbias. Isso, a despeito de ser algo intrínseco ao mundo moderno, as características das cidades modernas dariam vazão a um tipo de individualidade egoísta que poderia ferir o equilíbrio dos vínculos sociais (GIDDENS, 2012).

Nas grandes cidades societárias, onde há expressiva aglomeração de pessoas, a vida em comunidade exige dos indivíduos estratégias psíquicas capazes de dar conta dos diversos estímulos internos e externos do cotidiano. Dentre estas estratégias, segundo Simmel (2005, p. 581), está a formação de uma espécie de película (atitude “blasé”) capaz de reduzir o impacto dos estímulos vivenciados pelos indivíduos modernos.

Ele nomeia esse estado de “blasé”: “Uma vida desmedida de prazeres torna blasé, porque excita os nervos por muito tempo em suas reações mais fortes, até que por fim eles não possuem mais nenhuma reação” (SIMMEL, 2005), e que colocou como “fenômeno peculiar de adaptação”. Como exemplo dessa atitude em resposta às novas excitações pelas quais os indivíduos passam, está: a diversidade nos círculos sociais, a falta de vínculo possível nas relações tradicionais e o novo modo de divisão do trabalho. Simmel (2005) descreve o quanto a relação do indivíduo com o espaço influencia sua vida e a personalidade dos seus habitantes.

Em tais termos, observa-se que nas cidades modernas impera a lógica da economia de mercado, do cálculo racional e o egoísmo econômico, que afetam a vida prática das pessoas acarretando na alienação das relações sociais na sociedade urbana. Trabalhadores e trabalhadoras, ao morarem em áreas mais afastadas do trabalho, dependem da lógica e normas traçadas pelas novas empresas para que consigam chegar no horário determinado (SIMMEL, 2005) em uma lógica de produção massificada, para o consumidor desconhecido, diferente do comércio das cidades pequenas:

“nas relações mais primitivas se produz para o cliente que encomenda a mercadoria, de modo que produtor e freguês se conhecem mutuamente. A cidade grande moderna, contudo, alimenta-se quase que completamente da produção para o mercado, isto é, para fregueses completamente desconhecidos, que nunca se encontrarão cara a cara com os verdadeiros produtores. Com isso, o interesse das duas partes ganha uma objetividade impiedosa, seus egoísmos econômicos, que calculam com o entendimento, não têm a temer nenhuma dispersão devida aos imponderáveis das relações pessoais” (SIMMEL, 2005, p. 579).

As cidades eram reguladas pelo sino da Igreja, mas, com o avanço do capitalismo, elas começam a se orientar pelo apito das fábricas, que passam a marcar o tempo do trabalho, do lazer, das festividades e das relações sociais e afetivas.

Além dos estudos sobre as cidades citadas acima, outros autores promoveram interessantes debates. O sociólogo Herbert Gans (1962, p. 170), por exemplo, se propôs a complexificar a noção que associa a vida nas grandes cidades à destruição dos laços comunitários e de solidariedade. Com o foco em grupos de imigrantes que chegavam em cidades norte-americanas, ele assinala sobre o fortalecimento de laços pessoais e identitários que são forjados no interior das metrópoles.

Também Max Weber (1986) busca o significado da cidade ocidental, envolvida nos processos de racionalização que lhe acompanham. A “cidade” publicado em 1921 por Weber⁴, busca compreender o papel da cidade no desenvolvimento do capitalismo. A partir de suas análises ele conclui que o sistema capitalista somente foi possível por meio do sistema político, econômico e social encontrado nas cidades europeias ocidentais lançando mão de tipologias, o autor contrapõe tipos contrastantes de cidades - oriental/ocidental; antiga/medieval, etc -, ressaltando os impactos do fenômeno urbano em cada uma delas. Trata-se de um texto seminal acerca do fenômeno urbano, usa o método comparativo, se apoia em tipologias e centra-se em perspectivas pluralistas e relativistas para pensar as cidades

Entre os anos 1915 a 1940, a “Escola de Chicago” desenvolveu uma série de pesquisas sobre o mundo urbano. Berço da sociologia estadunidense, ela foi a responsável por produzir um conjunto de investigações para mapear os fenômenos sociais que ocorriam nas grandes metrópoles norte-americanas. Pode-se dizer, segundo a antropóloga Léa Perez (2011), que a sociologia urbana, fomentada pela “Escola de Chicago”, vai se institucionalizar no contexto dos processos de industrialização e desenvolvimento dos anos 1950. Em sua interpretação sobre as cidades norte-americanas, os processos industriais vieram acompanhados de uma série de problemas sociais como a falta de habitação, a marginalidade e problemas de planificação urbana (temas esses também inscritos na história do bairro Betânia). Outro dos aportes dos estudos da Escola de Chicago é a ideia de “ecologia”, utilizada para indicar como os grupos sociais se alicerçam sobre algumas áreas específicas das cidades em detrimento de outras.

Robert Park (1967) vê a cidade como um sistema classificatório em constante mudança, onde áreas competem, invadem e se transformam. O centro é próspero no comércio, mas também tem áreas decadentes. A cidade se expande em anéis concêntricos pela invasão e

⁴Disponível

em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4415118/mod_resource/content/1/Weber%20Max-%20Conceito%20e%20Categoria%20da%20Cidade%20-p.68%20a%2089.pdf. Acesso: 06 de dezembro de 2023.

sucessão. Isso mostra disparidades socioeconômicas e a dinâmica de competição e transformação urbana. Com isso, entendemos a cidade como um campo de batalha simbólico e físico, onde forças sociais e econômicas moldam sua identidade em constante mudança.

Na tradição do urbanismo, uma gama significativa de trabalhos clássicos pautou seus estudos pelo “modo de lidar com a cidade”. Considerando que ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo, David Harvey abre caminhos para se pensar como as transformações urbanísticas são essencialmente transformações dos próprios meios de vida – sejam eles da residência, do trabalho, do trânsito, entre outros (*cf.* HARVEY; 1990; 2014).

Com a “virada” nas teorias sociais e políticas a partir dos anos 80 (sobretudo nos campos do Urbanismo e da Geografia Urbana), a produção científica passou a dar uma maior ênfase à dimensão espacial da cidade, muito disso pelos trabalhos de Henry Lefebvre (*cf.* 2008; 1999). Com este autor, aprendemos que não há nada de ingênuo ou natural na formação das grandes cidades. A partir de suas investigações, compreenderemos as particularidades do conflito urbano, pois, para esse autor, as cidades não se manifestam como um ambiente inato ou mesmo inerte:

O urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com os conflitos separando os elementos no terreno (...). O urbano se apresenta ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições (LEFEBVRE, 2004, p. 160).

Outro marco importante para pensarmos as dimensões e as conformações do espaço urbano, sobretudo no plano geográfico foi a obra do geógrafo Milton Santos, que possui uma produção imprescindível para as questões aqui colocadas (*cf.* SANTOS, 2003; 2009). Para ele, as dinâmicas de produção do espaço urbano transformam o mundo material e também suas relações intersubjetivas, e essas transformações, assistidas sob um ponto de vista macro, estão vinculadas ao modo pelo qual homens e mulheres produzem a sociedade e, conseqüentemente, produzem a si mesmos. Compreendendo a dialética do espaço entre o global e o local, em seus próprios termos:

“Os espaços aparecem se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de atrair o capital. Tal como o homem, o espaço tornou-se mundial. O capital – por suas possibilidades de localização e suas necessidades de reprodução – se torna o intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado” (SANTOS, 2003, p. 119).

Na corrente do pensamento mais contemporâneo sobre a cidade, indicam-se os trabalhos de Zygmunt Bauman (2013). Na perspectiva desse autor, as “cidades globais” ingressaram em

uma nova fase histórica a partir das últimas décadas do século XX. Elas estão no epicentro das principais transformações no processo de mundialização em curso. Os bairros nobres passam a ser ocupados, em grande medida, por uma elite global com alto grau de profissionalização e que se move por várias dessas cidades. Enquanto isso, os bairros populares ampliam as margens das periferias. Os bairros centrais são revitalizados e recebem altos investimentos urbanísticos, ao mesmo tempo que expulsam os que não são desejados naqueles ambientes, num processo já bastante conhecido, mas que retoma força com o avanço neoliberal. Os que têm maiores recursos, não raro se mudam para condomínios fechados, vigiados por agentes privados de segurança, formando verdadeiros enclaves. Apesar de se centrar na Europa, abalada pela desestruturação dos regimes de Estado de Bem-Estar Social, Bauman, em diálogos com autoras brasileiras, chega a utilizar o processo de privatização da segurança pública no Brasil e seus efeitos no processo de redemocratização.

Richard Morse (2002) dedicou grande parte de sua produção ao tema das cidades. Em diálogo crítico com a produção norte-americana, em especial com a Escola de Chicago, se debruçou sobre a história urbana da América Latina, em livros como “De comunidade a metrópole: biografia da cidade de São Paulo”, “Os intelectuais latino-americanos e a cidade” e “O espelho de próspero: cultura e ideias na América”. Nesse último, em sua comparação entre a Anglo-américa e a Ibero-américa, destaca a busca de países latinos por uma identidade própria e suas características típicas, muitas vezes obscurecida pela tentativa de imitar os ideais e instituições da América inglesa (MORSE, 2002; CASTRO, 2017).

Nas cidades construídas com influências ibéricas, houve uma relação indissociável entre o dinamismo urbano e a religião. Dessa forma, a atividade religiosa não se restringiu apenas a cultos e rituais. A religião, como base genética para a construção da cidade, se manifesta de forma simbólica como fornecedora “de regras e significados em que os grupos encontram sentido para as suas práticas religiosas” (ROSENDAHL, 2018 apud OLIVEIRA e PACHECO JUNIOR, 2021, p. 8). Além disso, “o sagrado ainda impõe respeito e admiração no lugar, onde até os dias atuais, mesmo inseridas em uma ótica de mercado, existem cidades cujas funções estão extremamente ligadas à lógica do sagrado.” (OLIVEIRA e PACHECO JUNIOR, 2021, p. 8)

Nesse diapasão, o pensador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, na obra *Raízes do Brasil*, ressaltou que as cidades coloniais no mundo ibérico-americano eram formadas de maneiras distintas. Do lado espanhol, havia maior planejamento, as ruas tinham certa

racionalização e eram definidos seguindo um planejamento rigoroso, que selecionava o local da fundação das cidades. Na parte portuguesa, por sua vez, o espírito aventureiro imperava, e isso refletia nos moldes das cidades, que não buscavam os melhores locais, sendo, muitas vezes, erigidas em áreas pouco afeitas do ponto de vista geográfico (HOLANDA, 2006, pág.57).

Maria Isaura Pereira de Queiroz (2003), ao apresentar o modo de diferenciação de aldeias e vilas portuguesas na América portuguesa desde os primórdios da colonização, percebeu que, além do que tange a crença do sobrenatural dos camponeses e a abordagem psicossocial, a questão organizacional das vilas demonstrava ser um espaço predominantemente habitadas por camponeses e que careciam de órgãos administrativos, econômicos ou religiosos, logo se tornavam centros de administração local, estabelecendo conventos, igrejas e comércio (QUEIROZ, 2003). Essas visões se alinham com as perspectivas dos teóricos da sociologia da época.

Por fim, indica-se a compreensão antropológica de formação das cidades no Brasil da antropóloga Léa Perez (2011), que mobilizou as perspectivas da teoria sociológica com o pensamento social brasileiros e as interpretações do Brasil, enfatizando o papel dos ritos festivos e da religião. Retomando Pierre Sanchis, ela lembra que a “religião sempre na história teve a ver com a cidade”. E, como veremos ao longo do trabalho, para o caso do bairro Betânia, muito da sua construção esteve diretamente ligada à Igreja Católica.

Léa Perez ressalta que, já na cristandade feudal, as festas populares eram utilizadas para o enraizamento da cultura religiosa na urbe. Ademais, aos locais dos santuários e das instituições religiosas, multidões eram atraídas. Nesse entrelaçamento entre festa, religião e cidade, uma “comunidade afetiva de desejos e de sonhos”, uma “comunidade de crenças e de fé, comunidade política” pauta e regula as comunicações, as trocas (2011, p. 143). A partir dele, é fundamentada e constituída a imaginação coletiva relacionada aos afetos, cultos e formas de associação, que devem ser tomadas na longa duração. Essa maneira de vivenciar a vida coletiva, de perceber e relacionar-se com o mundo, fez parte da história do bairro Betânia.

Tendo como marco os referenciais apresentados, e enaltecendo os trabalhos precedentes acerca da temática que aqui foi enunciada, essa breve revisão realizada constitui uma tentativa de localizar esta dissertação frente uma agenda de pesquisa. O trabalho seguirá apresentando os múltiplos aspectos que influenciaram na fundação da cidade de Belo Horizonte e a história de construção dessa cidade.

3.1.2 A composição teórico-metodológica do trabalho

Conforme acima apontado, para Lefebvre (2016), cidades são um espaço político de contradições entre o espaço abstrato (concebido, estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, vendido. Um lugar em que se reproduzem as relações de produção, de poder e dominação próprias do sistema capitalista. Já para Le Ven (1977), as cidades são espaços de poder onde um grupo social, com capacidade política e econômica, pode impor seus interesses e necessidades, muitas vezes em detrimento de outros grupos sociais menos privilegiados, destacando assim as dinâmicas de dominação e desigualdade que permeiam a organização urbana. Na concepção de Agier (2015), elas são locais essencialmente de movimentos, de dinâmicas sociais dispostas no tempo e no espaço, que compõem e transformam a localidade em um processo permanente de “fazer cidade”, alcançado pelo indivíduo, em termos práticos, nas suas experiências concretas com o espaço. Por sua vez, para Oliveira e Pacheco Junior (2021) as cidades são, em sua maioria, constituições do Sagrado, locais que, em sua gênese, pessoas se reuniam para a adoração de determinada Divindade.

Não longe de todos esses entendimentos está a percepção polissêmica que utilizarei neste trabalho. Cidades não são meros pontos geográficos na localização de um mapa, elas são também lugares de disputas, de dominação e poder, de construções sociais, locais desenvolvidos a partir do sagrado.

Nesse sentido, na composição deste trabalho, adotarei tais entendimentos como um conjunto de fatores que atravessam, simultaneamente, o conceito de cidade. Como um dos objetos específicos a serem desenvolvidos, buscarei entender a participação da religião, em especial a católica, na formação dos espaços urbanos, no bairro Betânia, situado na cidade de Belo Horizonte.

Como abordagem estratégica de pesquisa que adotei nesse trabalho para apresentar como se deu a construção social espaço urbano no bairro Betânia, utilizei como um dos métodos a análise de caso desdobrado – ou *extended-case method* – de Max Gluckman. Em seus termos todos os eventos envolvendo seres humanos são sociais, pois ocorrem dentro de um contexto social e são influenciados por relações sociais, estruturas de poder e significados culturais. Essa noção rejeita que acontecimentos individuais ou comportamentos isolados possam ser compreendidos independentemente de seu contexto social. Em vez disso, ele enfatiza a interconexão entre os indivíduos e a sociedade como um todo.

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade. Através destas e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações [...] Quando se estuda um evento como parte do campo da sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social (Gluckman, 1995, pág. 228)

Os eventos são socialmente construídos e adquirem significado através das interações sociais. Ações individuais são moldadas por normas, valores, crenças e expectativas compartilhadas dentro de uma determinada comunidade ou grupo social. Esses elementos sociais são fundamentais para entender e interpretar os acontecimentos.

Não obstante, tais eventos são caracterizados em certa medida por relações de poder e uma ausência de neutralidade. As estruturas de poder existentes em uma sociedade influenciam a forma como os eventos se desdobram e como as pessoas respondem a eles. As relações criam, em si, desigualdades e hierarquias que afetam a dinâmica dos acontecimentos sociais.

“Em primeiro lugar, a ideia de interdependência não implica em uma reciprocidade balanceada, uma condição de simetria entre grupos e pessoas envolvidas. Gluckman deixa bem claro isso ao afirmar que negros e brancos na África do Sul estão em uma condição de assimetria (“oposição desigual”) que determina o modo concreto de cooperação (Gluckman, 1968:26). [...] Em segundo lugar, a interdependência não implica em que os autores assim relacionados tenham um idêntico peso quanto a determinar as características e o rumos da interação. A instauração de equilíbrio e a manutenção da interdependência não decorrem de propriedades anônimas ou impessoais do sistema, mas estão ligadas à dimensão da intencionalidade, áreas onde são conectadas com os interesses e ideologias dos atores sociais (estejam esses em condição dominante ou dominado)” (OLIVEIRA FILHO, 1988, p. 56/57)

Em relação às minhas percepções, observei em campo, que na trajetória do Betânia a Igreja Católica exerceu uma forte influência na construção do espaço urbano. A atuação desse corpo sagrado socialmente pode ser observada junto ao bairro, não apenas nos trabalhos coletivos de construção da própria edificação clerical, mas também atuação voltada para o desenvolvimento da educação, da saúde, da infraestrutura urbana, dentre outras ações que levaram o espaço rural da Várzea do Felicíssimo a ser o atual bairro Betânia, polo econômico da Região Oeste na cidade de Belo Horizonte.

Nesse sentido, como outro método de pesquisa, me vali da análise documental do Livro do Tombo. Esse documento é um dos quatro livros essenciais à Cúria (Cân. 535, § 1) - Tombo, Batismo, Crisma e Casamentos (PORTUGAL, 1983) - e será aqui considerado como artefato etnográfico. Para a Igreja Católica, ele é um livro canônico-ecclesial de grande valor. Nele estão registrados os acontecimentos históricos da paróquia, os atos e fatos considerados

de suma relevância e os procedimentos administrativos mais importantes. São exemplos de assuntos a serem registrados nesse livro:

“decreto de criação da paróquia; histórico sobre suas origens; provisão dos párocos-vigários paroquiais (período de permanência e pequena biografia), cópia da escritura do terreno (compra ou doação); relação das associações, movimentos, grupos de serviço, estruturas de Igreja, pastorais; estatísticas anuais (batizados, casamentos, etc.); eventos marcantes; relação das comunidades - rurais e urbanas e/ou capelas filiais; horários das missas; desmembramento de novas paróquias e alteração de limite; etapas de construção, reformas, restaurações (indicando o período e os nomes dos responsáveis; inventário dos bens culturais da paróquia(imagens, quadros, alfaias, etc.) e outros registros significativos à comunidade.” (Sociedade Brasileira de Canonistas, s/a)

Os registros dos acontecimentos exemplificados no livro do Tombo não são uma mera liberalidade, que pode ou não ser cumprida, mas constituem uma obrigação paroquial. A responsabilidade de redigir tais registros recai exclusivamente no pároco ou no administrador da paróquia (Cân. 535 e Cân. 555). Pelas diretrizes canônicas, as anotações no livro devem ser feitas sempre em ordem cronológica, indicando o assunto, o dia, o mês e o ano. O conteúdo precisa ser claro, objetivo e sucinto, sem prejuízo do essencial. Embora sistemas modernos de informatização dos arquivos eclesiais existam, a recomendação é que os registros sejam feitos de duas maneiras: manuscritos (em livro específico) e eletrônicos.

O código de leis canônicas (Cân. 486) recomenda que “a Diocese e a paróquia tenham o máximo de cuidado para guardar esse documento eclesial”. De forma que (Cân. 535, § 4º)

“Em cada paróquia haja um cartório ou arquivo onde se guardem os livros paroquiais, juntamente com as cartas dos Bispos e demais documentos que, pela sua necessidade ou utilidade, se devem conservar; o pároco tenha o cuidado de não deixar cair em mãos de estranhos toda esta documentação, que deve ser examinada pelo Bispo diocesano ou pelo seu delegado, por ocasião da visita ou noutra oportunidade”. (PORTUGAL, 1983)

Na paróquia São Sebastião, o Livro de Registro do Tombo é descrito como um livro grosso, de capa dura preta, identificado por letras em caixa alta prateadas, com encadernação em brochura, pautado e numerado por folha. Em suas 154 folhas escritas, muitas foram as caligrafias, todas legíveis e escritas à caneta de tinta azul. Apesar de sua aparência simples, sua importância para o dia a dia da paróquia é imensa.

Guardado a sete chaves na secretaria da paróquia e de difícil acesso ao público, sua leitura foi possível somente após autorização direta dada pelo Pe. Luís à funcionária responsável pelo arquivo. Durante o meu contato com o documento manuscrito, foi-me solicitado zelo e

diligência, incluindo a assepsia prévia das mãos. Não me foi permitido tirar cópias ou fotos de seu conteúdo; para guardar as informações ali contidas, eram permitidas somente transcrições manuais, inicialmente realizadas com supervisão esporádica.

Por fim, ao descrever como estudo de caso a luta de Seu Belchior para regularizar sua propriedade, pude perceber que as barreiras impostas pela burocracia, presente tanto no Brasil quanto em outros países, algo que também é fruto do distanciamento entre a obtenção da posse e a obtenção da propriedade. Essa burocracia funciona como uma forma de violência simbólica, mantendo os moradores em um ciclo de informalidade e marginalização social. A análise de Bourdieu destaca essa dimensão simbólica das relações sociais, enquanto a experiência do Seu Belchior evidencia a necessidade de reformas na prática burocrática para garantir justiça social e o pleno exercício dos direitos dos cidadãos, movimento que outros países começaram a realizar por receio das implicações futuras que tal problema social pode acarretar.

3.1.3 Fontes da Pesquisa

Durante o campo, ao observar os processos desenvolvidos no bairro, compartilhei de inúmeras interações com a comunidade Betânia. Muito além dos cafés regados a pão de queijo na casa dos entrevistados, vivi entre os anos de 2021 até 2023 uma intensa experiência religiosa no bairro. Em termos de atividade, destaco as conversas que tive com os moradores em espaços públicos e comércios do bairro, os almoços de que participei na Comunidade Missionária de Villageria, reuniões dos Vicentinos, encontros para a reza do terço e as missas em datas comemorativas. No ano de 2023, por indicação da igreja também participei de uma homenagem realizada pela deputada estadual Ana Paula Siqueira na 10ª reunião ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, no auditório da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (30/05/2023, às 14 horas)⁵

Das entrevistas que compõem este trabalho, algumas são de autoria própria do trabalho de campo realizado em 2022 e 2023, enquanto outras foram um conjunto de entrevistas realizadas pela Viviane Rodrigues (Vivi) – transcrição Izabela Profeta, Neide Pacheco e

⁵ A audiência pública tinha por finalidade debater a importância histórica da Paróquia São Sebastião, localizada no Bairro Betânia, em Belo Horizonte, na promoção do protagonismo de mulheres e famílias belo-horizontinas e por sua contribuição, em parceria com a Comunidade Missionária de Villageria, para o desenvolvimento socioeconômico da região, em homenagem ao seu Jubileu de Ouro. Matéria disponível em: <https://www.almg.gov.br/comissoes/defesa-dos-direitos-da-mulher/1132/reuniao/1/2023-05-30/14:00>

Viviane Rodrigues – cedidas a mim por ela, de um trabalho realizado no bairro Betânia nos anos de 2017 e 2018.

Tabela 1: Dados das entrevistas realizadas por Viviane

| Nome completo do entrevistado | Nome de referência | Ocupação | Ano |
|--------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|------------|
| Jacqueline Aparecida Takahashi | Jacqueline Takahashi | Professora de Química da UFMG | 2017/2018 |
| Carolina Takahashi | Carolina Takahashi | Contadora | 2017/2018 |
| Ana Lúcia Pimenta Marçal Bonfim | Ana Lúcia | Funcionária Pública: Policial Civil | 2017/2018 |
| Elizabeth Alves | Beth Alves | Dona de casa | 2017/2018 |
| Celia Maria da Silva Vianna | Célia | Dona de casa | 2017/2018 |
| Agnaldo Amador Vianna | Agnaldo | Professor de inglês | 2017/2018 |
| Emilia Alves do Vale | Fiota | Dona de casa | 2022 |
| Claudina de Souza Carvalho | Dona Dinica | Aposentada | 2017/2018 |
| Cleusa Carvalho Santo André | Cleusa | Aposentada | 2017/2018 |
| Maria das Dores Silva | Dorinha | Aposentada | 2017/2018 |
| José Angelo de Oliveira | Didinha | Aposentado | 2017/2018 |
| Maria Gonçalves de Oliveira | Maria | Dona de casa | 2017/2018 |
| Mariangela Pereira Santos | Mariangela | Dona de casa | 2017/2018 |
| Nádia Lúcia Pereira Soares | Nádia | Dona de casa | 2017/2018 |
| Nadir da Cruz Pereira | Nadir | Dona de casa | 2017/2018 |

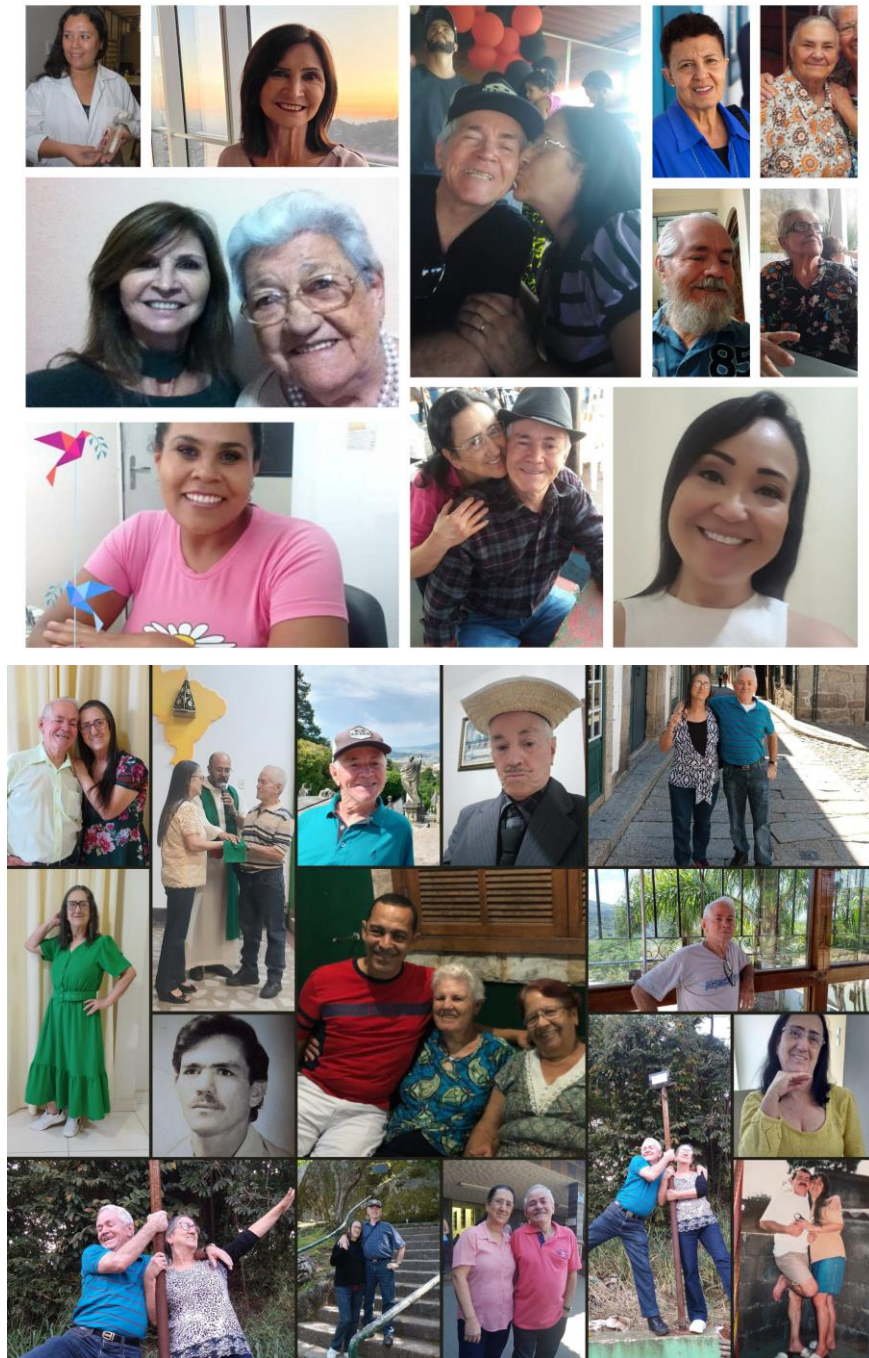
Fonte: Produção Própria

Tabela 2: Dados das entrevistas que realizei

| Nome completo do entrevistado | Nome de referência | Ocupação | Ano |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------|------------|
| João Carlos Andrade | João | Professor | 2022 |
| Belchior Braga de Almeida | Belchior | Vendedor | 2022 |
| Onilda | Onilda | | 2023 |
| Débora São José de Meneses | Débora | Arquiteta | 2022 |
| Viviane Rodrigues | Vivi | Professora | 2022 |

Fonte: Produção Própria

Figura 6 – Mosaico de fotos dos entrevistados



Fonte: Produção Própria

CAPÍTULO 1

DA VÁRZEA DO FELICÍSSIMO AO BAIRRO BETÂNIA: A RELEVÂNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO

Neste capítulo irei indicar os processos históricos de formação da cidade de Belo Horizonte e do bairro Betânia. Para atingir a esse propósito, dividi a exposição do capítulo nos seguintes tópicos: A história de fundação de Belo Horizonte, a trajetória de construção do espaço urbano no Betânia, a participação da Igreja Católica em sua formação, o coletivo de moradores que compuseram a história de construção do bairro e, por fim, a conclusão deste capítulo.

1. A História de Fundação de Belo Horizonte

1.1. *Cidade e República: Ambiente de transformações*

A edificação da nova capital de Minas Gerais, que foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897, ocorreu dentro de um contexto mais amplo de mudanças que vinham afetando o país desde pelo menos a década de 1870. Durante a segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira passava por profundas mudanças culturais, políticas e econômicas. Dentre as mudanças observadas na transição do Brasil Império para o Brasil República estão: a substituição do trabalho escravo⁶ pelo trabalho assalariado e, com isso, o crescimento demográfico das cidades causados pela imigração incentivada pelo Estado⁷; a marginalização

⁶A abolição da escravatura foi sancionada no país no 13 de maio de 1888, após o projeto da Lei Áurea tramitar por cinco dias na Câmara e no Senado do Império do Brasil. Em matéria disponibilizada por uma reportagem do Senado Federal a Lei Áurea seguiu os seguintes passos legislativos da propositura do projeto de lei até sua sanção: “No dia 3 de maio de 1888, a princesa Isabel de Orleans e Bragança, exercendo a regência pela ausência de seu pai, o imperador dom Pedro II — que estava fora do Brasil —, abre o ano parlamentar com um discurso que pede o fim da escravatura. No dia 8 de maio o ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, envia o projeto de abolição da escravatura ao Parlamento. No dia 10 de maio, o texto é aprovado pela Câmara dos Deputados, e no dia 13 de maio, pelo Senado. No mesmo dia, a lei foi sancionada pela princesa. Tudo em regime de urgência e com forte oposição dos escravistas.” (AGÊNCIA SENADO). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/13/ha-131-anos-senadores-aprovavam-o-fim-da-escravidao-no-brasil#:~:text=H%C3%A1%20131%20anos%2C%20senadores%20aprovavam%20o%20fim%20da%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil,-Compartilhe%20este%20conte%C3%BAdo&text=Comemorada%20pelos%20abolicionistas%2C%20odiada%20pelos,aboli%C3%A7%C3%A3o%20da%20escravatura%20no%20Brasil..> Acesso: 28 de novembro de 2023.

⁷ Estatísticas de povoamento Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>. Acesso: 28 de novembro de 2023.

da cultura popular brasileira, a exemplo do futebol, outrora das elites, agora destinado às massas e do carnaval, celebração com origem na festa portuguesa da Penha (CARVALHO, 2004).

Ademais, foi um período marcado por mudanças institucionais importantes, onde é destacada a promulgação da Constituição de 1891⁸. Com ela tivemos a modificação do modelo parlamentarismo franco-britânico para o modelo presidencialismo norte-americano, além da adoção da forma federativa de Estado e do sistema republicano de governo. Também ocorreu o estabelecimento da independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O sufrágio passou a ter menos limitações, apesar de que ainda se excluía analfabetos e mendigos do voto. Por fim, foi instituído o habeas corpus, o qual garantia proteção contra a violência ou ameaça ilegal no direito de locomoção de um indivíduo. Portanto, a alteração de maior significância foi a separação entre o Estado e a Igreja, retirando da Igreja Católica seu status de religião oficial, o qual foi concedido anteriormente.

No campo das ideias, novas correntes foram recepcionadas da Europa: evolucionismo, materialismo, positivismo, teorias raciais, anarquismo (CARVALHO, 2004). O ideal de progresso, inspirado no positivismo, que já deitava raízes na elite política luso-brasileira desde o período pombalino, se fortalece a partir das obras de A. Comte e Herbert Spencer. Como lema da nova República, estavam as palavras: Ordem e Progresso, cunhadas em símbolo na bandeira do país⁹.

A Ordem como base política a ser garantida pela repressão exercida pelas elites (estabelecida principalmente no Brasil agrário) para estabilizar, em grau suficiente, o novo “pacto de poder”, em detrimento do antigo arranjo imperial, frente aos movimentos sociais populares que surgiam “com grandes expectativas de renovação política, de maior participação no poder por parte não só de contra-elites mas também de camadas antes excluídas do jogo político” (CARVALHO, 2004), entre eles: os negros recém libertados, capoeiras, operários, os militares a nível de praça, anarquistas, etc.

Já o Progresso como meta a ser alcançada pela ciência e industrialização do país, em consonância com a modernidade, através da “tutela intelectual” dos técnicos e “homens de letra” (CARVALHO, 2004, p. 24/25). Nesse novo arcabouço, inclusive a técnica e a ciência, foram tidas como pilares para as mudanças sociais e caíram como “luva perfeitas” para parte

⁸ Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras#:~:text=1%C2%AA%20%2D%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201824%20\(Brasil,a%20primeira%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil. Acesso: 28 de novembro de 2023.](https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras#:~:text=1%C2%AA%20%2D%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201824%20(Brasil,a%20primeira%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil. Acesso: 28 de novembro de 2023.)

⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53829948. Acesso 28 de novembro de 2023>

dos grupos sociais urbanos que se pautavam nos seus conhecimentos como forma de ascender socialmente, pois, “a República é a Riqueza”, em clara “vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante” (CARVALHO, 2004)

“Chegados ao poder, do espírito de república guardavam no máximo alguma preocupação com o bem público, desde que o público, o povo, não participasse do processo de decisão. O positivismo, ou certa leitura positivista da República, que enfatiza, de um lado, a ideia do progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, contribuía poderosamente para o reforço da postura teocrática e autoritária.” (CARVALHO, 2004, p. 35)

Das pessoas técnicas legitimadas cientificamente para a produção e a reforma do “novo divino corpo da República” rumo ao progresso, à civilização e à modernidade, desde o vilarejo de Canudos até a recém inaugurada Belo Horizonte, estavam: engenheiros civis, arquitetos, sanitaristas, professores, higienistas, militares e inspetores do poder público. De forma que o Estado, por intermédio desses especialistas, em seus interesses, se coloca como um mediador e balizador das relações existentes entre o espaço urbano e a sociedade. (MORENO e VAGO, 2011, p. 78/79)

Para o processo de transformação de um espaço-corpo atrasado rumo ao destino moderno de conferir desenvolvimento ao Estado de Minas Gerais, três foram as cidades que “deram a luz” à nova capital mineira:

“a do futuro (desejada e sonhada pelos produtores do espaço); a do presente (a cidade-problema, requerendo ordem) e a do passado (aquela que precisa ser apagada)”. (MORENO e VAGO, 2011, p. 79).

Para o sucesso dessa missão de desenvolvimento, não apenas o corpo precisou ser modelado, mas também o social e demais dispositivos de natureza diversa, que receberiam, em si, o investimento estético necessário para compor o progresso.

Como a cidade, o corpo de seus habitantes não deveria ser nem baixo, nem deselegante: ser tão divino como ela, era o que se queria. Há que ver o que fizeram os próprios habitantes com seus corpos, usufruindo dele em práticas de permanente insubmissão estética. Fazer nascer uma cidade moderna sobre as ruínas de um arraial e obrigar seus habitantes a se tornarem cidadãos, nascendo de novo também: cultivar seus corpos foi exigência para um tempo que se apresentou implacável e irreversível – naquilo que construiu, no tanto que fez desaparecer. (MORENO e VAGO, 2011, p. 79)

Dentre as transformações nos espaços urbanos, lideradas pelo engenheiro Pereira Passos e o médico Oswaldo Cruz, destacam-se a ampliação das ruas e das avenidas e a modificação no sistema de transportes, que impactaram para que diversas casas das áreas centrais fossem

colocadas abaixo, expulsando muitos dos que viviam por ali. Em relação ao corpo social e demais dispositivos, em sua modelação civilizatória, novas regras de conduta (impostas pelo Decreto 1.211/1898 – Código de Posturas da Cidade de Minas Gerais), indica-se como exemplo a expulsão de mendigos das ruas do centro da cidade, a proibição de circular no centro da cidade animais como cães, vacas e porcos¹⁰. Essa condição também foi regulamentada pela lei municipal de Belo Horizonte de nº. 166 de 3 de abril de 1919, a presença de animais por força legislativa somente era tolerada junto às áreas suburbanas, sendo proibida a presença deles nas áreas tidas, à época, por urbanas. Eram também constantes inspeções sanitárias nos lares que tiveram início juntamente com a introdução da obrigatoriedade vacinal que, no Rio de Janeiro, descambou na Revolta da Vacina (1904).

A resistência a esses processos foi uma marca das primeiras décadas republicanas, ocorrendo tanto em Canudos como no Rio de Janeiro, então capital federal. A resistência a esses processos foi uma marca das primeiras décadas republicanas (CARVALHO, 2004). Algo que também ocorreu em relação à construção de Belo Horizonte e suas distintas dinâmicas.

1.2. *Belo Horizonte: A nova Capital Mineira*

A ideia de mudar a capital mineira da tradicional Ouro Preto partiu da necessidade sentida pelas classes dominantes na época, de, após a abolição da escravatura, solidificarem o modo de produção capitalista, concederem maior autonomia jurídico-política a Minas Gerais e desenvolverem, ainda que de forma tímida, o processo de industrialização do Estado. Das forças que atuavam a favor e contra a mudança, estavam, de um lado, as zonas cafeicultoras, e do outro, a mineração. (LE VEN, 1977, p. 19/20)

O local selecionado para a nova capital abrigava um pequeno arraial, conhecido pelo nome “Curral del Rei”. Havia motivado essa escolha, o clima, relevo, nascentes e cursos d’água, localização geográfica, extensão de terra, etc.¹¹, porém o principal fator foi a concordância, quanto ao local, dos grupos anti-mudancistas de Ouro Preto, considerável força de oposição que lutava contra a transferência da capital mineira. Dos locais cogitados para receber a nova cidade à época, o arraial de Curral del Rei (Belo Horizonte), frente às outras quatro opções (Juiz de Fora, Várzea do Marçal/São João del Rei, Barbacena e Paraúna), era o lugar que melhor

¹⁰ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1919/17/166/lei-ordinaria-n-166-1919-dispoe-sobre-construcao-de-cocheiras-cavalaricas-e-estabulos>. Acesso: 28 de novembro de 2023

¹¹ Matéria disponível em: <https://curraldelrei.blogspot.com/2010/04/o-arraial-de-belo-horizonte-e-escolha.html>. Acesso: 30 de novembro de 2023.

atenderia aos interesses diversos dos grupos em litígio: perspectiva modernizante, com base economicamente agrária, politicamente republicano, com potencial de industrialização, ligados à mineração, com potencial de expandir o comércio de Ouro Preto, etc. (LE VEN, 1977, p. 23).

“A escolha de Belo Horizonte foi, portanto, uma solução de compromisso. Para não ser o Vale do Rio Doce, nem a Várzea do Marçal, uma terceira solução seria a vencedora. O resultado da luta entre zonas decadentes e zonas prósperas do Estado destinou Belo Horizonte a ser a nova capital do Estado.

Os grupos modernizantes, forte economicamente sai[ram] materialmente vencidos nessa escolha, e os tradicionais ganharam cedendo em sua proposta inicial.

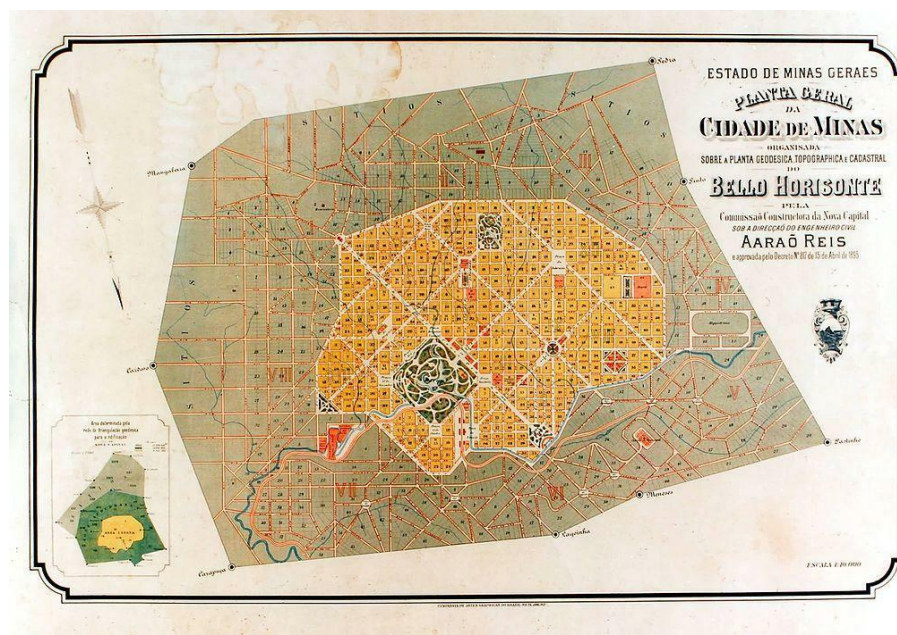
[...]

Se a Várzea do Marçal tivesse ganho seria uma vitória para os grupos ascendentes, por isso a solução intermediária não lhe foi também prejudicial. Se tivesse ganho o Rio Doce continuava-se a política agroexportadora inovando somente na criação de um novo polo de exportação ligado ao Espírito Santo.” (LE VEN, 1977, p. 23/24)

Após a aprovação da transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, pelo congresso mineiro, reunido em Barbacena, no dia 14 de fevereiro de 1894, foi emitido o decreto 680, que constituiu a Comissão Construtora da Nova Capital, com a liderança do engenheiro-chefe Aarão Reis para a construção da cidade (pós nomeação do Presidente do Estado, nos termos do que estabelecia o artigo 1º do decreto).

Com a colaboração do urbanista francês Alfred Agache, Aarão Reis projetou a cidade de Belo Horizonte em três setores: Urbano, Suburbano e Rural. Toda a parte tida por urbana estaria contida dentro de uma única avenida que cercaria a totalidade desse espaço, a Avenida do Contorno (sendo este o motivo para o seu nome). Já a área suburbana seria aquele espaço de transição entre a área planejada do centro e o ambiente natural do espaço rural, inúmeras fazendas e chácaras ocupavam esta última área.

Figura 7 – A planta geral da cidade de Belo Horizonte



Fonte: Planta geral da cidade de Belo Horizonte (1895) – Aarão Reis – Arquivo Público

Belo Horizonte, enquanto cidade planejada, foi pensada a partir da revolução científica que ocorria naquele tempo sobre a compreensão do corpo humano e do sistema sanguíneo¹². Tal como o coração bombeia sangue através das artérias e veias, para ser levado ao longo do corpo humano, a cidade seria estabelecida sob o princípio da livre circulação. Nesse sentido, avenidas e ruas principais e secundárias (interpretadas por veias e artérias) cruzar-se-iam entre si, para permitir o abastecimento de todo o espaço urbano (corpo) e facilitar o trânsito das pessoas (lidas como hemácias e leucócitos no plasma do sangue) em um ambiente saudável, limpo e organizado. (PASSOS, 2009, p. 43)

Tais intenções podem ser percebidas no trecho do relatório escrito por Aarão Reis, sobre a planta geral definitiva de Belo Horizonte, à época conhecida por “Cidade de Minas”, escrito à “COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL” do Estado de Minas Gerais, na Revista Geral dos Trabalhos, aprovada pelo Decreto nº 817 de 15 de abril de 1895:

“Ilma. e Exm. Sr.— com a maior satisfação que submètto, hoje, a aprovação de V. Ex.” a planta geral da futura cidade de “Minas”, destinada a ser a capital do Estado.

[...]

¹² Segundo informado por Passos (2009, p. 43), a obra que inspirou o planejamento urbanístico de Belo Horizonte nos moldes da circulação sanguínea foi: *De motu cordis* do autor William Harvey (1628).

Foi organizada, a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana, de 8 815 382 m², dividida em quarteirões de 120 m × 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°.

Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população.

Apenas à urna das avenidas—que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos—dei a largura de 50m, para constituí-la em centro obrigatório da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desinvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos.” (Minas Gerais, 1895, págs. 59 e 60) (*sic.*)

Dadas as características higienistas do espaço urbano central (contido na Avenida do Contorno) da mais nova capital mineira, nos moldes arquitetônicos do *art nouveau* e traçados por compasso e régua, em seu interior não haveria espaço para pobreza, que era entendida como desordem humana. Dessa maneira, o meio urbano foi segmentado de cima para baixo ao acolher os negócios e a elite e ao “mesmo tempo criar mecanismos de controle sobre a população mais carente e trabalhadora” (PASSOS, 2009, p. 45).

Em relação às classes que ocupariam a área de dentro da Avenida do Contorno, foram privilegiados, primeiramente, os funcionários do corpo burocrático (moradores instalados no Bairro Funcionários) e aos proprietários do antigo Arraial Curral Del Rei e oriundos da cidade de Ouro Preto.

“Acham-se já designados na planta os lotes dados em pagamento aos antigos proprietários do arraial, com as letras BH, o, bem assim, os quarteirões e lotes a reservar, com as letras R o r ; os lotes destinados aos empregados públicos, com a letra F, o os destinados aos ex-proprietários do Ouro Preto, com a letra P; marcados estes dois com número duplo, metade na parte urbana, metade na suburbana, para escolha ; tudo de acordo com o Regulamento e as ordens de V. Ex”. (Minas Gerais, 1895, p. 60) (*sic.*)

Aos mais pobres eram destinadas as áreas de subúrbio e as zonas rurais, o que posteriormente contribuiu para que o crescimento urbano se desse da periferia para o centro. Sem qualquer preocupação, planejamento ou infraestrutura nos assentamentos residenciais que a população de baixa renda ocupou.

“Igual à Paris de Haussmann, nos bairros humildes, a reforma restringiu-se à simples maquiagem, pois atrás dos prédios de fachadas determinadas pelas normas da construção civil, estavam às casas/cortiços com chiqueiros e nenhum tipo de ventilação. Dizia-se que Belo Horizonte cheirava a lenços d’alcofaca e a mofo das secretarias e o outro lado da cidade cheirava a água de colônia, a toucinho e a álcool” (PASSOS, 2009, p. 48)

Nas mãos de engenheiros, arquitetos e outros técnicos, o projeto de construção não se eximiu de botar abaixo o vilarejo de Curral del Rei e traçou, de forma muito bem definida, os eixos da cidade. Na elitizada área urbana se encontrava a maior parte da infraestrutura que foi levantada. Dos espaços planejados, muitos deles ainda hoje se encontram bem vivos, como a Praça da Estação e o Parque Municipal, em analogia ao corpo humano - concebido para ser o “pulmão urbano”, órgão respiratório tão importante quanto o sistema circulatório.

“A instalação de infraestrutura e equipamentos, coletivos, tem pois, uma conotação classista desde as origens: a centralização da rede de ensino, dos serviços de saúde, a limitação dos bairros centrais, do serviço de energia elétrica de água.” (LE VEN, 1977, p. 156)

“Nos primeiros anos, a instalação de equipamentos estruturantes em áreas da periferia decorrerem de pressões dos grupos sociais. A ação direta do estado é de preferência.” (LE VEN, 1977, p. 144)

“Permanecia a diferença social entre a área central, com mais infraestrutura, e a rede de bairros que se expandia na periferia, com poucos ou nenhum serviço urbano.” (RIBEIRO, 2011, p. 12)

Preservar a concepção de “cidade-modelo” levou o poder público a adotar inúmeras medidas legais para impedir que qualquer conduta, fato, acontecimento ou situação, modificasse a imagem de uma Belo Horizonte moderna, limpa e organizada. Além de segmentar, em termos de propriedade, por classe, o público das áreas urbanas através das concessões dos lotes ofertadas ou pelos altos preços praticados na comercialização do espaço (mais caros do que o valor que era cobrado para as áreas suburbanas) (LE VEN, 1977), frequentar e circular por tais ambientes somente era possível mediante obediência ao que estabelecia o Código de Posturas da Cidade de Minas Gerais (Decreto 1.211/1898).

Em termos da edificação das moradias urbanas, já no anúncio de venda dos lotes, emitido pelo poder público, era destacado que as construções deveriam respeitar as disposições legais do Decreto 1453 de 27 de março de 1901 (Regulamento de Construções, Reconstruções e Demolições de Obras na Cidade de Minas), sob pena de multa. No que tange aos espaços suburbanos, em que pese também algumas exigências legislativas, essas eram bem menores do que as moradas urbanas. (LE VEN, 1977, p. 142)

Com a desenvolvimento da cidade, do urbano para o suburbano em seu primeiro processo de expansão, alcançado pelo crescimento demográfico, medidas de controle para manter o caráter elitista, programático e planejado da cidade foram adotadas. Tais como o Decreto 3712 de 24 de setembro de 1912 que “torna extensiva à área suburbana da cidade de

Belo horizonte algumas disposições do regulamento de construção na área urbana”¹³. Em mesmo sentido está o relatório encaminhado ao conselho deliberativo acerca do seu primeiro ano de mandato, no tópico expansão da cidade, pelo então prefeito da cidade Flávio Fernandes dos Santos, em setembro de 1923¹⁴:

“Bello Horizonte vae caminhando naturalmente, e a passos largos, para o Poente, a ex colônia C. Prates e os bairros do Calafate e Barro Preto, estão fadados a grande desenvolvimento, o qual já se vae operando sensivelmente. (1923, p. 9)

Para evitar que as edificações se fossem realizando a esmo, à vontade dos proprietários, que iam a seu bel prazer abrindo ruas, que se formavam, às vezes, pela simples disposição das casas nos lotes vendidos, a Directoria de Obras expediu as regras convenientes á subdivisão ds lotes suburbanos, exigindo os requisitos technicos necessarios a alinhamento, nivellamento, regularisação da via pública, etc., afim das respectivas plantas serem approvadas, de modo a prevenir-se difficuldades futuras para a cidade, como infelizmente já se tem verificado em alguns casos. (1923, p. 9)

[...]

Em Bello Horizonte, cidade fundada sob um plano geometrico, racionaol e definitivo, seria um crime admittir-se o chamado methodo natural de crescimento, que ia sendo permitido, devido naturalmente á lição, inapplicavel ao nosso caso, das auctoridades europeas sobre o assumpto. (1923, págs. 10 e 11)” (*sic.*)

Apesar de concebida para crescer de forma ordenada do centro (urbano) para a periferia (rural) mediante supervisão do Estado nos moldes da planta oficial, por força do excessivo controle exercido nos primeiros períodos de construção da nova capital no perímetro da avenida do Contorno e por causa especulação imobiliária, o crescimento de Belo Horizonte ocorreu de fora para dentro (LE VEN, 1977, p. 142).

Contudo, em relação a esses novos espaços que alcançavam o centro, em desacordo ao que se pretendia, o desenvolvimento dessas áreas não se dera de forma ordenada.

“As áreas urbanas criadas dentro dos limites da Avenida se desenvolveram de forma organizada, com ruas largas e geométrica e contando com uma boa infraestrutura, já aquelas áreas localizadas fora deste entorno se modelam de maneira desorganizada, com ruas curvilíneas que acompanham o relevo natural.” (RIBEIRO, 2011, p. 9/10)

Essa realidade, em análise, pode ser explicada pelo fato de Belo Horizonte ser, ao contrário das expectativas de seus idealizadores que a concebiam como cidade planejada arquitetonicamente, algo construído em função e das necessidades do capitalismo nascente da

¹³ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/236261>. Acesso: 01 de dezembro de 2023

¹⁴ Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1922-1923-Flavio-Fernandes-dos-Santos.pdf>. Acesso: 01 de dezembro de 2023

República, das forças de trabalho das massas populares que subiram da periferia para o centro. Modelada a partir das forças que conquistam o espaço urbano por meio da disputa entre os grupos sociais dominantes e as massas populares, sob o controle do Estado (LE VEN, 1977, p. 156). No que Agier (2015) define por “fazer cidade”.

“Uma cidade não é simplesmente a relação de uma população com o espaço organizado e estratificado por leis naturais. Ela é o campo de luta de classes onde os verdadeiros conquistadores do espaço e seus construtores se vêm roubados do fruto do trabalho como o são no ato produtivo. Trata-se de uma relação de forças que um dia pode ser invertida, quando os verdadeiros donos retomarem o seu “lugar e hogar”.” (LE VEN, 1977, p. 157)

No que tange às etapas de desenvolvimento da capital mineira é importante ressaltar que da inauguração até 1920 o desenvolvimento da capital foi baixo e a cidade abrigou principalmente funções quase que somente administrativas¹⁵. Muito disso decorre da população à qual inicialmente a nova capital se destinava a abrigar: funcionários do Estado, famílias ligadas ao esquema político vigente e ex-proprietários de Ouro Preto, em tratamento diferencial a todos aqueles que compunham o aparelho burocrático estadual (LE VEN, 1977, p. 85).

A população da cidade entre os anos 1900 até 1920 foi a seguinte: em 1900 – 13.472 pessoas; 1906 – 17.615 pessoas, 1912 – 38.822 pessoas e em 1920 – 55.563 pessoas. Nos anos 20 observa-se o primeiro real crescimento demográfico da população Belo Horizontina¹⁶. Nos termos de Le Ven (1977, p. 100), nesse período, apesar do empenho do poder público para ocupar as zonas urbanas, 70% da população da capital estava concentrada nas zonas suburbanas e rurais, espalhadas principalmente nos bairros General Carneiro, Marzagão, Calafate, Engenho Nogueira, Pampulha, Piteiras, Menezes, Jatobá, Barreiro, Taquaril, Gameleira, Gorduras, Tejuco, Prado e Barro Preto.

1.3. *Etapas de expansão de Belo Horizonte*

Do “Rural rumo ao Urbano” a primeira fase de expansão, na região Oeste da cidade (localidade na qual o bairro Betânia está inserido), ocorreu dentro dos primeiros 40 anos de fundação da cidade. Nesse primeiro período de crescimento, espaços que outrora eram ocupados por matas, chácaras e fazendas, que teriam, inicialmente, a função de ajudar a cidade com a produção de alimentos e fornecimentos de recursos, transformavam-se em bairros

¹⁵ Informação disponível no link: <https://curraldelrei.blogspot.com/2010/07/os-anos-1920-e-o-inicio-da-remodelacao.html>. Acesso: 03 de dezembro de 2023.

¹⁶ (LE VEN, 1977, p. 100)

urbanos. Como exemplo dessa primeira expansão estão os bairros Calafate e Gameleira. O veículo para essa primeira mudança foi a instalação de algumas instituições públicas que ali se fixaram. Os responsáveis pioneiros em ocupar essa área foram a população operária. Muitos deles eram imigrantes estrangeiros que, inicialmente, viviam no centro urbano da cidade, mas foram de lá removidos pela Prefeitura, que então doou terrenos da antiga fazenda para que os operários os ocupassem (RIBEIRO, 2011).

O segundo momento de expansão de Belo Horizonte para região Oeste ocorreu no final da década de 1940, momento no qual a industrialização da cidade se intensificou e ocorreu um grande aumento populacional¹⁷. Na década dos 40, a cidade começava a se tornar uma metrópole. Junto aos antigos habitantes que conseguiram se manter, chegavam levas de trabalhadores, sobretudo imigrantes estrangeiros, que foram absorvidos nos ramos da construção, do comércio e também nas colônias agrícolas que se formavam nas áreas rurais. Transferidos da antiga sede do poder estadual, Ouro Preto, vieram ainda funcionários públicos (RIBEIRO, 2011, p. 11).

A expansão alcançou os limites do município e as fronteiras com outras cidades, como Contagem, que começam a se confundir em um processo de conurbação. Uma das principais áreas de expansão foi justamente a região Oeste, crescimento incentivado pela expansão da Avenida Amazonas e pelo estabelecimento da Cidade Industrial. Entre 1940 e 1970, o crescimento populacional foi marcante, dada à vinda de pessoas, de regiões rurais, que buscavam empregos na capital, mas que, dada a baixa renda, viviam em regiões afastadas do centro (RIBEIRO, 2011, pág.12).

Bairros como Madre Gertrudes, Nova Cintra, Nova Gameleira e Salgado Filho surgem neste momento de expansão da cidade, como alternativa para as populações mais pobres que buscavam soluções para se integrarem à metrópole em formação. De forma similar ao desenvolvimento de outros bairros e da cidade em si, essa região era anteriormente rural, com apenas uma linha de trem e o desenvolvimento inicial da Avenida Amazonas como forma de identificar que faziam parte de uma cidade (RIBEIRO, 2011, p. 18). As mudanças em busca de modernização levadas a cabo pelo então prefeito, Juscelino Kubitscheck (nos anos de 1940 até 1945), aceleraram o processo de ocupação desses bairros ao, por exemplo, desocupar mais de

¹⁷ Entre os anos de 1920 a 1940 a população de Belo Horizonte teve um salto, a cidade partiu de um total de 55.563 para 211.373 pessoas. (LE VEN, 1977, p. 100)

3000 famílias da Pedreira Padre Lopes e realoca-las para um novo bairro Vila Mato da Lenha, que posteriormente viria a se tornar o atual bairro Salgado Filho (RIBEIRO, 2011 p. 24).

Além disso, muitas ocupações não aprovadas começaram a ocorrer devido ao volume de chegada de pessoas com baixa renda e com poucas condições de se integrarem à cidade de forma regular. Este processo ocorreu principalmente nos anos 50, e bairros como Cabana Pai Tomaz e Vista Alegre são exemplos que surgiram justamente nesse contexto (RIBEIRO, 2011, p. 24).

Durante as décadas de 1940 e 1950, embalado pelo avanço industrial na cidade, as áreas centrais passam por reestruturações urbanísticas, dentre as quais o crescimento do número de grandes edifícios, uma vez que não havia mais lugares para serem ocupados. Nas duas décadas seguintes, esse processo de verticalização tomou vários bairros da capital, que também tiveram ampliação no número de serviços, ficando menos dependentes das áreas centrais (RIBEIRO, 2011, p. 11-13)

É possível observar que o processo de expansão de Belo Horizonte foi marcado pelo surgimento de ocupações autorizadas e não autorizadas, processos de migração e de realocação de moradores que antes ocupavam a região central da cidade coexistiram; a zona rural foi se afastando cada vez mais do centro e aquela que antes existia ali passou a se tornar urbana, caracterizada por uma dificuldade de adaptação de infraestrutura e serviços, como o de transporte, para atender à população que passou a viver em tais bairros

O terceiro momento de transformação da capital mineira ocorreu nos anos 1970. Já estabelecida como uma metrópole, com mais de 1 milhão de habitantes, pouco das características rurais dos arredores da cidade permaneciam. Fazendas, chácaras e matas deram lugar a construções, urbanização e asfalto. Cursos d'água, córregos e riachos haviam sido cobertos por ruas e avenidas, e as serras que cercavam a cidade foram tomadas por edifícios e casas. Mesmo algumas regiões que ainda mantinham as características bucólicas com elementos do antigo aspecto rural começaram a sofrer mudanças nesta época (RIBEIRO, 2011, p. 24 - 27).

2. O Bairro Betânia

Buritis, Cinquentenário, Estoril e o objeto de estudo desta pesquisa, o Betânia, são exemplos de bairros que mantiveram tais características rurais até a década de 1970. A

formação do bairro Betânia se deu durante esse período, no início da década de 1960. A partir de 1983, foram criadas as regionais, unidades administrativas, que incluem bairros próximos que mantêm semelhanças da época de ocupação. Atualmente são nove regionais administrativas em Belo Horizonte¹⁸. O bairro que será aqui estudado se encontra na regional Oeste que, de maneira geral, foi formada por bairros que tinham características mais rurais, repletos de chácaras e fazendas (RIBEIRO, 2011, p. 13-18).

Nestas regiões se encontravam importantes matas e nascentes de córregos que eram de grande valia para a cidade. Ao mesmo tempo em que eram necessárias por manterem elementos naturais significativos para a capital, eram também valorizadas por serem possíveis espaços de expansão, que poderiam acomodar a crescente população belo-horizontina. Estas regiões eram caracterizadas pela presença de, predominantemente, casas, com aspectos similares a cidades do interior, como era o caso do Conjunto Habitacional Betânia, Nova Barroca e Palmeiras (RIBEIRO, 2011, p. 27).

No entanto, a metrópole em constante crescimento necessitava de espaços que abrigassem o maior número de pessoas possível, a otimização do espaço era a preocupação. Isso impulsionou a criação de conjuntos habitacionais verticais. Esses prédios eram mais baratos do que aqueles localizados nas partes centrais da cidade e eram capazes de abrigar um número maior de moradores, marcadamente aqueles de renda baixa e média baixa. O bairro Betânia é um dos que contava com um desses conjuntos habitacionais, que foram construídos entre os anos 70 e 80 (RIBEIRO, 2011, p. 27 - 28).

Com o avanço urbano em direção à Serra do Curral, que está presente na parte sul da Regional Oeste, a presença de áreas verdes foi diminuindo. Como forma de garantir, pelo menos em parte, a preservação da mata nativa e, conseqüentemente, do meio ambiente, parques foram criados na região (RIBEIRO, 2011, p. 28). Um exemplo é o Parque Jacques Cousteau, no Betânia, que ocupou a área que antes era ocupada pelo lixão, o que será melhor explorado na próxima seção.

O que explica a urbanização tardia destes bairros é a dificuldade de acesso. O desenvolvimento de novas avenidas como a Barão Homem de Melo e a Raja Gabaglia, por exemplo, facilitou o acesso à região, o que estimulou tanto o crescimento como a verticalização da área.

¹⁸ São as nove regionais administrativas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Norte, Noroeste, Oeste, Pampulha e Venda Nova.

Ao longo da trajetória de construção de Belo Horizonte e em suas etapas de desenvolvimento, diversas foram as fazendas do meio rural que se modelaram em bairros no processo de urbanização, para atender às necessidades da emergente capital mineira. Várias foram as pessoas diretamente envolvidas com o Município na modificação dos espaços, para criarem o local que hoje elas vivem. Diversos foram os habitantes que ajudaram a fomentar a identidade que os bairros apresentam nos dias atuais. Os bairros constituídos na história de Belo Horizonte, além de simples divisões administrativas do município, são locais onde muitos indivíduos passam a maior parte de suas vidas. Por isso, morar em um bairro gera sentimentos de pertencimento e torna-se para seus habitantes mais uma dentre as suas múltiplas identidades.

Por fim, é importante ressaltar que o bairro Betânia, tal qual outros bairros que formaram Belo Horizonte, em especial na Região Oeste, compartilha características e particularidades, e uma delas é o importante papel da Igreja no desenvolvimento do espaço e na vida dos moradores, tópico a ser desenvolvido na sequência do texto.

2.1. Do Rural ao Urbano: A história de transformação urbanística de Várzea do Felicíssimo para Bairro Betânia

Diferentemente da parte urbana central, devidamente planejada pelos especialistas, o Bairro Betânia se constituiu a partir de seus moradores e das famílias que lá habitavam. Localizado na fazenda chamada Várzea do Felicíssimo, sobre as antigas terras doadas pelo Estado ao Conde Felicíssimo Alves do Vale - personagem destacado por Abílio Barreto (1996, p. 186) como um dos principais filhos de Curral dei Rei -, habitado até hoje por seus descendentes, o bairro Betânia foi constituído, efetivamente, na terceira etapa do processo de desenvolvimento de Belo Horizonte, nos anos de 1970. (RIBEIRO, 2011, p. 27)

A partir dos trabalhos de campo, realizados durante a pesquisa, foi possível perceber dos relatos de alguns dos moradores, que o processo de desenvolvimento do bairro Betânia, após a constituição da cidade de Belo Horizonte (1894), dividiu-se em 3 importantes etapas: a primeira delas, o espaço Rural (época em que o bairro era dividido por sítios e chácaras), a segunda durante o processo de urbanização (a partir das décadas de 70 e 80) e a última delas, após os anos 2000, de modernização do espaço urbano pelo Capital, momento em que o bairro inicia processos de gentrificação da localidade.

O primeiro Registro Civil das terras do bairro Betânia, a partir das pesquisas de Abílio Barreto, datam do ano de 1854, antes mesmo da transferência da capital para Belo Horizonte,

época em que o antigo arraial Curral del Rei recebia em seu seio, mediante doação do Estado, seus primeiros proprietários:

A 18 de setembro de 1850 era sancionada a Lei n. 601,156 dispoendo sobre a organização do serviço de registro de terras. Regulamentada essa lei pelo Decreto n. 1.318, de 30 de junho de 1.854, foram os párocos de todas as freguesias da província incumbidos de receber as declarações de terras, que eram obrigados a fazer os respectivos proprietários. Essas declarações eram feitas e assinadas em duas vias: uma que o pároco transcrevia em livro próprio e arquivava, outra que remetia à Secretaria do Governo na Capital da Província. Na paróquia de N. S. da Boa Viagem do Curral dei Rei, as declarações feitas até 22 de outubro de 1857 foram, em resumo levantado por nós, do Livro n. 67, existente no Arquivo Público Mineiro, as seguintes: (1996, p. 191)

[...]

F

[...]

Felicíssimo Alves do Vale, 5 alqueires na Boa Vista, em comum com outros herdeiros de Francisco Alves do Vale. O mesmo, 5 alqueires, no Cercado, havidos por herança da finada D. Úrsula de Sousa Guimarães, divisando com terras do coronel Damaso da Costa Pacheco e outras do Cercado. O mesmo, terras nos Gorduras, havidas por herança. (1996, p. 197)

[...]

Francisco de Sousa Guimarães, 2 V2 alqueires na Vargem, divisando com as fazendas do Barreiro e com Felicíssimo Alves do Vale (Barreto, 1996, p. 199)

Entre os períodos que antecederam à criação da cidade de Belo Horizonte, dentre os anos 1850 (ano em que as terras foram concedidas ao Conde Alves do Vale) até 1897 (inauguração de Belo Horizonte), na localidade Várzea do Felicíssimo (atual bairro Betânia), existia uma imensa fazenda, com produção pecuária e agrícola. Até a aprovação da Lei Áurea, o trabalho junto à essa fazenda era desempenhado por pessoas escravizadas. Após o fim da escravidão, o trabalho passou a ser desempenhado por pessoas que migravam do interior de Minas Gerais, como disposto nos relatos da moradora Emília Alves do Vale - bisneta de Úrsula Paulina, proprietária originária do território Várzea do Felicíssimo -, carinhosamente apelidada pelos vizinhos de Fiota, uma senhora batalhadora de 89 anos que tem como profissão a função de doméstica:

Fiota: Vinha muito assim do interior, Três Marias, Santa Maria...vinha assim, do interior e até aqui tinha um barracão aqui comprido que vinha os trabalhadores de lá e ficava cada um no seu quatinho para trabalhar para gente. Vinha assim da Piedade... Viviane: Piedade de Gerais?

Fiota: Assim, quando não vinha para plantar...eles vinham para trabalhar para gente, ai ficavam no barracão e de mês em mês iam visitar a família.

Entrevistadora: Então seu pai tinha aquele monte de quatinho que os funcionários dormiam.

Fiota: Meu pai não, meu sogro, casado com minha tia. Eu e meu marido somos primos primeiros.

Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Na Fazenda Várzea do Felicíssimo, no início do século passado, em termos de construção, havia uma grande casa e um imenso Cruzeiro – local onde os moradores, à época, praticavam a fé católica. Em suas terras, além da agricultura e pecuária, se produzia também lenha.

Era um terreno muito grande perto do curral e tudo em volta da casa era limpo
Entrevista concedida por Emilia (Fiota).

Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Após a morte de Úrsula Paulina e Felicíssimo Alves (proprietários originários da latifúndio Várzea do Felicíssimo), com a divisão da fazenda entre os seus herdeiros e com as subsequentes vendas das terras herdadas, o que outrora representava um imenso latifúndio, transfigurou-se em uma Várzea Rural repleta de sítios e chácaras, com inúmeras plantações de chuchu, tomate e árvores frutíferas. De acordo com os relatos de Fiota e Jacqueline Takahashi (informação verbal)

Plantavam chuchu, tomate. Isto bem depois do início do bairro, que antes era pasto e se plantava capim para pasto e era pasto pra bois.

Entrevista concedida por Jacqueline Takahasi. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Antes era capim, roça e lenha, depois passou para verdura. No tempo que eu era casada, já era verdura e chuchu. Aqui tudo era horta até no Bom Sucesso.

Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Antes da modernização do bairro, na primeira etapa de desenvolvimento da localidade, época em que bairro ainda era denominado Várzea do Felicíssimo, o estilo de vida na região era simples, e os vizinhos, bem familiares. De acordo com o relato das moradoras Célia e Fiota, em entrevistas concedidas para a produção dessa pesquisa, na localidade do Betânia não havia transporte ou comércio estabelecido, salvo a vendinha do "senhor Genô" que socorria os moradores em produtos de necessidade básica no dia-a-dia. Infraestruturas e demais equipamentos públicos eram inexistentes. Célia é moradora do bairro Betânia desde que nasceu e é outra decente da Família Alves do Vale. Segundo ela, os moradores (...)

(...) Pegavam ônibus no Salgado Filho para ir até o Gameleira. Iam com um sapato até o Senhor Genô, e depois calçavam outro pra seguir no transporte, até o Gameleira. Na venda dele tinha lugar para deixarem as roupas sujas de terra, os sapatos... e seguirem limpos para o Gameleira, e depois, para o centro. Deixavam até toalha.

Na Gameleira é que se comprava tudo mais sofisticado. O de urgência comprava nas vendinhas, do Betânia e do senhor Genô, no Salgado Filho, que tinha mais coisas. Mas, farmácia, por exemplo, só no Gameleira. Farmácia do Senhor Auri. Se passasse mal de madrugada tinha de ir lá chamá-lo. Mas, todo mundo tinha a saúde boa. Ninguém passava mal assim não. Médico também era no Gameleira.

Entrevista concedida por Célia. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Não tinha ônibus, não tinha nada.

Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Na localidade, os primeiros atendimentos de consulta médica realizados, segundo esses moradores, eram inclusive disponibilizados dentro da Paróquia São Sebastião, por médicos católicos que realizavam atendimento por trabalho voluntário assistencial, uma vez por semana.

O acesso ao transporte público, nos primórdios do bairro, era possível somente por deslocamento até os bairros vizinhos, o deslocamento até o centro da cidade se dava a pé ou de charrete até o bairro do Calafate, depois por bonde, do Calafate ao centro, posteriormente de caminhão via bairro Salgado Filho. Apenas após a implantação dos serviços de transporte coletivos na região Oeste foi que as pessoas tiveram acesso aos ônibus que circulavam nos bairros vizinhos.

Para ir para o Calafate pegar o bonde, passavam pelo Bom Pastor. Depois, bonde e cidade.

[...]

Entrevistadora: Nessa época que você começou a trabalhar já tinha ônibus já?

Fiota: Não, ia a pé até o Salgado filho, lá pegava o caminhão. Um caminhão de ... Tinha aqueles bancos e tinha aquela escadinha para a gente subir. A gente ia até lá no Prado trabalhar lá. Depois começou ônibus e a gente ia para o Salgado Filho, esse negócio do caminhão acho que foi mais ou menos 1 ano.

Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Nos primeiros anos da Várzea do Felicíssimo, o ensino somente era possível àqueles que saíam do bairro. Em termos de educação, a primeira e única escola da região até a década de 70 era a escola de ensino básico Emília Cerdeira, atualmente reconhecida como escola estadual. O bairro vizinho Calafate era quem fornecia o ensino fundamental.

Inclusive, a escola Emília Cerdeira foi construída, como indicam os relatos coletados em campo, como condição para a realização do casamento de Augusto e da professora Emília Cerdeira – pessoa que deu nome e ajudou na fundação da escola –, após doação do terreno que passou a abrigar a escola e também a moradia do casal.

Ao lado da casa da Célia ficava, e ainda fica, a escola Emília Cerdeira. Emília formou-se em Mariana, e se casou com o tio de Célia, Augusto, que foi enviado pelo pai para estudar lá também. Emília era filha de portugueses e o pai só deixou ela vir se o noivo conseguisse uma escola para ela dar aulas. O avô de Célia, pai de Augusto, negociou na prefeitura, ele deu o lote e a prefeitura construiu a escola para Emília dar aulas. Ela

deu aulas lá por 40 anos, aproximadamente. Ela e o marido moravam também no lote da escola, pois, a prefeitura construiu uma casinha para os dois.
Entrevista concedida por Célia. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3
(Célia, 2022)

Em termos produtivos, na atividade laboral de produção junto à terra dos diversos sítios e chácaras existentes, os trabalhos passaram a ser desempenhados pelos próprios possuidores, seus agregados familiares e, por vezes, alguns trabalhadores, que se valiam da produção para vender e fazer renda para a família. Essa realidade é percebida em um dos relatos de Fiota - que, inclusive, durante a entrevista, de forma envergonhada e vaidosa, mencionou o trabalho desempenhado na roça, em meio aos cortejos que recebia dos homens na região.

Agnaldo: Fiota...parecia moça da cidade, branquinha, não era queimada igual as outras.
Viviane: Que ficava na roça?
Viviane: Ficava vestida de princesa, né, Fiota?
Fiota: Mas eu trabalhava muito na roça também. Com os vestidos aqui, de saco.
Entrevista concedida por Emilia (Fiota) e Agnaldo. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Durante o período em que o Betânia ainda era uma região rural, até pouco tempo depois do processo de urbanização, a arquitetura do bairro era composta por terrenos divididos por arames farpados e casas construídas, em sua maioria, de pau-a-pique, na cozinha não era comum a existência de fogão a lenha, para o preparo dos alimentos era utilizado um buraco no chão, no qual os moradores da casa colocavam fogo.

Na cozinha, a cozinha grande. Tinha um buraco, tudo limpinho.
Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Não havia sistema de água encanada e esgoto. O acesso à água era geralmente por cisterna. No "tempo do lixão" (1950 até 1970), a prefeitura construiu uma bica para os trabalhadores utilizarem. Por vezes as mulheres do bairro iam até esta bica para lavarem as roupas e buscar água para o consumo doméstico, água transportada na maioria das vezes por latas, carregadas na cabeça. As necessidades fisiológicas eram feitas em fossas ou atrás das bananeiras existentes nos quintais das casas. O primeiro vaso sanitário construído no bairro foi na casa da dona Célia, evento que causou, inclusive, comoção social de pessoas que sequer sabiam como usá-lo. Viviane, uma das entrevistadas na pesquisa, narrou em entrevista que logo após a obra ter sido concluída, muitos vizinhos iam até a casa da Célia, para visitarem e conhecerem a "privada".

O processo de urbanização do bairro Betânia (segunda etapa de desenvolvimento do bairro) somente ocorreu na década de 1970, época em que alguns comerciantes chegaram no bairro e se estabeleceram na avenida Úrsula Paulino. Alguns deles, inclusive, continuam em atividade no bairro até hoje, tais como a Casa Helô (uma loja de armarinho), a Padaria Diplomata, a Drogaria Edem, o Bar do Yé-Yé.

Figura 8 – Imagem do bairro Betânia capturada por satélite



Fonte: Matéria jornalística portal: daquibh¹⁹

Foi durante essa etapa de transformação que, em termos de infraestrutura, o bairro Betânia alcançou um mínimo de desenvolvimento social e melhores condições de vida para seus moradores. Das conquistas indica-se a pavimentação das principais ruas, retirada do lixão mediante a articulação social dos moradores, implantação de serviços básicos e a melhorias significativas nas moradias, que passaram a ser de alvenaria. Todo esse processo foi estabelecido entre as décadas de 70, 80, 90 e 2000.

A escola municipal de ensino fundamental Mestre Ataíde (segunda escola a ser construída no bairro) foi implantada inclusive durante esse período, inserida na localidade que antes comportava o lixão (vigente no bairro entre os anos 1950 até 1970). Nos termos do que

¹⁹ Imagem disponível em: <https://www.daquibh.com.br/betania-um-dos-bairros-mais-famosos-da-regiao-oeste-de-bh/>. Acesso: 07 de dezembro de 2023

informa Agnaldo, filho de Célia (descendente direta de Família Alves do Vale), morador do bairro Betânia desde que nasceu:

Quando inaugurou. Comecei aqui no Emília Cerdeira que... chamava Dom Cabral até a 3ª série e a 4ª fiz lá, pq já tinha a história de Mestre Ataíde que estava começando a ser construído ... quem estudasse em escola da prefeitura tinha vaga garantida no Mestre Ataíde. Sou da época do lixo.

Entrevista concedida por Agnaldo. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Com a saída do lixão (que recebia mais da metade do lixo de Belo Horizonte até 1971 e comportava objetos como carcaças de veículos, animais mortos, alimentos podres, dentre outros), não apenas a escola Mestre Ataíde foi construída em sua localidade, mas também, inicialmente um mudário municipal, posteriormente transformado no Parque Municipal Jacques Cousteau. Tal qual informado na matéria: *Jacques Cousteau – o parque de BH em que o verde engoliu a sujeira*, publicada pelo jornal Estado de Minas:

Foi em 1971, que o então depósito de lixo foi transformado em área verde, destinada à produção de mudas de pau-ferro, quaresmeiras, sibipirunas, magnólias, ipês e outras espécies que hoje se tornaram árvores distribuídas por toda a cidade. A produção chegou a um milhão de exemplares por ano, até o local tornar-se jardim botânico, também destinado à pesquisa. Foi em 1998 que a reserva ecológica abriu suas portas à comunidade. E hoje é um dos lugares de inspiração, lazer, prática de esporte e de contato com a natureza mais importantes de BH

[...]

O espaço tem ainda áreas de contemplação da natureza e é cortado por um córrego, o Bonsucesso. Tem também espécies nativas do cerrado, de quando era uma fazenda, antes de ter sido vendido à Prefeitura de Belo Horizonte. Nos últimos tempos, a área ganhou ainda mais visitantes depois de abrir espaço para a comemoração de aniversários e realização de piqueniques, visitas guiadas de escolas, além de eventos.

[...]

LINHA DO TEMPO

Veja a cronologia da criação do Parque Municipal Jacques Costeau

1949

A Prefeitura de Belo Horizonte compra um terreno de 468,5 mil metros quadrados em uma área chamada de Várzea do Felicíssimo, hoje conhecida como Bairro Betânia.

1951

O local passa a funcionar como um depósito de lixo, como produtos alimentícios estragados, ferro-velho, cacos de vidro, lixo hospitalar, cavalos e outros animais mortos, além de diversos materiais que ofereciam risco de contaminação

Entre 1955 e 1958

A Várzea do Felicíssimo recebia mais da metade de todo o lixo da cidade

1971

Foi determinado o fim do depósito de lixo no local, por meio do Decreto Municipal 2.065, que criou o Parque Municipal da Vila Betânia (chamado hoje de Parque Municipal Jacques Cousteau). Na ocasião, o lugar funcionou como Horto da Betânia e era destinado à produção de mudas para toda a cidade.

1977

O horto foi transformado em uma reserva biológica.

1991

O espaço foi transformado em Jardim Botânico, onde foram mantidas as funções do horto de produção de mudas arbóreas e ornamentais.

1998

O parque recebeu o nome de Jacques Cousteau, em homenagem ao francês Jacques-Yves Cousteau, cientista preocupado com a preservação da diversidade biológica, que dedicou parte de seus estudos à Amazônia.

1999

Mesmo sem inauguração oficial, o parque foi implantado e aberto à comunidade. Atualmente, o espaço tem uma área de 335 mil metros quadrados²⁰.

Muito das primeiras e principais estruturas do bairro, como indicado na imagem 3, foi implantado no entorno da Paróquia São Sebastião, e demonstra na estrutura arquitetônica o forte impacto que teve a Igreja Católica na construção do Bairro Betânia. De forma que, para se entender os processos de transformação desse bairro, necessário se faz compreender a religião como fator fundante nas gêneses e no desenvolvimento dessa localidade. Perspectiva a ser abordada no tópico que se segue.

Por fim, em relação à atualidade encontrada no bairro, em plena terceira etapa de desenvolvimento, observa-se que o processo de transformação social, outrora conduzido pela Igreja Católica (nos moldes daquilo a ser apresentado na seção seguinte), agora vem sendo conduzido por empreendimentos capitalistas que se destinam à revitalização do espaço urbano. Já no ano de 2023, o Betânia conta com 5 condomínios de luxo e uma extensa rede de estabelecimentos comerciais de grande porte. Pequenos comércios que na década de 70 ajudaram com o processo de modernização e urbanização do bairro, vêm sendo engolidos por empresas como: O Boticário, Araújo, Subway, dentre outras que se espalham em grande escala no bairro.

²⁰ Matéria

Disponível

em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/24/interna_gerais,737147/parque-plantado-em-lixao-de-belo-horizonte-chega-aos-45-anos.shtml. Acesso: 07 de dezembro de 2023

2.2. *De Pe. Paulo a Pe. Luiz: A construção Histórica do bairro a partir da Igreja Católica.*

A construção e o processo de desenvolvimento do bairro Betânia, tal qual Belo Horizonte, desde a sua ocupação e fundação, modelou-se pela relação social estabelecida entre os seus moradores, a Igreja Católica e o Estado. O sagrado na constituição do Betânia não apenas ditou a moralidade social, como também, de “mãos dadas” com o sistema capitalista, possibilitou o surgimento do bairro, nos moldes do que ele é hoje.

Essa esfera de colaboração (Sociedade/Igreja/Estado) na construção do espaço urbano estabeleceu-se no Brasil, nos termos do que José Murilo de Carvalho (2004, p. 145) define por “espírito associativo”, inicialmente de forma assistencial, em oposição à estrutura de cooperação social vigente da Europa. Muito disso pela forma como a Igreja Católica apresentou-se na missão pelo país.

O Brasil, junto com os outros povos ibéricos, caracterizava-se pela sociabilidade, pela predominância dos aspectos morais, afetivos, integrativos, colaborativos. Os povos de tradição protestante eram individualistas, egoístas, voltados para aspectos materiais, para a ciência, para a competição. (CARVALHO, 2004, p. 151)

Na história positivista de formação do Estado Republicano Brasileiro, a participação religiosa integrativa e comunitária na estruturação política do país é inclusive ressaltada em detrimento da visão liberal e individualista, tida como base de conflito e dispersão democrática. (CARVALHO, 2004, p. 151) Essa perspectiva, por sua vez, se solidifica na doutrina social da Igreja Católica, que fomentava o catolicismo militante como forma de combater “preocupação com a perda da influência política da Igreja após o advento da República e, sobretudo, com o distanciamento dos fiéis” (AMARAL, 2015, p. 69)

Nesse contexto, os bispos e a militância leiga começaram um projeto político-pastoral conhecido como Restauração Católica que objetivava reconquistar o poder político da Igreja por meio da expansão territorial da sua influência (entre 1890 e 1930 foram criadas 56 novas dioceses) e da reaproximação dos fiéis. Nesse projeto, ganhou centralidade a formação de militantes que difundissem o catolicismo pelo país e, sobretudo, que incentivassem o associativismo baseado na doutrina social de Leão XIII. (AMARAL, 2015, p. 69)

Apesar da reconhecida importância institucional da Igreja Católica na formação do bairro, esta, por si só, não é suficiente para imprimir a marca do sagrado no urbano, uma vez que ainda tem significância as pessoas em seus modos, maneiras e formas de viver e agir, a real expressão da influência do sagrado na gênese de cada localidade.

Em algumas localidades, a ligação entre os modos de viver de seus habitantes e visitantes com a experiência fática religiosa, contribui para que a identidade da cidade, seja diretamente relacionada ao acontecer religioso. (OLIVEIRA e PACHECO JUNIOR, 2021, p. 7)

No bairro Betânia, a marca do sagrado impressa na relação entre a comunidade e a Igreja Católica, ao longo da história de criação do bairro, pôde ser vista nas festas religiosas celebradas, na reunião para a reza do terço, nos movimentos de articulação pela construção da igreja, na escolha do nome do bairro, no trabalho pastoral dos párocos, vicentinos²¹, maristas²² e missionários.

Ainda no tempo da antiga Curral Del Rei, nas terras de Várzea do Felicíssimo, para a prática da fé, encontrava-se no centro da fazenda uma enorme cruz de madeira para adoração da Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo). Na época, pela ausência de um espaço litúrgico, as missas e festas religiosas eram realizadas em espaços domésticos.

A gente morava com a vovó lá e a casa era cheia, tinha muito sobrinho, tudo da igreja era lá, se tivesse uma missa, casamento, missa, tudo era lá que celebrava, porque era só o cruzeiro. Era um terreno muito grande, perto do curral e tudo em volta da casa era limpo, ali fazíamos as procissões em volta da casa, celebrávamos no terreno. Desde pequena eu era muito devota de Santo Antônio. É, desde que eu nasci ela já fazia fogueirão de Santo Antônio e de São Pedro, já fazia a festa. Depois os que os padres do Calafate começaram a vir para cá começou a celebrar a festa e era festão mesmo. Tudo na luz de lamparina, porque era tudo mato ainda.

Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

A primeira estrutura religiosa foi construída somente no ano de 1932, após o Sr. João Alves do Vale (vicentino) doar um terreno para a igreja católica, local em que foi implantada a capela do bairro. Nesse mesmo ano, em ritual de consagração dessa estrutura eclesial, Dom Antônio dos Santos Cabral, (arcebispo de Belo Horizonte à época,) e o vigário Pe. Alexandre Gonçalves do Amaral, realizaram a benção da Pedra Fundamental²³ da Capela, erigida para o culto público de invocação de São Sebastião, padroeiro da igreja.

²¹ “A Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) é uma organização civil de leigos, homens e mulheres, dedicada ao trabalho cristão de Caridade. Foi criada em 23 de abril de 1833, em Paris, na França, por um grupo de 6 jovens universitários católicos e um senhor mais velho, com o objetivo de aliviar o sofrimento das pessoas vulneráveis e fortalecer a fé de seus membros. Rapidamente a Sociedade espalhou-se pelo mundo e já está presente em 150 países”. Disponível em: <https://ssvpbrasil.org.br/a-ssvp/>. Acesso: 14 de abril de 2024

No bairro Betânia a atuação da organização vicentina está presente desde os primórdios do bairro. Parte dos primeiros moradores, ainda quando o bairro era conhecido como Várzea do Felicíssimo, já era vinculado a essa instituição.

²² Os Maristas são um grupo religioso consagrados a Deus que seguem Jesus Cristo do jeito de Maria. “Em Belo Horizonte a comunidade marista tem um caráter formativo, os jovens dedicam boa parte de seu tempo aos estudos de filosofia. Os padres e o irmão que compõem a equipe de formação do seminário, bem como os seminaristas, atuam em nossa paróquia na periferia de Vespasiano, a 10km do seminário. Durante os fins de semana os jovens aspirantes e postulantes se dedicam a atividades pastorais na paróquia.” Disponível em: <https://www.padresmaristas.com/comunidades/>. Acesso: 14 de abril de 2024

²³ O Ritual Sagrado de Benção da Pedra Fundamental que compõem a fundação da igreja construída está embasada, em termos bíblicos no Capítulo 16 do livro de Mateus, versículos 18 e 19 que dispõem: ¹⁸ Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão

Nos moldes dos registros sobre este acontecimento junto ao livro do tomo, está contida a informação de que “a região da Capela fazia parte de uma grande extensão de terra cultivável pertencentes às famílias Alves Felicíssimo, Cândido e Gomes, de vida religiosa e membros vicentinos” (Livro do Tombo, s/d, p. 2). Num primeiro momento, a Capela, então pertencente à Paróquia São José do Calafate, realizava missas uma vez por mês e nas festas de São Sebastião e Santo Antônio, santos dos quais a família do seu João Alves era devota. O primeiro casamento realizado na capela foi o de Fiota, que com orgulho carrega as lembranças da construção desse espaço:

Fizemos a igreja, as mulheres ajudaram a construir, tia Ana com tijolinho na cabeça, água da casa da cisterna, não tinha nem água. Fizemos a igreja. Depois, ele ficou ainda alguns anos, quando o padre Luís Carlos veio para que passou a ser paróquia. Entrevista concedida por Emília (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

A presença de padres na capela era esporádica, e destinada apenas para ocasiões especiais, os moradores antigos lembram que para uma as festas de São Sebastião eram necessários o deslocamento dos organizadores do evento até o seminário, para buscar o padre para celebrar a missa. Na década de 50, junto à liderança pastoral do recém ordenado padre Paulo Lopes de Faria, da Paróquia São João Batista do Salgado Filho, na “Capelinha” de São Sebastião, as missas passaram a ser semanais, realizadas aos domingos. Como o número de fiéis foi aumentando nas celebrações das missas de domingo, Pe. Paulo e os moradores resolveram construir uma igreja maior, a mesma atualmente existente.

“Em 1956, Pe. Luís, pároco do Salgado Filho, apresentou à comunidade um diácono que deveria acompanhar o trabalho pastoral da capela de São Sebastião da Várzea do Felicíssimo. Em seguida, foi ordenado sacerdote e, Pe. Paulo, assumiu a responsabilidade pela Capela. A população foi crescendo e Pe. Paulo propôs a construção de uma nova igreja, que foi inaugurada no dia 31/12/62” (Livro do Tombo, s/d, p. 2)

Tal qual na construção da capela, as obras da igreja correram por conta dos fiéis, que não apenas financiaram o projeto, como também trabalharam na construção.

“Ah eu lembro que quando começou era o padre Paulo, ele que falou que “nós vamos fazer uma igreja, porque essa igreja ficou pequena, nós vamos fazer uma igreja grande”. Aí minha mãe, minhas tias falaram “Ele está doido de fazer igreja desse tamanho que ele está falando, nós não vamos dar conta não”, mas ele ameaçava “Se vocês não derem conta, eu vou embora”. Aí ele fazia chantagem assim, se não der conta ele ia embora, e todo mundo não queria de jeito nenhum que ele fosse embora. E deu conta de fazer a igreja, não sei se demorou um ano ou dois.” “É, aqui foi rápido. Aí minha mãe quando viu o tamanho da igreja e tinha uns japonês que moravam aqui

contra ela; ¹⁹ E eu te darei as chaves do reino dos céus; e tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Bíblia Sagrada)

e tinha um trator e foi socar o piso da igreja e passou para dentro da igreja e a mamãe falou “Deus me livre, cabe um trator dentro da igreja”, era muito grande.”

A igreja que tinha antes era bem pequena. Cabia umas 100 pessoas. Tinha um pedreiro na construção. Os outros eram todos voluntários. Trabalhavam em forma de mutirão. À noite e nos fins de semana. As mulheres levavam comida, lanche, água...
Entrevista concedida por Célia. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

A solidariedade presenciada na mobilização social de construção da igreja, não foi exclusiva desse momento, permanece ainda na contemporaneidade dos moradores, nas atividades de gestão e de conservação dos espaços ligados à instituição católica. Inclusive, as atividades de limpeza da igreja, por vezes, já foram desempenhadas por crianças como Beth Alves (moradora do Betânia desde o seu nascimento), que lembra das inúmeras vezes em que foi responsável por lavar o piso antes das missas, ou por idosas como a dona Onilda (moradora do Betânia desde 1969), que ainda hoje separa, feliz, parte do seu tempo semanal para limpar as janelas da paróquia e passar a roupa da igreja. Nas entrevistas colhidas, inúmeros foram os relatos que destacaram a contribuição dos moradores locais no pagamento das despesas de manutenção da nova igreja e seu corpo clerical.

A liderança religiosa do Pe. Paulo junto ao bairro não apenas propiciou a construção da nova igreja, como também trouxe melhorias na infraestrutura, como por exemplo o desenvolvimento da então escola Emília Cerdeira, que nessa época passa a adotar o nome Dom Cabral. Nos relatos de Dona Dinica, moradora antiga do bairro Betânia, ela afirma que

Pe. Paulo Lopes de Faria. Ele celebrou para nós e no fim ele falou se a gente queria que ele viesse celebrar todo domingo ao meio dia. E assim começou o trabalho dele aqui. Ele ajudou muito também conseguir o asfalto, o ônibus, construiu a igreja e grupo Emília cerdeira, com o nome de Dom Cabral em homenagem ao primeiro bispo de BH. Ele fez a igreja, pois só tinha uma capela pequena. Todos meus filhos foram batizados por ele.

Entrevista concedida por Claudina (Dinica). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Era barro mesmo, depois que padre Paulo veio para cá é que, ele ajudou demais, arrumou, igreja, grupo.

Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Além de melhorias no desenvolvimento do bairro, sob a liderança de Pe. Paulo, no ano de 1964, o que outrora era conhecido por Várzea do Felicíssimo passa a se chamar Betânia, com registro junto à prefeitura de Belo Horizonte, após deliberação popular na igreja. O novo nome indicaria o "lugar onde Jesus Cristo descansou":

“Em 1964, Pe. Paulo, junto com a comissão dos leigos que levava em frente as iniciativas da comunidade, trocou o nome do bairro: de Várzea do Felicíssimo passou

a se chamar Betânia e com este nome foi registrado na prefeitura.” (Livro de Registro do Tombo, s/a., p. 2 e 3)

“o nome do bairro foi pe. Paulo. Ele viu isto aqui quando chegou. Que era um lugar bom, etc. ai ele falou que era Betânia, o lugar onde Jesus descansou então ele ia mudar o nome.

Entrevista concedida por Agnaldo. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Após ser nomeado pároco na igreja do Bairro das Indústrias (1965), Pe. Paulo deixou a igreja do Betânia, que ficou sem liderança constituída até o ano de 1971. Nesse ano, o seminarista Luiz Carlos foi ordenado diácono (28 de outubro de 1972) e logo após sacerdote (em janeiro de 1972), e passou a assumir responsabilidades pela igreja São Sebastião. Ele guiou os trabalhos eclesiais no Betânia entre os anos de 1973 a 1981. Com a sua chegada na comunidade, Pe. Luiz Carlos não apenas vivenciou o momento em que a igreja se tornou Paróquia São Sebastião (Decreto n.º 309 de 05 de maio de 1973), como também, organizou toda a comunidade a nível pastoral. Durante o período em que Pe. Luiz Carlos comandou a paróquia, os maristas passaram a se acomodar na paróquia e ajudar nas tarefas da igreja. Nessa época foi construída por mutirões sociais a casa paroquial (local onde mora o pároco da igreja) e parte do Centro Social.

Com a saída do Pe. Luiz Carlos, deslocado para a paróquia do Bairro das Indústrias (1982), após a nomeação do Pe. Paulo para Bispo de uma diocese no Espírito Santo, a Paróquia recebeu o Pe. Francisco, ficando de 1982 até 1985 e Pe. Ulisses, que permaneceu somente um mês. Entre a saída do Pe. Francisco e chegada do Pe. Roberto, por 11 meses a Paróquia São Sebastião ficou sem liderança religiosa. Por força disso, movimentos sociais constituídos no seio da igreja se enfraqueceram, e a influência social da Igreja junto à comunidade Betânia diminuiu, reduzindo-se, em participação social, às missas dominicais realizadas pelo Pe. Luiz, alocado no Bairro das Indústrias.

No período compreendido entre os anos 1985 e 2009, indica-se como exemplo de influência exercida pela Paróquia São Sebastião junto à comunidade do Betânia a criação de uma equipe responsável pela confecção e redação do jornal pastoral local e o serviço descentralizado de entrega estabelecido por meio de mensageiros, que distribuíam o impresso aos fiéis frequentadores da igreja. Para gerir os planos pastorais da Igreja na comunidade do Betânia, durante esses anos, também se formou a primeira ECPP (Equipe de coordenação do Plano pastoral). Atualmente, a Paróquia São Sebastião conta com diversas Pastorais, como a

Pastoral da Sobriedade, da Caridade, de Rua, da Saúde, Carcerária, além do Grupo Fé e Política, Narcóticos e Alcoólatras Anônimos, dentre outros

Outra importante instituição de mediação católica estabelecida no bairro foi a Comunidade Italiana Missionária de Villaregia (CMV), implantada no Betânia em dezembro de 1985. Muito da atuação social dessa comunidade missionária se deu por intermédio do Centro de Acolhida:

“A visita de um casal de italianos à Comunidade Missionária permitiu o encontro com as áreas mais pobres da paróquia e com os meninos da EQUIPAM (Equipe de Menores), o grupo de jovens que acompanha os meninos. O encontro com as crianças pobres fez nascer um sonho: um Centro de Acolhida para os Menores” (Livro do Tombo, s/d., p. 4)

A construção do centro de acolhida iniciou-se em 1988, e o início de suas obras foi celebrada de forma simbólica pelos moradores por uma “procissão de tijolos”: cada fiel caminhou da matriz até o terreno do Centro carregando um tijolo (Livro do Tombo, s/d, p. 7).

A procissão dos tijolos realizada no local destinado a receber o centro de acolhida representou para aqueles participantes, um compromisso social assumido deles para com a Igreja e para com a comunidade de Villaregia. Em termos práticos de ação para a concretização dessa obra, os moradores do Betânia se mobilizaram para garantir provisões financeiras de custeio e a doação do tempo do trabalho na execução das obras. Em relação à equipe missionária vinculada ao trabalho do Centro, também houve o suporte de despesas por parte dos moradores, para cobrir as necessidades de subsistência.

A sede própria do Centro de Acolhida Betânia foi inaugurada em 1990 com capacidade para atender até 300 crianças e adolescentes, assim como suas famílias. A sua atuação junto à comunidade está estabelecida no atendimento das demandas sociais trazidas pelas famílias do entorno. Entre as demandas sociais de assistência social oferecidas, estavam o apoio nutricional, educativo, recreativo e psicológico. O apoio oferecido pelo centro contava com uma equipe técnica multidisciplinar própria para dar suporte assistencial às crianças e adolescentes²⁴.

Desde 1998, a Comunidade Missionária, em termos de educação, dedica-se ao "apoio" de jovens, através do Centro Cultural Esportivo Betânia, do cursinho pré-vestibular denominado Providência, oferecendo cursos de alfabetização para jovens e adultos, oficinas de esporte, música, dentre outras.²⁵

²⁴ Disponível em: <https://br.villaregia.org/belo-horizonte-brasil/acao-social/>. Acesso: 09 de dezembro de 2023

²⁵ Disponível em: <https://br.villaregia.org/belo-horizonte-brasil/acao-social/>. Acesso: 09 de dezembro 2023

Em 2017 e 2018, no seio dos trabalhos desenvolvidos pela Comunidade Italiana Missionária de Villaregia, dois outros projetos foram criados: a Ação Social Villaregia (ASV) e a CMV Social. A primeira se dedica a cuidar e desenvolver atividades para ajudar os mais "carentes", com um foco na população idosa, especialmente através do grupo *Crescendo na Vida*, com o objetivo de fornecer um espaço de convivência e fortalecimento dos vínculos para idosos. Já a segunda, foi criada para acompanhar os projetos sociais a serem desenvolvidos em prol da população, dentre eles: Juventude da Hora para adultos, jovens, adolescentes e crianças e o Centro Infante Juvenil Santa Júlia. A atuação da CMV, em termos de ação social, também se estendeu, para além do apresentado, nas tempestades que afligiram Belo Horizonte no ano de 2020 e na pandemia da COVID-19.²⁶

Nesses termos, é inegável como a influência da Igreja Católica está diretamente ligada à construção do espaço. No processo de remodelação do bairro Betânia, fica claro como as estruturas, seu ambiente natural e social foi transformado pelos cidadãos conforme suas necessidades e demandas a partir do suporte oferecido pela Paróquia de São Sebastião.

3. Coletivo Betânia – Os Estabelecidos e Outsiders na construção da comunidade

O espaço urbano tende a ser carregado de fenômenos exteriores ao indivíduo e que penetram em seu cotidiano: emprego, moradia, moralidade, criminalidade, escolaridade, e muitas outras dessas questões afetam os moradores das metrópoles e cidades do interior de diferentes formas e intensidades. Atualmente temos estudos que buscam compreender de forma macroscópica os fatores que influenciam no aumento desses fenômenos.

Contudo, em muitos casos, variáveis determinantes se mostram insuficientes para a explicação de alguns fatos sociais no âmbito micro. Buscando compreender as relações e interações individuais no microcosmo de uma comunidade que compunham a região de Winston Paiva em uma área industrial do centro da Inglaterra, Norbert Elias e John L. Scotson no livro “Estabelecidos e os *Outsiders*: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade” (2000) ao estudarem o aumento de delinquência entre uma das zonas da região em comparação com as outras inicialmente tentaram relacionar a marcadores sociais de desigualdade como renda e localidade. Após a inserção de Elias no ambiente, sua convivência

²⁶ Disponível em: <https://br.villaregia.org/belo-horizonte-brasil/acao-social/>. Acesso: 09 de dezembro 2023

fez perceber uma diminuição na delinquência, fato que não contribuiu para diminuir o estigma entre as zonas.

Se para os autores a dificuldade de compreender o aumento da delinquência em um ambiente com uma comunidade extremamente próxima - regionalmente, socialmente e economicamente - já se mostrava um desafio, após a queda, a explicação desse fenômeno ficou ainda mais complexa. O estigma entre as zonas demonstra aos autores uma outra perspectiva da região, frisando as relações de poder presentes nas dinâmicas interpessoais. A origem de cada bairro e dos grupos fez com que fosse criada uma dinâmica de diferenciação entre os 'estabelecidos', aqueles que residiam na região anteriormente e acreditavam ser superiores por terem uma maior ligação com o espaço e seus moradores, e os '*outsiders*', grupo de imigrantes que se estabeleceram posteriormente em busca de oportunidade de trabalho, sendo um grupo novo no bairro, caracterizado por uma menor coesão entre os membros.

A chegada de novos moradores fez os *estabelecidos* se sentirem incomodados e, sem que notassem, inconscientemente através de fofocas e da rede de relações com os moradores, firmarem uma ideologia de superioridade em comparação aos *outsiders*. Esse pensamento permeou a tal ponto as relações, que em dado momento os *outsiders* internalizaram essas concepções se colocando em um papel de inferioridade, hostilizando tanto os *estabelecidos* quanto outros *outsiders*.

Utilizando como base o estudo de Elias e Scotson, podemos investigar a presença de tais dinâmicas no bairro Betânia, tendo em vista que sua construção está ligada à chegada de pessoas de outras localidades do Brasil, que em sua maioria se deslocaram devido ao êxodo rural em busca de maiores oportunidades de trabalho e de ensino, assim como a vinda de imigrantes de outras localidades do globo que além de buscarem por uma ascensão social, em sua maioria vieram como refugiados de conflitos como a guerra.

A construção social do bairro Betânia, como discutido acima, é permeada pela interação entre os moradores e a igreja. De acordo com Célia, dona de casa e moradora antiga da região, inicialmente o bairro era composto por três famílias: Alves, Gomes e Souza. Ela explica que "Elas foram casando entre si, herdando terras, vendendo terras". Com o tempo, já na década de 70, foram lá chegando outros moradores em busca de uma melhor condição de vida.

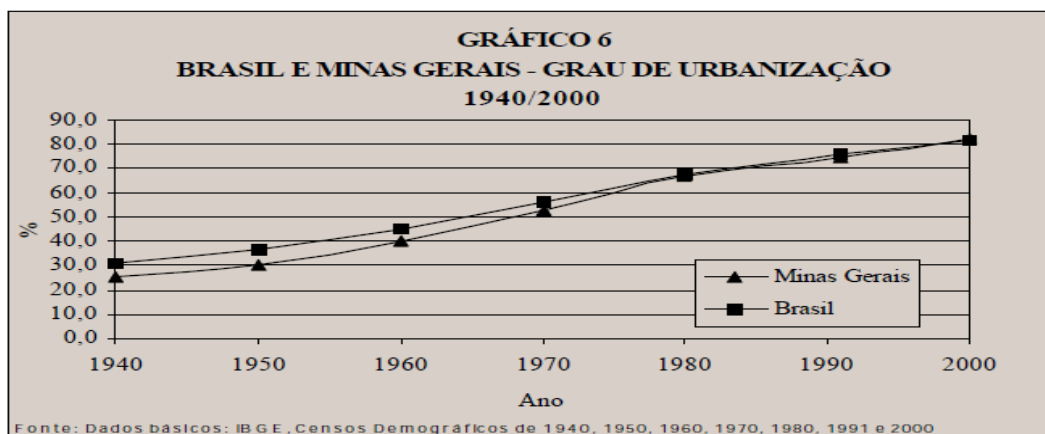
"sendo período de problemas econômicos em todo o país, houve grande movimentação da população dos campos para as grandes cidades" (Livro do Tombo, s/d, p. 3).

O bairro, mesmo com seus problemas iniciais, sempre teve fácil acesso aos principais pontos de Belo Horizonte através de suas vias, como a Avenida Teresa Cristina. Assim, era um local estratégico onde pessoas mais pobres podiam morar mais barato, e buscar emprego e estudo em regiões mais ao centro da cidade. Isto contribuiu para a vinda de terceiros e gerou uma comunidade culturalmente diversa, que passou a compor o coletivo social do bairro. Em termos de nacionalidade, os novos habitantes que compuseram a estruturação do bairro, são tanto brasileiros, incluídos aí pessoas do interior de Minas Gerais ou de outros estados, como estrangeiros: japoneses, alemães, italianos e turcos.

Devido às múltiplas regionalidade e nacionalidades no local, a relação entre *estabelecidos* e *outsiders* acarretou em mudanças na vivência dos *estabelecidos* e em uma dinâmica complexa dos *outsiders*, que em alguns momentos se tornam apenas estranhos com um conjunto moral diferente entre si e em outros se mostram como agentes civilizadores em que os habitantes do bairro assumem posições inferiores nas relações. Contudo, é importante sinalizar que assim como aqueles que vieram de outros países ascenderam de *outsiders* para *estabelecidos*, os moradores que vieram de outras localidades de Minas Gerais e do Brasil, apesar de possuírem um conjunto moral e cultural relativamente próximos ao dos demais moradores, em dado momento precisaram passar por um processo gradual para se tornarem *estabelecidos*.

Os novos moradores vindos de outras localidades de Minas Gerais se mudaram graças ao êxodo rural. De acordo com Brito e Horta (2002), na década de 1970 – mesma época em que o bairro Betânia se tornava um bairro urbano –, houve um saldo migratório negativo nas áreas rurais, com cerca de 2,9 milhões de pessoas, representando aproximadamente 53,0% da população rural da época. Isso marcou a primeira diminuição absoluta da população rural. Enquanto isso, em Minas Gerais, o crescimento populacional total foi de apenas 1,54% ao ano, principalmente devido ao aumento urbano de 4,01%, impulsionado pelo êxodo rural. O saldo migratório urbano foi positivo, 26,0% maior do que nos anos 60, destacando uma maior capacidade de retenção populacional nas cidades mineiras, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esta área sozinha contribuiu com um terço do crescimento urbano do estado, com as regiões do Triângulo e Sul de Minas adicionando cerca de 60,0% à participação urbana.

Figura 9 – Brasil e Minas Gerais - Grau de urbanização 1940/2000



Fonte: BRITO; HORTA, 2002 – Dados do IBGE

Onilda, uma das moradoras que se enquadra nesse contexto, relata que sua família vivia na roça e tirava seu sustento da lavoura. De acordo com ela, a ideia da mudança para Belo Horizonte veio do marido. Ela diz

“aí um dia, meu marido estava lá cavando um buraco lá, para fazer um tanque para juntar água pro gado beber, passou um moço e falou assim: ‘Ó, o que você tá fazendo aqui? Você não tem uma pessoa, uma irmã em Belo Horizonte, porque você não vai pra lá menino?’”

Entrevista concedida por Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

A partir disso veio o plano do marido de ir para Belo Horizonte e procurar um emprego, enquanto Onilda cuidava da lavoura. Quando ele encontrasse um emprego, eles tratariam da venda de tudo e a família iria para a capital. Inicialmente eles viveram onde hoje é o Santa Efigênia e posteriormente mudaram-se para o bairro Betânia, para fugir do que chamava de “favelinha”: em sua percepção, o local que primeiro habitou por um período assim que chegou à capital mineira era um lugar marginalizado, onde existem poucas ou nenhuma oportunidade de mobilidade social. Isso, mesmo que a região do Betânia fosse, à época, mais pauperizada e com menos condições de moradia, chegando ao ponto de faltar água, energia elétrica, saneamento básico e transporte público adequado, característica comum dos bairros que estavam sendo desenvolvidos nesta época, como foi discutido anteriormente.

No Betânia, em seu processo de formação, durante minhas pesquisas de campo, pude observar como a presença desses moradores causa uma espécie de mobilização. Muitas das mudanças sociais relevantes do bairro foram trazidas por pessoas que advinham de outros lugares e que se instalaram no local, visando ascensão social. Esses moradores, uma vez estabelecidos, trazem consigo uma visão de mundo que os faz querer trazer transformações para o ambiente. É assim que aconteceu com Onilda, com Belchior, com o padre Luiz, com a comunidade Missionária de Vilarregia e com os Maristas. Todos esses casos são de pessoas e instituições advindas de outros lugares que, uma vez que se instalaram dentro da sociedade do Betânia, se tornaram agentes de mudanças importantes.

No entanto, nem todos foram capazes de se adaptar às condições do bairro Betânia. A partir dos relatos que recebi, percebi um senso de comunidade e moralidade muito forte no local, o que leva a uma necessidade constante de inserir aqueles que tentam se incorporar à estrutura social do bairro dentro das normas morais do catolicismo (religião que até pouco tempo atrás predominava entre os moradores do bairro). Outros indivíduos que adentram ao Betânia e que se encontram em uma categoria marginalizada, também foram forçados a se adequar ou compelidos a deixar o bairro.

Tal ponto é importante, tendo em vista que desde a sua concepção o bairro foi criado e transformado por pessoas vindas de múltiplas localidades. Em diversos casos, moradores relataram querer sair de regiões que chamaram de “favelas” ao se mudar para o bairro Betânia. O local foi ocupado originalmente por famílias pobres que vieram de outras regiões buscando um local mais tranquilo para se viver. Relatos desse tipo podem ser ouvidos por moradores de diferentes períodos e com diferentes origens, mas sempre com algo em comum: querer buscar um local mais pacífico.

Essas pessoas, assim como Onilda, uma vez que se estabelecem na região, passam por um processo de readequação de seu lugar na estrutura social. De *outsiders*, passam a ser um membro enraizado do bairro, ou seja, moradores que terão de ser englobados nas relações cotidianas, mesmo que contra a vontade dos *estabelecidos*.

Este processo de recategorização – no qual estranhos passam a ser moradores - gera conflitos e modifica a forma como a cidade é constituída. Onilda é um excelente exemplo de como a sua chegada no bairro foi o estopim de importantes transformações. Quando a moradora chegou ao bairro, percebeu a situação do local e buscou adequar o bairro, ao máximo, ao ideal de melhores oportunidades que ela e sua família buscavam. Um exemplo disso pode ser extraído

do relato de Onilda, em que ela discute o seu papel na mobilização dos moradores em um protesto contra o lixo. De acordo com ela

“Aí eu falei: ‘Gente, nós não podemos deixar estranho assim não, nós vamos viver aqui desse jeito? Eu não comprei, no contrato que eu comprei, não fala que ia ter lixo aqui não. Mas o que a gente vai fazer? Vamos fazer alguma coisa, nós temos que fazer alguma coisa’. Eu falei: ‘Quando tem a corrente, uma corrente do bem, vamos fazer uma corrente lá em baixo, corrente de braço, uma correntinha pequena, mas ela vai ser forte’. Foi essa família, foi eu com os meninos, tudo que o senho Joaquim, a gente tinha um monte de menino”

Entrevista concedida por Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Ana Lúcia, irmã de Aprígio, relata esse processo de recategorização dentro da estrutura social, demonstrando como ocorre após a chegada de moradores externos ao local:

“Então, assim, chegou muita gente diferente mesmo, [o bairro] é muito grande, mas a gente ainda tem, assim, essa história de comunidade e de família. Então a gente ainda conhece todo mundo, os Viana estão ali, não sei quem está ali, que nem a gente conhece o vizinho do lado. A gente tem esse cuidado com o vizinho. Então, viajou, avisa para a vizinha, deixa a chave do portão. ‘Tô viajando, toma, conta!’ aquela coisa toda.”

Entrevista concedida por Ana Lúcia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Sabendo que os imigrantes buscam se estabelecer no Betânia em busca de ascensão social, resta-nos entender o modo como isso se dá. Os relatos dos motivos e das formas como os moradores se estabeleceram originalmente no local são muito semelhantes. A fala da moradora mostra os *outsiders* chegando ao bairro e se abrigando em um novo lar onde ainda não conhecem seus vizinhos.

À medida em que os moradores conhecem e acolhem os novos companheiros, estes passam a constituir uma única comunidade em que os vizinhos passam a se ajudar nos casos cotidianos e a confiar uns nos outros, de modo a reforçar os laços sociais existentes. Onilda e Ana Lúcia, por exemplo, descrevem como suas famílias viviam em condições precárias quando chegaram no bairro. No passado, a região era habitada por poucas famílias que sobreviviam com poucos recursos, uma vez que necessidades básicas como água encanada e energia elétrica ainda não eram presentes para todos. Para sobreviver, os moradores contavam com a cooperação entre todas as famílias para auxiliar umas às outras a sanar suas necessidades. Deste modo, o espírito de comunidade se estabeleceu no local e a chegada de imigrantes no bairro e o seu crescimento se deu de forma que os habitantes locais sempre buscassem manter esta comunidade, mesmo com o maior número de moradores que agora se estabeleceram no Betânia.

Durante a pesquisa, uma das entrevistas, feita com um antigo morador do bairro Betânia, falávamos quais as principais transformações notadas por ele. Ele nos relatou histórias contadas pela sua avó como base para seu relato:

esse feudo tem a ver com essa trama do bairro porque começou com a gente no começo não tinha ninguém de fora. Estes começaram a aparecer depois do conjunto, uma população completamente estranha que não tinha ligação nenhuma com a gente, de parentesco

Entrevista concedida por Agnaldo. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Assim como em Winston Paiva, os moradores da Zona 2 (chamada de “aldeia”) utilizavam essa palavra para sinaliza a ligação mais próxima e antiga, as transformações do Betânia foi relacionada ao sentido do bairro como um “feudo”, pautado em relações de “parentesco”, para, a partir da construção do conjunto habitacional, um local com novos moradores que estavam fora dos laços mais próximos, típicos dos primórdios da ocupação do local.

As redes comunitárias pareciam ainda capazes de enredar imigrantes estrangeiros. Turcos, alemães e japoneses são exemplos de imigrantes que se instalaram no Betânia. A chegada de japoneses se deu no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, segundo relatos foram os primeiros a chegarem ao bairro. Consegui esses dados a partir de uma entrevista com Jacqueline Takahashi, cujos pais vieram do Japão com promessas de que, no Brasil, ganhariam um pedaço de terra e teriam incentivos para se estabelecerem. Por lá, trabalhavam na agricultura. Nem todos da família tiveram êxito na travessia. Uma avó e uma irmã de seu pai não puderam embarcar porque não foram considerados aptos em seus exames de saúde.

Ao chegar no Brasil, a família Takahashi se dividiu: uma parte ficou em São Paulo, enquanto outra se encaminhou para Belo Horizonte. Estes tomaram um susto, pois não havia nada daquilo que tinham escutado falar no Japão: sem terras e sem incentivos governamentais. Inicialmente se instalaram na região de Venda Nova. Passado algum tempo, arrendaram terras nos confins do Betânia, local que, posteriormente, se tornou o ponto final do ônibus, em área fronteira com as terras do Sinfrônio Machado.

Não mudaram de ramo. Plantavam chuchu e tomate, ajudando a consolidar um novo cenário ao bairro que, em seus primórdios, destinava-se somente ao plantio de capim e pastagens para o gado. Ela nos conta que, aos olhos dos antigos moradores, “os japoneses tinham fama de ricos”, a despeito da condição difícil em que viviam.

O relato sobre o casamento dos seus pais nos aproxima da situação da família e do bairro. No dia do casório uma forte chuva tomou o Betânia. Um dos pontos de ligação ao bairro se rompeu, o que impediu a vinda do fotógrafo e da cantora contratados. Para completar, o motorista de um ônibus da linha do bairro, conhecido como Barriloto, convidou, durante o trajeto, todos para o “casamento do japonês”. Dizia para os novos convivas que não faltaria comida e bebida. A festa teve, assim, um número de pessoas muito superior ao restrito círculo social dos Takahashi. Na hora da cerimônia, a luz acabou e, de repente, o local estava vazio. De gentes, presentes e comidas. Um dos poucos que mantinha relações com a família, o motorista Barriloto, seguiu aparecendo por lá, comendo e bebendo junto a eles.

De acordo com Agnaldo, a família Takahashi tinha boa interação com as demais famílias do local. Assim como Elias (2000) utiliza, a partir da visão do nativo, de elementos como o espaço, áreas de lazer e bares de cada grupo como elementos de distinção e categorização em Winston Paiva, esse ponto nos sinaliza um elemento importante de compreensão da distinção e da transição de *outsider* para estabelecido no microcosmo do Betânia, o casamento. Sendo um bairro com uma forte moral católica e enorme importância da Igreja nas mais diversas facetas, o casamento se mostrou um elemento crucial de coesão da comunidade. Possuindo um papel tanto de manutenção dos bens e da herança

“Foi cada um para um lado, ele casou com a Emília. Aqui era a fazenda deles, ela já tinha a herança dela, era um terreno enorme para doze irmãos, aí quando dividiu que entra da Jacqueline Takahashi, porque o avô da Jacqueline era um dos filhos desse dono. Porque ele também é neto da Úrsula.”

Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Mas também como forma de gerar brechas na coesão dos estabelecidos para a adesão de um *outsider*, dando uma brecha para que eles se inserirem na dinâmica das famílias e da comunidade. Como relatado na relação dos Takahashi e do turco

“Quando juntava....casado com sobrinha de vovó, o Turco, ele vinha contava história a noite toda, juntava a meninada e esse pessoal do japonês não saiam lá de casa, toda noite eles iam lá em casa. Sábado era até mais tarde.”

Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Dessa forma, as relações amorosas entre estabelecidos e *outsiders* tornavam os “estranhos” em novos membros da família, diminuindo o abismo entre essas classes distintas. Em contraposição à família Takahashi, temos “Os alemães da dona Aparecida” (Viviane), que, como relatado por Agnaldo, quando os imigrantes alemães chegaram ao bairro, segundo ele

“eram mais na deles ... vieram também por causa da guerra”. Tal distanciamento com a comunidade, é relatado também por Fiota, que descreve o distanciamento dos alemães com a comunidade, na qual eles viviam afastados no chamado Beco dos Alemães. E mesmo com a participação dos alemães e as interações até duradouras com os moradores, não parecem ter saído da posição de “estranhos” em relação ao Betânia.

A instalação da *Mannesmann* na região foi outro fator que incentivou a migração de alemães para o bairro, sendo ele um dos impulsionadores para o crescimento migratório (BRITO; HORTA, 2002). Sobre um fator muito importante para a compreensão da dinâmica de migração, especialmente quando falamos de estrangeiros, e a noção de que há uma perda daquilo que se conhece, do seu mundo, e uma realocação para um lugar diverso, com suas dinâmicas particulares, Agnaldo conta que

“Na época conheci uma dona que era sozinha, dona Augusta, que morreu lá [no Betânia] sem ter mais contato com ninguém, porque ela ficou, na separação do muro [de Berlim], do lado errado e aí fugiu e perdeu completamente o contato com o mundo de onde ela veio”

Entrevista concedida por Agnaldo. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Sobre os imigrantes italianos, em sua maioria ligados a grupos religiosos, como a Comunidade Missionária de Villaregia (CMV), a distinção parece perder um pouco sua força graças ao poder exercido pela religião na vida dos moradores. Como dito no relato da família Takahashi, “a Igreja era a vida social das pessoas.” Com base nisso, aqueles ligados a comunidades parecem assumir uma posição complexa em relação aos estabelecidos. Sendo imigrantes, eles assumem o papel de *outsiders*, estando abaixo na dinâmica social, contudo, eles assumem tanto uma posição de igualdade graças à concepção cristã de irmãos perante Deus, quanto assumem uma posição de prestígio por serem agentes civilizadores no bairro.

Isto ilustra bem as características do bairro em formação, tanto no sentido da percepção que os moradores tinham dos estrangeiros, quanto do senso de comunidade imiscuído nos que ali habitavam. Apesar de diferentes pessoas de diferentes localidades se inserirem no bairro, os *outsiders* advindos de outros países demonstraram ter maior dificuldade de se inserir na comunidade em comparação aos *outsiders* brasileiros. Além da dificuldade de inserção pela cultura diferente, podemos compreender através do casamento e dos relatos dos moradores brasileiros que se mudaram posteriormente à fundação do Betânia, a figura do “estranho” desempenha um forte elemento na criação da comunidade. A compreensão dos microcosmos e suas relações de poderes transversais, assim como feito por Elias (2000), demonstram a

centralidade da compreensão dos laços e a hierarquização de indivíduos e grupos sociais para a compreensão do próprio indivíduo e sua comunidade. Resta claro ainda a precariedade de infraestrutura que ainda marcava o Betânia à época.

4. Conclusão

A cidade de Belo Horizonte, construída para representar os ideais de modernidade, em seu processo de fundação tornou-se hierarquizada e socialmente estratificada. A ocupação do espaço urbano central pela elite belo-horizontina afastou do centro urbano as classes populares, e levou que o crescimento da capital se estabelecesse de “fora para dentro”. Tais políticas segregacionistas, de exclusão das massas populares, por sua vez, fomentou a criação de movimentos visando garantir às classes segregadas o acesso à cidade.

Ao estabelecer em um espaço rural pouco desenvolvido e sem infraestruturas, a conquista do espaço no bairro Betânia se deu por articulações populares, mediadas pela Igreja Católica, no que Agier (2015) define por “fazer cidade” para se ter o “direito à cidade”. Da ausência do Estado, o urbano se modela pelo social e pelo religioso (de cima para baixo), de forma que o lugar, muito além de um simples espaço geográfico, também se codifica como extensão do sagrado e de práticas capazes de gerar pertencimentos.

Assim, em relação ao bairro Betânia, pode-se concluir que o processo de urbanização se estabeleceu por estruturas de relações sociais específicas, envoltas pelas dinâmicas sociais dos moradores em si, entre eles, mediados pela Igreja Católica, frente às demais instituições e o Estado.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DE LUGAR – “FAZER CIDADE”

Ao longo desse capítulo, apresentarei importantes considerações quanto à categoria “Fazer cidade”, desenvolvida por Michel Agier. Após a exposição dessa categoria, indicarei, pelo método denominado por Max Gluckman de *extended-case method*, duas situações sociais: as circunstâncias de falecimento do jovem Aprígio e a luta pela remoção do lixão, que me permitiram fazer algumas inferências acerca dos aspectos da estrutura social do bairro Betânia.

O capítulo se desdobra em quatro partes, que juntas compõem o eixo de construção desse capítulo. Cada uma das partes delinea aspectos cruciais para compreender a dinâmica social do Betânia. Em primeiro lugar, destaca-se a relevância da adoção de práticas de reivindicação de direitos por parte das regiões marginalizadas e precarizadas, evidenciando o papel fundamental do "fazer cidade" nesse contexto. Em seguida, são exploradas as fontes documentais, como o Livro do Tombo da Igreja São Sebastião, como ferramentas essenciais para resgatar eventos históricos, relações de poder e vínculos sociais na paróquia, proporcionando uma visão mais aprofundada dos processos de transformação social e urbana no Betânia.

Na terceira parte, a morte de Aprígio é analisada sob uma perspectiva antropológica, destacando-a como um evento social de grande importância, desencadeador de um profundo sentimento de indignação e mobilização social por melhorias no bairro. Por fim, o movimento das mulheres pela remoção do lixão e os laços estreitos entre a Igreja e a comunidade emergem como elementos-chave na manutenção da luta feminina no bairro, evidenciando a complexa interação entre ativismo local e instituições de base comunitária.

Ao final apresentarei uma conclusão com os principais temas abordados neste capítulo.

1. “Fazer Cidade”: Conceito

A cidade não é uma unidade administrativa em sentido político. Em seu aspecto antropológico, ela sintetiza para os moradores, nos termos de José Murilo de Carvalho, o sentimento de pertença a uma entidade coletiva (2004, p. 38). A cidade, como uma entidade distinta de seus habitantes, é construída de forma direta e imediata em prol do capitalismo.

Durante esses processos de constituição, diversos atores são excluídos. Os moradores, corpo vivo da metrópole, por sua vez, não aparecem como parte ativa dessa construção. Em sua maioria, representam nesse processo meros sujeitos de estratégias políticas e o fazem na qualidade de parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o complexo processo urbano (MAGNANI, 2002, p. 15/16).

Frente a essa exclusão, o corpo coletivo existente direciona uma série de práticas e os processos pelos quais os habitantes das áreas marginalizadas e precárias, como favelas e assentamentos informais, constroem e reconfiguram seus espaços em um movimento de “fazer cidade” (AGIER, 2015). Tais comunidades deixam de ser apenas receptores passivos de políticas públicas e passam a se enxergar como agentes ativos na construção da localidade.

O “fazer cidade” representa exatamente essa capacidade dos moradores de tais áreas de reivindicar seus direitos à própria cidade, criar redes de solidariedade, desenvolver estratégias de sobrevivência e resistência, remodelar o ambiente de acordo com suas necessidades e aspirações.

Nesse movimento de construção, a “ocupação” do espaço se destaca. Ela torna-se mundialmente uma das melhores maneiras para os mais pobres de fazerem reconhecer seu direito a estar ali e impor sua existência, sua presença no mundo e na cidade. “A ocupação urbana é um agir político cujo objetivo é um direito humano, e ao mesmo tempo, um direito à cidade” (AGIER, 2015, p. 492).

No movimento de “fazer cidade” inúmeras transformações são obtidas pela ocupação. Uma delas são os grandes mecanismos duráveis de instalação que exercem mudanças no espaço para tornar as ocupações mais habitáveis e confortáveis. No decurso deste capítulo, apresentarei um pouco desse movimento social junto ao bairro Betânia, bem como indicarei, mesmo que apenas enquanto uma parte do todo, a influência que a Igreja Católica exerceu nesse processo.

2. Um Trabalho Etnográfico: Dos documentos, do campo, alcançando a teoria

No desenvolvimento dessa pesquisa, além das entrevistas em profundidade, também realizei a análise de documentos. Seria impossível compreender a história do bairro Betânia e seus processos de transformação apenas por relatos colhidos, sendo necessários também manuscritos, documentos impressos e outros registros do passado.

Papéis transformados em documentos mantidos em arquivos institucionais revelavam muito mais do que vicissitudes biográficas; revelavam vínculos profissionais, intelectuais e relações de poder de natureza diversa. (CUNHA, 2004, p. 296).

Diferentemente das conversas conduzidas no campo, os documentos não “falam” de forma direta com o pesquisador, mas, sem dúvida, têm muito a dizer. Nesse sentido, foi “escutando” o documento levantado que, em uma tarde de outubro, observei o seguinte relato escrito nas páginas do Livro do Tombo da paróquia de São Sebastião:

“Ano de 1988[...] No dia 12/06, morreu o Pe. Luís Carlos, 42 anos, ex-pároco de Betânia. Estava já doente de chagas, mas viveu na serenidade e coragem os últimos momentos. Cerca de 5.000 pessoas quiseram se despedir-se do amigo no enterro. Dias antes, morrera Aprígio, um jovem de 18 anos, bastante presente e ativo na Paróquia, apaixonado por Maria Santíssima e, por isso mesmo, muito amigo dos Irmãos Maristas. Ele participava do grupo JUB (Jovens Unidos do Betânia) e estava voltando com outros jovens da casa de uma menina do grupo que estava festejando o aniversário. Enquanto eles atravessavam a rua, uma motocicleta atingiu Aprígio, lançando-o longe, contra o meio-fio. Foi logo levado para o hospital, mas não resistiu (tinha quebrado uma perna, um braço e batido fortemente a cabeça). Aquele acidente foi provocado, entre outras coisas, pela falta de sinalização no bairro de forma adequada, em particular naquele trecho da rua, que dá saída para a BR e, por isso mesmo, teria necessidade a nível de urgência devido ao tráfego constantemente intenso de carros. Tal morte suscitou o nascimento de um grupo de linha mais social: “Consciência e Participação”, que deveria promover sempre encontros e iniciativas várias, a nível de conscientização sócio-política e econômica na Paróquia”. (TOMBO, s/a, p. 7)

Com a leitura dessa passagem, percebi que ali existia o registro não apenas de um momento histórico marcante do bairro, mas também de um movimento social de "fazer cidade", imbricado nas relações sociais estabelecidas entre a paróquia São Sebastião e a comunidade Betânia.

Curiosa para entender os efeitos sociais desses fatos na comunidade Betânia, iniciei uma série de investigações paralelas às pesquisas históricas. Minhas primeiras indagações após a leitura foram: Quem foram essas pessoas para a comunidade paroquial, para terem seus nomes eternizados no livro do Tombo da igreja? Quais foram os impactos dessas mortes? Em que resultou esse grupo que foi criado?

Pelos relatos colhidos em campo durante minha pesquisa, descobri que o Pe. Luiz criou grupos e movimentos que contribuíram diretamente, em mutirão, para a construção da casa paroquial e de grande parte do centro social. Nos termos do registro, durante sua liderança eclesial, o país sofreu com uma grande crise econômica, o que gerou uma grande migração de pessoas dos campos para as capitais. Nessa época, o Betânia praticamente duplicou em

número de moradores, uma nova comunidade carente de assistência surgiu, levando o pároco a trabalhar arduamente no auxílio dessa nova comunidade que se formou. Aprígio, por seu turno, foi o primeiro filho de Dona Maria das Graças Pimenta, uma legionária em Cristo, e do seu José Maria dos Santos, um vicentino. Ele, desde muito novo, foi um frequentador assíduo da paróquia do bairro. Junto à comunidade do Betânia, ele era reconhecido como uma figura bondosa e carismática; sua morte foi sentida por muitos e gerou grande repercussão social.

Interessada em entender melhor os impactos que a morte desse jovem teve na comunidade, comparei dados e levantei relatos de diferentes moradores. Ao ligar os pontos da minha investigação, pude abstrair alguns elementos que, de certa forma, representam parte da estrutura social do bairro Betânia.

3. Análise Situacional: Método de Max Gluckman

Muito embora o método de análise situacional desenvolvido por Max Gluckman (1975) tenha sido utilizado para avaliar uma situação social central – a inauguração de uma ponte na Zululândia moderna – pequenos e médios eventos secundários, como resultado dessa abordagem, também permitem inferências que se estendem a eventos espontâneos que surgem, às vezes por meio dos próprios atores envolvidos e outras vezes devido às circunstâncias que cercam o evento principal em análise. Dito isso pretendo desenvolver minhas análises, em uma chave de apreciação de como duas situações sociais, a morte do Aprígio e a luta das mulheres pela remoção do lixão, aparecem a mim pesquisadora como matéria de estudo, e me permitem debater como esses dois eventos espontâneos e situações sociais me podem dizer sobre a estrutura social do bairro Betânia.

3.1. A morte do jovem Aprígio – Primeira Situação Social

Aprígio era um jovem ligado à Igreja e bem querido entre os seus amigos; sua morte não foi recebida pela comunidade como uma mera fatalidade, mas como um episódio que provocou uma forte mobilização social em torno de melhorias das condições de trânsito no bairro. O incidente aqui relatado foi reconstruído, concebido a partir do registro no Livro do Tombo e de entrevistas em profundidade com Ana Lúcia, irmã de Aprígio, João Carlos Reis Andrade, historiador local que frequentava a igreja e amigo do jovem, além de membros do grupo "Fé e Política"; e Viviane, já devidamente apresentada na introdução a este trabalho.

Aprígio nasceu no bairro Betânia, dentro de casa, por escolha da mãe, que à época tinha medo dos casos de roubo de crianças em maternidades, pelas histórias que ouvia falar. Nos termos dos relatos de Ana Lúcia, a sua mãe, por tal escolha, teve complicações no parto, devido às condições em que ele foi realizado:

“Então, o meu irmão mais velho, que é o Aprígio, nasceu dentro de casa, por que minha mãe tinha dezoito pra dezenove anos e eles falavam que eles iam roubar o neném dela no hospital. Então ela ficou com medo e ganhou o neném com parteira dentro de casa mesmo. Meu irmão nasceu com cinco quilos, enorme, e a minha mãe fala que ela ficou com a perna "perra" um mês. Aí quando ela foi para a maternidade, fazer a curetagem com o médico, o médico falou pra ela: “Bem feito, isso é pra você aprender. Ganha mais menino dentro de casa! Tomara que você fica sem andar a sua vida inteira”

Entrevista concedida por Ana Lúcia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

O jovem, conhecido por seus familiares como “Mano Velho”, tinha responsabilidades com a família, sendo um dos responsáveis pelo seu sustento. Através dos bicos que fazia, ele conseguia trazer uma renda para seus irmãos e pais, o que auxiliou no processo de ascensão social da família. Conhecido no bairro pelo seu engajamento no grupo social Instituto dos Irmãos Maristas, uma ordem religiosa ligada à Igreja Católica com fins de evangelização e caridade, Aprígio cultivou carinho e respeito de muitos moradores do bairro, especialmente entre os mais religiosos.

“Ele era um cara super animado, super alegre, um cara super, super, super... Um cara super! Vamos dizer assim... E ele tá aí com a gente, num outro patamar, uma outra dimensão.”

Entrevista concedida por João. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Aprígio conquistou seu primeiro trabalho formalizado de carteira assinada aos 18 anos de idade, via apoio institucional do grupo Cesam²⁷, vinculado aos Salesianos²⁸. Com a renda que obteve, o garoto pôde proporcionar à família momentos de lazer outrora não possíveis, tornando-se também arrimo de família.

²⁷ Os Cesam é um segmento de Ação Social que oferta “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes e jovens, desenvolvendo ações de apoio sócio-familiar, orientação, acompanhamento e inclusão no mercado de trabalho. Ofertam, também, o programa de aprendizagem social, de acordo com Lei do Aprendiz 10.097/2000. As ações são planejadas e executadas para garantir aos adolescentes e jovens o acesso ao trabalho com dignidade com total respeito à legislação brasileira.” Link: <https://www.salesianos.br/acao-social>

²⁸ Os Salesianos de Dom Bosco são uma Congregação religiosa católica, formada por sacerdotes e leigos consagrados com expansão missionária em diversos países do mundo. A atuação Salesiana é realizada principalmente nos âmbitos da educação e da evangelização através de diversos tipos de obras, dentre elas: centros juvenis, escolas, centros de formação profissional, atenção aos jovens em situação de dificuldade ou insatisfação social. Disponível em: <https://ius-sdb.com/>

Mesmo com um futuro brilhante pela frente, esse jovem, no ímpeto de proteger um grupo de meninas, em um ato de altruísmo, ao voltar de uma festa com seus amigos e irmãos, morre, em 28 de maio de 1988, vítima de atropelamento. O responsável pelo acidente foge do local sem prestar auxílio ou assumir qualquer responsabilidade pelo ocorrido.

“A gente tinha ido pra uma festa, era a festa de quinze anos da filha da dona Maria José e de Seu Campos. E nós fomos à festa dela de quinze anos. Quando chegou a hora da valsa, eu falei “Fica, fica, eu quero ver a valsa”, mas “não, nós temos que ir embora”, porque tinha costume de vir e a gente andava tudo junto, então era o grupo das mulheres e o grupo dos homens, a gente não misturava, mas a gente andava tudo junto. Aí a gente tava descendo da festa, ali na Planearth tinha uma bifurcação. Aí na hora que a gente foi descer, tava descendo a São Paulo pra ir, esse rapaz entrou na contramão, o rapaz entrou com a moto na contramão. Aí o meu irmão empurrou as meninas todas pra frente e ele pulou pra trás e o rapaz jogou a moto e pegou o meu irmão por trás.

O meu irmão subiu cerca de três metros e caiu no chão. Na hora que o meu irmão caiu no chão ele desmaiou porque ele já tinha sofrido desmaio quando ele era mais novo e ele tinha outras situações que teve desmaios. No que ele desmaiou, o pessoal ficou tentando conseguir alguma coisa para socorrer, pra poder levar ele pro Pronto Socorro, e ele voltou. Na hora que ele voltou, o pessoal falou pra ele “Olha fica calmo, você foi atropelado, mas está tudo bem, a gente tá procurando uma forma de te levar pra socorrer e tudo”. Ele desmaiou de novo. Aí o rapaz amassou a placa da moto e foi embora, chegou uns amigos dele “Não cara, vamo embora” e ele foi embora.” Entrevista concedida por Ana Lúcia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Após o acidente, Aprígio foi levado ao pronto atendimento do Hospital Santa Rita. Ao chegar no local, houve por parte da equipe médica uma recusa de atendimento, causando indignação entre os presentes:

“Foram lá pro Santa Rita, só que o Santa Rita tava passando por um processo de sair do SUS e virar particular. Então chegou lá, virou uma bagunça na porta, porque os meninos queriam que ele fosse atendido. E eles não conseguiram que ele fosse atendido, até o padre que foi junto. Quando ele chegou lá, o padre conversou com a médica e falou com ela assim: “Mas e se fosse o seu filho?” e ela pegou e respondeu pra ele: “Mas não é!” e não quis atender, aí um outro neurologista que tava entrando de plantão, atendeu meu irmão. Aí falou com ele que a mão do meu irmão tava fechada e ele só gemia e fazia assim com a mão, abria e fechava a mão. Aí eles verificaram que ele tinha quebrado a perna, engessou a perna. Quebrou a perna em três lugares e o médico disse assim: “Olha, eu vou esperar mais meia hora. Se ele aguentar dentro dessa meia hora, a gente faz a cirurgia”. Só que ele deu um aneurisma cerebral e ele não deu conta.”

Entrevista concedida por Ana Lúcia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Com os danos causados pelo acidente, Aprígio, em estado grave, faleceu. Por força do seu falecimento, uma grande comoção pública ocorreu.

Uma celebração que tinha aos domingos, que o padre Henrique normalmente celebrava, eu não sei se foi uma missa de sétimo dia, se foi uma celebração que teve, o tom foi a questão do Aprígio, o falecimento. Na homilia o padre Henrique nos questionou: “Como é que a gente estava se sentindo, sendo que um irmão nosso tinha sido atropelado devido a uma imprudência de um motorista. E se a gente ia... Mais ou menos assim, eu não lembro aqui agora, literalmente a profundidade das falas do Padre Henrique, mas é mais ou menos assim: “Se a gente ia ficar ali sentado, como se nada tivesse acontecido. E qual o sentido que tinha que estar na missa e receber a Eucaristia, e o nosso irmão ter morrido, e o que a gente ia fazer, tinha sentido?”. Será que tinha sentido receber a eucaristia e deixar passar esse acontecimento?. Porque o trânsito naquela época, não tinha nada que reduzisse a velocidade dos carros e tudo. Ou seja, era algo que poderia acontecer novamente. E essas provocações do padre Henrique que foram me fazendo rever o que é fé, o que é a religiosidade, o que é Deus, tudo isso. E a partir dessa missa, eu, Geraldinho, Paulo Henrique, Alexandre Vertello, Pires... Eu acho que o Seu Messias também, que era o coordenador da conferência Santo Isaías, porque o Aprígio também era vicentino. Eu não sei, se acho que Deigma, uma amiga nossa, a Jaqueline Takahashi também, acho, a gente foi procurar o padre para conversar a respeito, pra ver o que a gente podia fazer, o que tinha que fazer. E aí nós começamos, vamos dizer assim, amadurecer. Ver que atitudes nós poderíamos ter, que mobilizações nós poderemos fazer. E teve uma delas, que foi uma pequena caminhada, um grupo saiu do hospital André Luiz, foi num sábado, pela manhã. Entrevista concedida por João. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Em relação à caminhada organizada em forma de protesto, em entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2022, João informou que ela ocorreu por dois grupos. Um deles saiu do bairro Salgado Filho (nesse grupo estavam os jovens da paróquia de Salgado Filho, onde hoje é o anel rodoviário, na altura do supermercado EPA; já o outro grupo, de jovens vinculados à Paróquia São Sebastião, saiu do hospital André Luiz). Os dois grupos caminharam, no mesmo horário pela manhã, e tinham como ponto de encontro final a portaria da Paróquia São Sebastião. Ao final da caminhada, uma grande mobilização popular se instalou na Avenida Úrsula Paulina, via em frente à Paróquia. Devido ao apelo e ao alto fluxo de pessoas mobilizadas, viaturas da Polícia Militar²⁹ foram acionadas por denúncias de obstrução do trânsito. O brado popular levantado durante a mobilização reivindicava a instalação de redutores de velocidade nas vias de alto fluxo.

Durante a mobilização, existiram confrontos dos populares com a polícia:

Eu tô lembrando que os policiais pegaram eu, o colega Márcio Januário e ia colocando no camburão. E eu só sei que uma missionária Áurea, o padre Henrique, e mais algumas pessoas que tavam, puxaram a gente, rolou gás lacrimogêneo e tal, assim, para dispersar. Dispersar, porque a gente tava fechando, a gente tava manifestando, manifestando. E aí a Áurea, que era uma missionária na época, ela tava querendo entrar pra a comunidade missionária aqui. Eu lembro com certeza, ela mais o padre

²⁹ Em seu relato, João não se recorda com exatidão o número de viaturas deslocadas para o bairro indicando poder ser de três a cinco.

Henrique também e mais algumas pessoas tiraram a gente lá, e se eu não to enganado, o padre Henrique também conversou com os policiais. (João)
 Então vocês não foram presos? (Pergunta Pesquisadora)
 Não fomos, mas sim eles jogaram a gente no camburão e eles tiraram a gente à força, tinha que ser dessa forma e não tinha outra maneira também.
 Entrevista concedida por João. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Além do protesto, moradores do bairro e representantes da igreja realizaram encontros, repetidamente, com servidores da Regional Oeste, para solicitar melhorias na sinalização das vias. Não obstante, também houve, por articulação social e eclesial, a publicação de uma matéria jornalística sobre o protesto, a morte do Aprígio e as reivindicações dos moradores.

Eu não lembro direitinho agora. Mas só sei que foi feito um levantamento, uma pesquisa. Ah, uma outra pessoa também, o José de Fátima, que também é uma figura que ajudou muita gente também, ele mora no Palmeiras. Eu não lembro direito, mas acho que algumas pessoas, eu acho que mais ou menos nos dividimos em grupos. Um fazia levantamentos, um grupo de pessoas ia lá na Regional Oeste, que na época, se eu não me engano, o diretor era o seu Cleto. E aí a gente foi, começamos a fazer essas cobranças, como forma de pressionar, nós fizemos essa manifestação. Aí que o jornal Hoje em Dia veio aqui, se eu não estou enganado. Nesse sábado eles entrevistaram o Padre Henrique...
 Entrevista concedida por João. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Como desdobramento de todos esses fatos, foram instalados no bairro quebra-molas e sinalização adequada. Frente a tais conquistas, os jovens da igreja e o Padre Henrique realizaram um encontro nas vias públicas reformadas para comemorar, rezar e louvar.

Pra conquistar alguma coisa você tem que se manifestar, tem que cobrar das autoridades. Se a gente ficasse parado lá de joelhos, ajoelhado e olhando pro céu, não ia acontecer nada, e claro que também é importante, tem um sentido e etc. Mas a manifestação também foi importante, teve que acontecer, porque foi a partir dela que criou-se uma comissão, e aí começou a ter uma reunião na Regional Oeste, e eles fizeram um projeto de umas ilhas com quebra-molas, e nessas ilhas com quebra-molas... Aí eu tô me lembrando bastante tempo depois, um dia, no encontro de três dias que nós tínhamos esse grupo, o padre Henrique sugeriu para nós e nós fomos agradecer a Deus pela conquista desses quebra-molas. Isso foi uma noite depois do jantar, nós fomos com violão e tal, agradecer a Deus por aquela conquista.
 Entrevista concedida por João. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Por fim, da articulação política construída entre os jovens foi criado um grupo denominado Consciência e Participação, posteriormente nomeado Fé e Política.

3.2. *A Luta do Lixão: da sua criação ao fim – Segunda Situação Social*

Outro importante marco na história do bairro Betânia foi o movimento das mulheres pela remoção do lixão. Como apresentado no capítulo anterior, o lixão estava localizado onde hoje se encontra a Escola Mestre Ataíde e o Parque Jacques Cousteau.

Até 1950, o terreno do lixão era utilizado como pasto para bois Zebu. Naquele ano, o proprietário vendeu o espaço para a prefeitura de Belo Horizonte, que criou um lixão no local.

“O lote do lixão era do tio dela. Antes de ser vendido para a prefeitura foi pasto para gado Zebu. Mas o tio acabou vendendo para a prefeitura, em 1950.”

Entrevista concedida por Célia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Inicialmente a compra do terreno pela prefeitura foi comemorada, vez que gerou empregos formais para alguns dos moradores da região e permitia a terceiros desempenhar a atividade de mascate com a venda dos utensílios recolhidos lá.

No início todos comemoraram, pois era trabalho para os moradores do bairro, carteira assinada na prefeitura. Muita gente que não sabia ler e escrever conseguiu emprego fixo na prefeitura. Gerava renda. As pessoas pegavam coisas e reciclavam. Vendiam o lixo que pegavam ou reciclavam.

Entrevista concedida por Célia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Além do benefício econômico trazido pela inauguração do lixão, melhorias na infraestrutura do bairro também foram realizadas. Na época da implantação do lixão, não havia sistema de água encanada e esgoto. O acesso à água era geralmente por cisterna, e para proporcionar condições melhores para seus trabalhadores, a prefeitura de Belo Horizonte construiu uma bica na portaria do lixão. A bica passou a ser utilizada também pelas mulheres do bairro, que iam até ela para lavar roupa e buscar água para o consumo doméstico. A água era transportada na maioria das vezes por latas carregadas na cabeça.

Num primeiro momento, o lixo recebido era não orgânico e pouco incomodava. Contudo, com o passar dos anos e com o crescimento de Belo Horizonte, o lixão do Betânia passou a receber todos os tipos de resíduos da cidade, tanto domésticos quanto empresariais, transformando o ambiente vizinho em um lugar totalmente insalubre.

A cidade e o bairro foi crescendo. E os mosquitos que antes não incomodavam, passaram a aumentar, assim como a quantidade de lixo. Até se tornar impossível a convivência. Teve uma matéria no jornal que mostrou uma criança com o corpo coberto de mosquitos. Era o irmão da Dagma, o Alexandre.

Entrevista concedida por Célia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Onilda relata que a expansão do lixão começou por volta do início dos anos 1970. Ela conta que se mudou para o bairro em 1969, e que na época havia poucos moradores, somente ela "e mais uns oito, que foram os que iniciaram o movimento" (Entrevista I, 2022) pelo fim do lixão. Segundo a moradora, o lixão começou a se expandir, "ir subindo". Havia o despejo, naquele local, de materiais transportados por 10 a 20 caminhões de lixo por dia, de todos os

tipos: orgânico, sardinha, materiais descartados por hotéis, dejetos de animais e animais mortos, comida, verduras e assim por diante.

Com isso, pessoas começaram a se aglomerar para buscar no lixão coisas que seriam úteis para eles. Onilda conta que "muita gente vivia do lixo"(Entrevista I, 2022) . Com a expansão, os urubus começaram a aparecer e os mosquitos se tornaram um estorvo na vida dos moradores. Ela relata que:

"Tinha tudo, tinha tudo. [...] era muita gente que vinha aqui. [...] Vinha gente de Nova Cintra, de ... aquele povo dali vinha tudo pra cá. [...] Vinha de carrinho, até meu irmão que tava aqui comigo uns dias, ele saiu pro [...], 'vou ver o que o povo tava fazendo ali'. Então jogava comida, jogava lixo de de cocô, de cachorro, de tudo, tudo. [...] É, cachorro morto, verdura velha e o povo catava, aquelas verdura que... Fruta, verdura que ainda dá pra aproveitar, o povo catava isso tudo. Vinha lixão de hotel, o que o povo achava de garfo, de talheres especiais... Tinha gente que tinha aí coleção de trem guardado. Aí tudo bem. Quando tava lá para baixo, não estava incomodando muito, não, mas quando foi jogando nesse trem aqui pra cima, foi jogando e foi jogando. Acho que o lixo de Belo Horizonte vinha tudo pra cá. Acho que eles tirou, porque tinha um pra lá pro lado de Nova Granada. Não sei. Que até caiu uma barreira uma vez e acho que passou tudo para cá. Aquilo foi juntando mosquito, foi juntando o urubu e gente! Fazia uma procissão de gente pra vir catar coisa aqui."

Entrevista concedida por Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Para a mesma, não só o cheiro era um problema, mas os mosquitos que começaram a invadir sua casa, dificultando tarefas simples como o preparo da comida e os cuidados com seus filhos, entre os quais Valdo, que era muito jovem e ainda não andava. Ela conta que os mosquitos chegavam a cair na comida, "no prato de comida, aquilo me deu um desespero, uma vontade de sair gritando, chorando...". Com o agravamento da situação, os moradores organizaram uma reunião na casa do senhor Joaquim, a quem alguns chamam de Joaquim Falafino por ele ter "uma voz fininha".

"Tinha o Seu Expedito que morava aqui, aonde que tem essa, a segunda, a primeira rua na esquina ali, ele criava porco, que ele panhava lavagem nesses trens aí, criava porco, galinha. Aí eu falei: "Gente, nós não podemos deixar estranho assim não, nós vamos viver aqui desse jeito? Eu não comprei, no contrato do contrato que eu comprei, não fala que ia ter lixão aqui não!" mas o que a gente vai fazer? Eu falei: "Vamos fazer alguma coisa, nós temos que fazer alguma coisa". Eu falei: "Quanto tem a corrente de um corrente do bem, vamos fazer uma corrente lá embaixo, corrente de braço, uma correntinha pequena, mas ela vai ser forte". Foi essa família, foi eu com os meninos, tudo que o senhor Joaquim, a gente tinha um monte de menino."

Entrevista concedida por Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Esses moradores se mobilizaram para tentar uma solução para o problema do lixão. Onilda conta que eram uns oito moradores e seus filhos: o senhor Jimiro com os filhos – uns oito –, ela com seus três filhos, Seu Joaquim "Falafino", que tinha cinco filhos, e Divino e sua mulher, Divina. A moradora comenta que "era mais menino do que a gente".

"Era um tanto de menino, era mais menino do que a gente, aí vamo falei: "Vamos gente, vamos tentar". Ah, mas esse povo vai passar com caminhão em cima da gente, tá, mas se já não fizer, a gente vai saber. E vamos, cedinho, que isso começava oito horas, cedinho a gente estava lá, todo mundo. A hora que veio o caminhão primeiro, a gente já pegou a mão, cada um pegou a mão de menino, de gente grande, e segurou, e o senhor Joaquim que era mais parrudo, ele era dessa grossura. Ele falou: "Você não vai subir com caminhão de lixo mais não". "Ah, mas não é lugar de nós jogar lixo, é aqui", "Mas não vai ser mais! A gente não vai poder morar aqui desse jeito que tá não!". Aí tá, parou o caminhão, aí veio outro, parou atrás, veio outro, parou atrás. E a gente lá, Nossa senhora, uma situação meio ruim, porque a gente nem um alimento a gente não levou pra lá pra dar aos meninos, eu nem lembro se eu levei água, sei lá." Entrevista concedida por Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Onilda lembra que a ação dos moradores em relação ao lixão não foi livre de conflitos. Um dos caminhoneiros, segundo ela "meio atrevido", não aceitando a mobilização que impedia a entrada dos veículos, confrontou-os, questionando o motivo e afirmando que eles não iriam impedir a entrada dos caminhões. Segundo Onilda, Seu Joaquim estava armado e ameaçou o motorista, dizendo "Olha, você não vai passar, não. Eu não vou tirar você, não, mas um pneu do carro eu atiro!" (Entrevista I, 2022). Apesar dos pedidos de Onilda para evitar qualquer tipo de confusão, Seu Joaquim atirou no pneu do caminhão. Com isso, amedrontado, o motorista fugiu do local, deixando o caminhão para trás.

Além da situação gerada com os motoristas que descarregavam o lixo na área, outro grupo também não estava satisfeito com a mobilização dos moradores. Segundo Onilda, o local era um ponto de prostituição, onde "as moças encontravam com os moços que vinham trazer lixo" (Entrevista I, 2022). Elas não queriam que o lixão acabasse, pois o local servia como fonte de renda para elas. Onilda conta que "[...] elas não queriam que acabasse, porque viviam do lixo de qualquer maneira, ou no programa ou catando coisas do lixo. Eu falei: 'Mas não vamos parar, não vamos, vamos de novo'" (Entrevista I, 2022).

A mobilização continuou. Diariamente os moradores iam ao lixão e impediam os caminhões de entrar. Os caminhões continuavam voltando na tentativa de despejar o lixo no local e dia após dia os moradores se encontravam no local para prosseguir com as manifestações. Onilda lembra que alguém chamou a imprensa, que foi ao local acompanhar a situação e as condições de vida dos moradores. Essa comoção fez com que mais pessoas comparecessem ao local, tanto apoiadores, dizendo que não era possível manter aquelas condições de vida no bairro, quanto opositores à mobilização, que, segundo Onilda, chegaram "querendo fazer confusão". Viviane acrescenta que:

Era questão de sobrevivência, tinha caixeiro porque na época ainda tinha muito aquelas pessoas que andavam na rua com os carrinhos vendendo as coisas. Então, muita gente buscava as coisas aqui, por exemplo, esse lixo de hotel, as pessoas sabiam quais os dias que vinham. Então eles vinham, montava mesmo roupa de cama, tudo isso. O pessoal da imediação morria burro, trazia pra jogar aqui. E cachorro trazia pra jogar aqui. Então, era como se fosse um local de descarte para os moradores, porque aqui era um lixão, mas não tinha coleta de lixo, então para as pessoas era muito mais fácil. Pessoal do BDI, do Barreiro de baixo, do Buritis... Trazer o lixo para cá. Se tirar isso daqui, ia fazer o que? Eles iam ter que começar uma outra luta que era por coleta de lixo.

Entrevista concedida por Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Segundo o relato de Onilda, a situação perdurou por mais de uma semana. No entanto, ela pontua que o conflito não chegou às vias de fato, mas que aconteceram "bate-boca e ameaças" (Entrevista I, 2022). Embora alguns moradores ficassem com medo devido à confusão gerada pelas manifestações, ela procurou encorajá-los dizendo que eles não poderiam temer, acrescentando que, muitas vezes, as pessoas não conseguem alcançar seus objetivos justamente porque o medo atrapalha. Também destaca um aspecto interessante deste fato social: ele foi composto majoritariamente por mulheres, que na época não tinham tanta voz quanto os homens. Segundo ela, isso ocorreu porque os homens trabalhavam e, portanto, não podiam participar do movimento. Eles temiam perder o emprego se faltassem. Com isso, o protesto contra o lixão foi majoritariamente composto por mulheres e crianças. Onilda relembra que, quando o jornal chegou, pediram que ela colocasse seu filho para tirar fotos e que ao fazer isso, os mosquitos se acumularam na criança, que ficou incomodada. A foto foi usada em um jornal da época.

Os problemas trazidos pelo lixão eram muitos e, ademais, não ficaram restritos ao bairro Betânia.

"Aí depois o povo lá do centro de Belo Horizonte também entrou porque os outros tava indo cheio de mosquito pra lá, levando eles. falou, tinha menino dando aquela doença de gastroenterite. [...] Entrava dentro do ônibus! E mesmo quando ônibus ia fechado, alguém chegava lá e o povo falava: "Tá vindo mosquito". E aí quando viu que tinha, saiu a reportagem, eles falou: "Ah, tá vindo esses mosquito é de lá". [...] Ó, a minha filha deu gastroenterite que eu quase morri, tive que ir em médico. Cadê? Onde é que é médico? Onde é que eu vou levar? [...] Pois aí você sabe onde que eu levava meus meninos, que já tinha um médico lá no baleia. Pegava esse ônibus aqui e descia na Curitiba, pegava outro pra ir... [...] E o psicológico da gente ficou esquisito demais. Eu aqui com três crianças, meu marido trabalhando lá não sei aonde com uma confusão dessa que tava acontecendo, e o medo! O medo de acontecer alguma coisa de morte, com medo! Não tinha nem como avisar pro marido vir... Aí ele falou assim: "Olha, eu vou, porque eu preciso trabalhar, mas nós vamos vender esse lote e nós vamos sair daqui, não pode viver aqui nesse lugar, não!". Quando ele chegou, já tinha, já não estava jogando mais lixo, mas o mosquito aqui, minha filha, demorou demais de acabar porque o trem ficou podre aqui."

Entrevista concedida por Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

4. Análise Antropológica

4.1. *“A FÉ SEM OBRAS É MORTA”*: a igreja católica enquanto mobilizadora política na reivindicação de cidadania

A chegada dos colonos portugueses ao Brasil no século XVI não se limitou à busca por riquezas e território, mas também incluiu a disseminação da fé católica. A Igreja Católica teve um papel central na colonização do Brasil, sendo uma das primeiras instituições a se estabelecer no novo território. Os missionários católicos foram essenciais na catequização dos povos indígenas, familiarizando-os com a liturgia da fé cristã e o domínio colonial português (MAINKA, 2017, p. 6).

Durante o período colonial, a Igreja Católica tornou-se uma das entidades mais poderosas e influentes do Brasil. Ela não só exercia poder espiritual sobre o povo, mas também desempenhava funções administrativas e judiciais, controlava terras, educava a população e resolvia conflitos sociais. As igrejas e mosteiros católicos eram centros de poder e cultura nas cidades coloniais, influenciando grandemente a vida cotidiana das pessoas (DO ROSÁRIO e MELO, 2015).

Com a independência do Brasil em 1822 e a proclamação da República em 1889, a Igreja Católica perdeu parte da sua influência política, especialmente após o fim da monarquia e a separação entre Igreja e Estado. Contudo, esta relação permanece significativa na vida pública do país, e os símbolos da liturgia ainda mantêm a conexão de uma cultura de fé que permeia o privado e criado em comunidade (PEREZ, 2011). A Igreja continua a desempenhar um papel essencial na vida espiritual e moral do povo, oferecendo serviços religiosos, educação e assistência social em todo o país.

Ao longo do século XX e início do século XXI, a Igreja Católica enfrenta desafios significativos, como a ascensão de outras religiões e movimentos sociais, bem como mudanças nos valores da sociedade brasileira (AZEVEDO, 2004, p. 113). No entanto, continua a ser uma das principais organizações religiosas do Brasil, influenciando a vida de milhões de brasileiros e desempenhando um papel ativo nos assuntos sociais, políticos e culturais do país.

Durante a ditadura militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985, vários grupos dentro da Igreja Católica emergiram como vozes proeminentes que se opunham ao regime ditatorial (AZEVEDO, 2004, p. 109). Embora muitas organizações tenham sido silenciadas ou cooptadas pelo governo militar, outras se posicionaram como defensoras dos direitos humanos, da justiça

social e da democracia, confrontando abertamente o regime e suas práticas repressivas, bem como a pressão interna da Igreja hegemônica a favor dos ditadores da época.

Neste contexto, muitos bispos e sacerdotes participaram de movimentos de protesto, assumindo posições corajosas em defesa dos oprimidos e marginalizados. Por exemplo, a Pastoral da Terra³⁰ emergiu como uma voz forte na luta pela reforma agrária e pela proteção dos direitos dos trabalhadores rurais, enfrentando a violência e a injustiça promovidas pelos proprietários de terras e políticos locais. Tendo isto em mente, o Movimento da Juventude desempenhou um papel importante na conscientização política dos jovens, mobilizando uma nova geração de ativistas e promovendo atos pacíficos de resistência contra a repressão do regime.

Um dos aspectos mais marcantes deste período foi o surgimento da teologia da libertação, um movimento teológico que procurou conectar a fé cristã com a luta pelos direitos humanos e pela justiça social. Inspirados nos ensinamentos sociais da Igreja e na realidade opressiva vivida pelo povo brasileiro, teólogos como Leonardo Boff e Dom Hélder Câmara desenvolveram uma teologia comprometida com a libertação dos oprimidos e com a mudança social. A teologia da libertação teve uma influência profunda na mobilização política durante a ditadura militar, inspirando movimentos sociais, sindicatos, comunidades de base e grupos de resistência em todo o país (ALENCAR e OLIVEIRA, 2015, p. 7). Sua mensagem de solidariedade, justiça e esperança ressoou junto aos vulneráveis e marginalizados, desafiando as estruturas de poder e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Hoje, essa mobilização política manifesta-se de diversas formas e é fortemente encorajada pelo Papa Francisco, através de atos virtuosos de amor e misericórdia para com o próximo. Um exemplo desse compromisso é a Campanha da Fraternidade, iniciativa promovida anualmente pela Convenção Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB). Através dessa campanha, a Igreja Católica aborda temas importantes do debate público, como a desigualdade social, a violência urbana e a proteção ambiental. Utilizando recursos como pesquisa, debate e ação prática, a Campanha da Fraternidade³¹ busca conscientizar e mobilizar crentes e

³⁰ Disponível em: <https://www.arquiocesedesantarem.org.br/organismos/3/comissao-pastoral-da-terra-cpt#:~:text=Foi%20fundada%20em%20plena%20ditadura,Nasceu%20ligada%20%C3%A0%20Igreja%20Cat%C3%B3lica>. Acesso: 09 de maio de 2024.

³¹ Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha-da-fraternidade>. Acesso: 09 de maio de 2024.

comunidades para enfrentar esses desafios de forma eficaz, com cooperação e apoio. Esse e outros eventos eclesiais promovem valores como a solidariedade, a paz e a justiça social entre os fiéis, inspirando-os a agir com iniciativas concretas de transformação nas suas comunidades e na sociedade como um todo.

4.2. *“Aquilo que nos move”*

Durante as décadas de 50 e 60, o pastor estadunidense Martin Luther King Jr. organizou mobilizações políticas como protestos reivindicando os direitos civis da população negra do país, que enfrentava leis de segregação racial institucionalizadas (DOS SANTOS, 2016). Inclino-me a fazer uma menção a esse processo por duas questões também pertinentes ao caso aqui etnografado: o que move as pessoas? E quais os mecanismos de mobilização empregados por certas lideranças, desde o discurso até a ação?

Ouso pensar nesse recorte da situação dos EUA e nas ações promovidas por Martin Luther King como algo da religiosidade que perpassa a fé, mobilizando até mesmo aqueles que não compartilham da mesma religião. Há elementos próprios da comunicação entre líder religioso e fiel que são empregados para esses momentos, servindo como meios de cativação à temática do momento. No caso de Luther King, sua fala incisiva, carregada de elementos cristãos, alimentava seu discurso em direção ao objetivo almejado.

De forma semelhante, observei no caso de Aprígio a abordagem utilizada pelo padre Henrique: a comunidade abalada pela perda do amigo e irmão de fé. O termo "blasé", cunhado por Simmel, trata de um estado de monotonia do indivíduo moderno a partir de sua relação com o urbano. Percebo um movimento oposto, em que há um despertar desse espírito apático para uma reivindicação de direitos básicos a partir da fala do padre, como no trecho a seguir:

Se a gente ia ficar ali sentado, como se nada tivesse acontecido. E qual o sentido que tinha que estar na missa e receber a Eucaristia, e o nosso irmão ter morrido, e o que a gente ia fazer, tinha sentido?”. Será que tinha sentido receber a eucaristia e deixar passar esse acontecimento?.

E essas provocações do padre Henrique que foram me fazendo rever o que é fé, o que é a religiosidade, o que é Deus, tudo isso.

Entrevista concedida por João. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

E esse ímpeto de mobilização, também, era organizado na prática. O próprio padre e demais lideranças da igreja participaram das passeatas em protesto a morte do Aprígio e as exigências de melhorias no bairro. Algo a se pontuar nisso é como a Igreja Católica

intermediava a relação do cidadão-fiel com o Poder Público, isso com um domínio como percorrido no início dessa seção, na relação Igreja e Estado:

João: Eu tô lembrando que os policiais pegaram eu, o colega Márcio Januário e ia colocando no camburão. E eu só sei que uma missionária Áurea, o padre Henrique, e mais algumas pessoas que tavam, puxaram a gente, rolou gás lacrimogêneo e tal, assim, para dispersar.

[...] Eu lembro com certeza, ela mais o padre Henrique também e mais algumas pessoas tiraram a gente lá, e se eu não to enganado, o padre Henrique também conversou com os policiais.

Pesquisadora: Então vocês não foram presos?

João: Não fomos, mas sim eles jogaram a gente no camburão e eles tiraram a gente à força, tinha que ser dessa forma e não tinha outra maneira também.

Entrevista concedida por João. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

4.3. *Formação de laços e a consolidação do espaço*

O conceito "fazer cidade," desenvolvido por Michel Agier, refere-se às práticas e processos pelos quais os habitantes de áreas urbanas marginalizadas e precárias, como favelas e assentamentos informais, constroem e reconfiguram seus espaços urbanos. Agier destaca que essas comunidades não são apenas receptoras passivas de políticas públicas, mas também agentes ativos na construção de suas próprias cidades.

Com isso, a expressão "fazer cidade" enfatiza a capacidade dos moradores dessas áreas de reivindicar seus direitos à cidade, criar redes de solidariedade, desenvolver estratégias de sobrevivência e resistência, e remodelar o ambiente construído conforme suas necessidades e aspirações. Este conceito destaca a agência e a criatividade dos habitantes urbanos marginalizados, desafiando visões estereotipadas e paternalistas sobre essas comunidades.

A partir dos estudos de Roberto DaMatta (1986), que entende as manifestações culturais como pilares da identidade brasileira, Perez (2011) indica as festas e a religião como responsáveis pelo desenvolvimento urbano e como elementos essenciais do Brasil. Nessa perspectiva, brevemente indico a importante relação entre as festividades desenvolvidas pela Igreja Católica no bairro Betânia e a formação de uma identidade comum que se concatena na busca de um "fazer cidade."

As festividades, além de carregarem elementos de expressões culturais de um lugar e grupo de pessoas, também regulam a vida comum de uma população. Tradicionalmente, irmandades clericais organizam festas como forma de devoção aos seus santos padroeiros, e essa ocupação física do ambiente do bairro é uma maneira de utilizar o espaço urbano para nutrir a identidade local, os símbolos de suas crenças e o fortalecimento de vínculos com os

demais indivíduos ali presentes (PEREZ, 2011). Dessa prática, denota-se um modo de "fazer cidade" que expressarei a partir das observações analisadas no bairro Betânia.

Esses modos de celebração em comunidade estreitam laços e compartilham a alegria de conquistas, além de ritos de crença destacados nas festas organizadas pela igreja. Algo que ilustra isso é a comemoração do resultado das reivindicações de suas lutas, após pressão ao Poder Público pelo caso Aprígio. Nessa situação, jovens foram louvar a Deus em ambiente público após a implementação de quebra-molas e semáforos no bairro, como destacado no trecho a seguir.

Pra conquistar alguma coisa você tem que se manifestar, tem que cobrar das autoridades. Se a gente ficasse parado lá de joelhos, ajoelhado e olhando pro céu, não ia acontecer nada, e claro que também é importante, tem um sentido e etc. Mas a manifestação também foi importante, teve que acontecer, porque foi a partir dela que criou-se uma comissão, e aí começou a ter uma reunião na Regional Oeste, e eles fizeram um projeto de umas ilhas com quebra-molas, e nessas ilhas com quebra-molas... Aí eu tô me lembrando bastante tempo depois, um dia, no encontro de três dias que nós tínhamos esse grupo, o padre Henrique sugeriu para nós e nós fomos agradecer a Deus pela conquista desses quebra-molas. Isso foi uma noite depois do jantar, nós fomos com violão e tal, agradecer a Deus por aquela conquista.

Entrevista concedida por João. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Como já visto no capítulo 1, a construção socioeconômica do bairro Betânia ocorreu, também, a partir da influência da Igreja Católica. Nisso, há o cultivo dos valores e crenças locais que são fomentadas pelas festividades promovidas por esse grupo religioso. Desse modo, no curso do trabalho, ao longo deste capítulo, apresentarei a função da religiosidade na vida comum dos moradores desse local, em que impactam no compartilhamento de valores, nas formas de lazer, economia e na sociabilidade, ou seja, na formação de laços entre os indivíduos que ali residem.

4.4. *Fazer cidade, religiosidade, festividade e a formação de identidade local*

Como dito anteriormente, Simmel (2005), ao analisar os fundamentos psíquicos de uma sociedade moderna inserida numa grande cidade, tenta compreender as relações e o comportamento com base no espaço em que vive. O indivíduo “blasé”, quando colocado como “contábil”, recebe um caráter impessoal, fruto da economia monetária, que tem o dinheiro como nivelador: “pois o dinheiro indaga apenas por aquilo que é comum a todos, o valor de troca, que nivela toda a qualidade e peculiaridade à questão do mero ‘quanto’” (SIMMEL, 2005).

Assim, é possível compreender que, diante da economia monetária, a produção acontece para um propósito específico que é o lucro financeiro, o que explica a produção em maior escala

e a impessoalidade na venda, afinal, o vendedor visa arrecadar dinheiro, independentemente de quem está consumindo e por quê, da mesma forma em que o freguês não se importa com a origem do produto. Porém, o movimento que busco fazer aqui é justamente o oposto, onde o bairro Betânia, mesmo estando localizado em uma capital, possui similaridades com cidades pequenas que destoam da cidade grande. E isso ocorre pela construção social e dos valores locais compartilhados, tendo a religiosidade como unificador desses laços.

Assim como o indivíduo é formado internamente a partir de um todo externo, a cidade grande se estabelece em decorrência da integração desses efeitos citados anteriormente, como a impessoalidade, a economia e o indivíduo objetivo e ordinário, que originaram as instituições que continuam a determinar e limitar a existência da metrópole moderna. O indivíduo então perde a sua singularidade quando, como o dinheiro, se torna mais um instrumento do emaranhado que é a vida objetiva da cidade grande, como coloca Simmel: “De qualquer modo, o indivíduo está cada vez mais incapacitado a se sobrepor à cultura objetiva. Ele foi rebaixado a uma *quantité négligeable*, a um grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências, que gradualmente lhe subtraiu todos os progressos, espiritualidades e valores e os trasladou da forma da vida subjetiva à forma da vida puramente objetiva” (SIMMEL, 2005, p. 588).

Desse modo, com o propósito de se diferenciar, Simmel diz que o indivíduo busca acentuar a distinção qualitativa através da estimulação da sensibilidade discriminativa, e conquistar de alguma maneira a consciência dentro do seu círculo social. Isso eventualmente leva a peculiaridades enviesadas e a exageros específicos das áreas urbanas, como exclusivismo e certos caprichos. O significado não reside propriamente no conteúdo desses comportamentos, mas na forma de ser diferente, de se destacar e, assim, chamar a atenção. E isso estimula o comércio a desenvolver produtos que atraíam esse espírito do sujeito das cidades grandes. Pensando na formação sociocultural do bairro estudado, a religiosidade toma grande enfoque ao suprir essas demandas individuais, gerando os costumes tradicionais da comunidade.

Os eventos organizados pela Igreja Católica na região potencializam não apenas os comerciantes e a economia local, mas também promovem o cultivo de valores advindos daquela liturgia e entram em confluência com as cosmovisões de cada morador. Esse circuito cultural formado traz uma particularidade ao bairro: ele se dissocia da lógica das metrópoles, apresentada por Simmel. Ou seja, o anseio do sujeito moderno urbano em suprir as carências de sua impessoalidade possui, nesta observação, um sentido não exclusivista, mas de

agrupamento: o estar em coletividade é o que vivifica, traz significância pessoal e fomenta a identidade do e com o local onde moram. Quando menciono o papel fundamental da religiosidade na vida comum do bairro, faço referência à mobilização da liturgia pela interação entre as pessoas, trazendo a perspectiva das festividades, que mexem com o comércio, lazer e sociabilidade.

Nessa perspectiva das festas como construção de identidade local, atento aos relatos da entrevista com dona Onilda, em que expressa as festividades como um momento de socialização com os demais moradores e um meio de lazer.

O Luís Carlos, se ele pudesse, ele vendia cueca pra pagar as coisas pra São Sebastião, você sabe disso né? Ele quer contar a história do bairro, ele quer fazer as festas, ele quer construir a paróquia, a nova igreja, ele quer que quer que quer.

Agora mesmo eu tava na festa dos santos reis lá em Montes Claros. Cadê meu telefone? Não tá aqui não. Eu ia mostrar pra você, eu cantando com as pastorinha mais as minhas irmãs lá. No ano passado eu fui pra Aracaju. No ano passado mesmo que a pandemia eu fui pra Natal.

Entrevista concedida por Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2023. arquivo.mp3

Ainda nessas ponderações das festividades, a partir da igreja católica, como elemento unificador da identidade local, há o relato de dona Dinica acerca das festas tradicionais em prol dos santos padroeiros das congregações, e a mobilização interna para elas ocorrerem:

“Aqui na Betânia só tinha presença de padre na festa de São Sebastião. No ano de 1958 hoje a festa de São Sebastião, mas o padre não veio, então o tio de meu marido falou: “fiquem esperando que vou no seminário buscar um padre para celebrar a missa.”

Entrevista concedida por Claudina (Dinica). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

“Na capelinha acontecia missa todo mês e as festas de São Sebastião e Santo Antônio, dos quais a família do seu João Alves era devota.”

Entrevista concedida por Claudina (Dinica). Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

Dona Dinica também narra como ocorreu uma mobilização de alguns moradores para a realização de seu casamento e festa. Arrisco, aqui, a fazer uma inferência ao entrelaçamento das relações dos indivíduos em uma rede que perpassa a ligação mútua com o sagrado e o espaço geográfico partilhado, e esse espírito de irmandade se alinha às ideias de laços fortes e pertencimento a partir da religião com o lugar onde residem.

Abaixo, há um trecho da entrevista de dona Fiota. Nele, podemos perceber mais dessa mobilização para a realização das missas e festas na região, e a relação das famílias locais para a concretização das mesmas:

“Quando Fiota nasceu só havia o cruzeiro, então as missas, as festas era tudo na casa de sua avó materna, Emília. O cruzeiro era a cruz, e três degraus de cimento.” Entrevista concedida por Emília (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

“A gente morava com a vovó lá e a casa era cheia, tinha muito sobrinho, tudo da igreja era lá, se tivesse uma missão, casamento, missa, tudo era lá que celebrava, porque era só o cruzeiro. Era um terreno muito grande perto do curral e tudo em volta da casa era limpo, ali fazíamos as procissões em volta da casa, celebrávamos no terreno. Desde pequena eu era muito devota de Santo Antônio. É, desde que eu nasci ela já fazia fogueiro de Santo Antônio e de São Pedro, já fazia a festa. Depois os que os padres do Calafate começaram a vir para cá começou a celebrar a festa e era festo mesmo..TUDO NA LUZ DA LAPARINA, PORQUE ERA TUDO MATO AINDA.” Entrevista concedida por Emília (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Figura 10 – Registro fotográfico do casamento de Claudina (Dona Dinica) – primeiro casamento realizado na paróquia São Sebastião



Fonte: Acervo pessoal de Dona Dinica

Algo a se ressaltar é que as festas aos santos devotados na comunidade se tornam um símbolo para as mesmas quanto a identificação entre outras regiões. Então, o tradicionalismo

carregado nas festividades organizava, também, a maneira na qual o bairro seria observado, visto que pessoas de outros lugares participavam das celebrações. Desse modo, o orgulho e cooperação empregados para a realização desses momentos era algo que mobilizava os moradores, e agendava a rotina dos mesmos durante a semana.

“Primeiro era de Santo Antônio, vovó fazia uma festa no terreno, a gente fazia a trezena, dia 12 fazia o mastro e dia 13 era a festa o dia inteiro, quando era de tarde era procissão....quando era festa de São Sebastiao, eles eram festeiros, cozinhava muito, fazia muito doce, falava para ela para fazer. Eles davam as coisas e ela fazia e ia ser lá em casa. Vinha a banda do barro preto, do Calafate, do Barreiro, era aquelas festas de roça mesmo. Arrancava bananeira, plantava bananeira, fazia aquelas barraquinhas. Zé Sabino e a dona Júlia ajudava a vovó fazer comida.” Entrevista concedida por Emilia (Fiota). Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

“O lazer eram as festas na Igreja. De São Sebastião e Santo Antônio. As barraquinhas, coroações...

As festas de Santo Antônio eram na casa da minha avó, dona Emília. Vinha gente do Barroca, do Gameleira. Era uma festança. Tinha a reza do terço, levantamento do mastro, procissão e comida. Ela dava almoço pra todo mundo. Era muita gente. O padre e os coroinhas dormiam lá. E não tinha banheiro. Na casa da minha avó nunca teve vaso. Era tudo nas bananeiras.”

Entrevista concedida por Célia. Entrevista I. Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

E essa organização mobilizava todo o bairro. Espaços públicos, como as ruas, praças e escolas, eram utilizados como forma de realização das celebrações. Com isso, podemos pensar, também, o poder de influência e alinhamento da Igreja Católica com o poder público, e a construção do sagrado como algo quase que entrelaçando a vida comum da população.

“Didinho: quando nós chegamos a aqui a dona Emília não tinha marido

Viviane: será que ele tinha morrido?

Didinho: deveria ter morrido. Ela morava com a família dela lá na escola, e as festas da igreja aconteciam todas lá na escola, teatro era feito na escola”

Entrevista concedida por José Ângelo (Didinho). Entrevistadora: Viviane Rodrigues Amaral. Belo Horizonte, 2017/2018. arquivo.mp3

As festividades religiosas como fomentadoras de crenças, valores, atuando no fortalecimento de laços com os demais membros do local, criando essa não similaridade dos moradores daquela região com o espírito de um indivíduo de metrópole, teriam constituído uma das bases motivadoras das ações coletivas nos processos de busca de direitos e melhorias. A conformação desse “fazer cidade” teria ocorrido através - mas também em contrário - das relações assimétricas e personalizadas com o poder político - podendo ter contribuído para um esvaziamento do próprio sentido de poder público.

Conforme o que foi relatado na entrevista, os moradores tinham que fazer a solicitação, passar pelo aval do coronel e ainda pagar uma quantia pelo serviço ali empregado. Já o restante da montagem era feito pelos próprios residentes do bairro, como visto no seguinte trecho:

“Horrana: A luz como que vocês conseguiram?

Onilda: A luz aqui a gente pagou.

Viviane: É, tanto é que eu falo, foi a primeira PPP que teve, público-privado e povo.

Horrana: Como que foi? Conta pra gente.

Onilda: O povo aqui que foi, não sei onde que deve ser, deve ser na CEMIG pra ver, não era não lá... “Vai ter luz lá se vocês pagar”. O poste e tudo. Até o dia foi ligar aqui, não sei, pegar de um lugar pra outro, quase que morre um moço ali, seu Antônio que agarrou no filho lá e eu falei: “Meu Deus do Céu!”, eles mesmo fazendo as coisas na rua!

Viviane: Porque todo mundo tava desesperado, né?

Onilda: Eles colocou, aí comprou os postes, agora depois que eles veio e mudou.

Horrana: Como que vocês fizeram a junta, a vaquinha?

Onilda: Isso aí foi os homem, os homem que foi lá.”

Entrevista concedida por Viviane e Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

A priori, ao se fazer uma rápida observação do bairro, será visto que, em sua maioria, os postos de lideranças são ocupados por homens. Contudo, algo que necessita de uma menção e que foi observado nas entrevistas é a função mediadora e construtora da mulher no firmamento relacional e de valores da região. Os processos mobilizadores, de “luta” e “construção” do bairro possuem uma base feminina, o que pode ser notado na seguinte fala:

“Onilda: É, com a pessoa lá, o grande, o grande. Eu não vinha na reunião, meu marido foi algumas vezes, eu não fui.

Viviane: É que mulher também não era muito bem-vinda, não.

[...] Viviane: Era assim que o povo conseguia. Mas não era político daqui, era dos coronéis, entendeu? Aí com o ASCA, que o Célio de Castro, tendo como vice o Patrus Ananias que começou a ouvir esses jovens que estavam fazendo barulho, os sem casa. Mas essa luta de construir o bairro Betânia, a Onilda e essas outras mulheres que fizeram, que botaram inclusive os homens pra frente, porque os homens não tinham ideia não, as ideias eram das mulheres.

Onilda: Eles era meio medroso, sei lá.

Viviane: É, os homens não tinham ideia.

[...] Viviane: É, mas aí eles... Pelo menos eles fazia também o que as mulheres pediam, assim. Aí eles faziam. Então as mulheres aqui... Por isso que eu falo que foi um bairro construído por mulheres. Porque eram as mulheres que tinham as ideias, que viam o que acontecia no bairro.”

Entrevista concedida por Viviane e Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

A presença da mulher ocorria de forma indireta nas tomadas de decisões, pois elas não possuíam prestígio entre os homens para ocupar lugares de poder. No entanto, por terem um entendimento mais acentuado sobre as questões cotidianas da casa e da vida ordinária na região, seus anseios eram escutados pela comunidade devido à urgência em sanar problemas que

afetavam a todos. Esse posto indireto de liderança é o que forma o espírito do lugar. Inclino a pensar nisso em três aspectos: a mulher “dona de casa”, que compreende os problemas corriqueiros da região; a mulher em “postos secundários”, mas que forma a base relacional do lugar; e, por fim, a mulher como matriarca da casa, seja na figura da mãe-solo, seja na da mãe que atua diretamente na formação dos filhos.

Assim, para além da perspectiva da Igreja Católica como fomentadora dos laços sociais e dos valores em comum, ressalto também a atuação das mulheres na construção social e simbólica do Betânia.

Os laços perderam um pouco de sua intensidade ante a presença e influência da religião evangélica na vida comum dos moradores do bairro. Com a insurgência das igrejas evangélicas no Betânia, o protagonismo do catolicismo foi se esvaindo e, com isso, os símbolos que traziam também. Porém, nesse novo arranjo da dinâmica do espaço, a mulher permanece com sua importância basilar. O que vem se perdendo é o tradicionalismo das festividades, que confluíam com os valores e espírito comunitário que caracterizam o espaço e a identidade do grupo. Essas mulheres, que eram linhas de frente nas organizações da Igreja Católica, ganharam novos postos de relevância no meio evangélico, projetando um novo enquadramento da região, talvez com um protagonismo verdadeiramente ao centro, e não à margem.

Adiante na discussão, uma hipótese que arrisco é pensar a mudança litúrgica do bairro em confluência com a transformação do quadro religioso que se observa no Brasil. Essa possível migração religiosa pode ocasionar uma perda de protagonismo da Igreja Católica na região, ainda mais com os moradores de faixas etárias mais novas.

Figura 11 – Transição religiosa no Brasil: 1940/2032



Fonte: Instituto Humanitas Unisinos, a partir de dados do censo do IBGE de 1940 a 2010.

No entanto, Perez aponta que a religiosidade está intrinsecamente ligada à cultura popular brasileira, ocupando um lugar central na vida em comum desde o período colonial e imperial (PEREZ, 2011). Assim, mesmo havendo uma mudança litúrgica no ambiente, as manifestações ainda permanecerão, porque a religiosidade cultivada no Brasil possui um caráter não-moderno e é teatralmente energizada, pública e coletiva (PEREZ, 2011). Ela continua viva não apenas como uma expressão de fé pessoal, mas como prática conjunta de uma identidade compartilhada, que também influencia o funcionamento e o agenciamento das experiências da comunidade³². Isso está alinhado com a prática religiosa pública no mundo atual, onde a tendência pensada era de uma secularização dessas atribuições implicadas por uma elite anticlerical.

4.5. *Mulher e moral religiosa – Um papel social e moral*

Outro ponto de relevância entre os relatos dos entrevistados, está na visão acerca do papel da mulher dentro da lógica cristã. É possível perceber que, enquanto os homens são encorajados a colocar o coletivo acima do individual, espera-se que as mulheres aceitem uma posição inferior à dos homens sem a possibilidade de discussão. Além disso, mesmo participando das obras sociais, os papéis de cada um, são majoritariamente divididos com base no sexo. Tome-se por base as seguintes falas, relativas aos serviços prestados por mulheres aos padres da Comunidade Missionária de Villaregia:

Ia pra lá pra poder cozinhar... Até hoje tem aqui as mulheres que se disponibilizam pra fazer o trabalho voluntário, a dona Nilda vem toda terça-feira pra passar a roupa, ela passa a roupa da comunidade.

Entrevista concedida por Ana Lúcia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

A mamãe também vem uma vez por semana, para poder passar roupa da comunidade. Por quê? “Ah, porque os padres não sabe passar roupa?” Não! Porque enquanto ela doa o tempo dela, passando roupa, pra que ele tenha uma roupa passada, para poder fazer missão, ele pode estar fazendo atendimento para uma família que precisa de ajuda.

Entrevista concedida por Ana Lúcia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3 (Xmin)

³² Audiência pública, realizada no dia 30 de maio de 2023, para debater a importância histórica da Paróquia São Sebastião, localizada no Bairro Betânia, em Belo Horizonte, na promoção do protagonismo de mulheres e famílias belo-horizontinas e por sua contribuição, em parceria com a Comunidade Missionária de Villaregia, para o desenvolvimento socioeconômico da região. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comissoes/defesa-dos-direitos-da-mulher/1132/reuniao/1/2023-05-30/14:00>. Acesso: 25 de março de 2024.

Voltando aos estudos de Silva e Lanza (2010), originalmente, a Sociedade de São Vicente de Paulo não permitia a participação das mulheres. Segundo os autores, os vicentinos argumentavam que o homem possuía mais autoridade e capacidade de se dirigir aos outros, sendo considerado aquele que teria o papel de evangelizar os demais. Sendo o com "maior capacidade" e "preparo", coube ao homem ocupar os cargos de destaque e prestígio. Impactadas pelas lutas das mulheres por maior participação, as diversas esferas da sociedade não poderiam ignorá-las, incluindo a Igreja. Como discutido pelos autores, a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, no capítulo III do Decreto sobre o Apostolado dos Leigos, a Igreja novamente se posiciona sobre o papel da mulher, porém, com muito mais flexibilidade. Dessa vez, reconhecendo que as mulheres teriam parte importante no desenvolvimento da sociedade, a Igreja Católica reconhece que não se deveria excluí-las de sua participação nos diversos campos. Os Vicentinos também começaram a admitir mulheres em seus trabalhos.

No entanto, dentro desse avanço da sociedade sobre o papel da mulher, Allyne Farinha (2009) argumenta que a Igreja demonstra ser aquela com menor mudanças do papel dos gêneros e com forte resistência a novas mudanças. Ocorre uma secundarização feminina latente entre as funções, ritos e na hierarquia, enquanto em toda a trajetória, são representadas como figuras pecadoras e incumbidas de disseminar o mal aos homens e de despertar o seu lado animal, que, dentro da religião, deveria ser suprimido. No entanto, para o cristianismo, Maria, mãe de Jesus, emerge como a figura feminina mais proeminente e um modelo segundo os dogmas. Segundo Farinha, Maria personifica os ideais femininos de castidade, fertilidade, virgindade, submissão e maternidade, esvaziando a sua figura de aspectos sexuais e conferindo-lhe o papel exclusivo de mãe, o que perpetua um imaginário que justifica a exclusão das mulheres de posições de liderança religiosa. Nos relatos dos habitantes locais, a imagem da Virgem Maria também é invocada como um símbolo de mulher pela sua pureza e virgindade característica.

Mas existe uma coisa do povo aqui embaixo, e aí eu sinto mesmo essa coisa. Pegando o exemplo de Maria, da virgindade, a simbologia da virgindade, a simbologia do intocável, do limpo, do puro, que ainda emana do povo, não emana da instituição.
Entrevista concedida por Ana Lúcia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Paulatinamente, o saber feminino e a sexualidade passam a se normalizar na sociedade e na religião após a caça às bruxas, assim “As mulheres passaram então a transmitir os valores patriarcais aos seus filhos voluntariamente.” (FARINHA, 2009, p. 344). Contemporaneamente, a mulher tem uma maior participação dentro da Igreja Católica, na qual nessa vigora um discurso de maior igualdade. Mesmo que não saia do discurso. Tendo em vista que ainda

existem justificativas para a mulher não assumir funções sacerdotais dentro do catolicismo. Apesar de igrejas de origem protestantes terem um aumento de mulheres em cargos elevados, isso não sinaliza uma maior igualdade dentro dessas denominações. Apesar disso, não podemos tirar o protagonismo que algumas dessas mulheres tiveram, como alguns relatos apontam

Sua mãe sempre participou do movimento também. [...] Dona Maria Pimenta, a mãe dela, sem escolaridade nem nada. Sentava na mesa com o capitão da polícia, por exemplo, que também é morador aqui e aí tudo vai ser organizado. Entrevista concedida por Ana Lúcia. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

A teologia da libertação, como mencionado anteriormente, tem como objetivo principal combater a desigualdade e enfrentar problemas sociais coletivos. No Brasil, ela se tornou muito presente durante o período militar, se adaptando ao contexto nacional. Rosado-Nunes (2008) afirma que dentro dos avanços da sociedade sobre o papel da mulher na elaboração do discurso teológico os homens eram o principal foco. Durante os anos 1960 e no período da "abertura" não se restringiu apenas ao enfrentamento do Estado autoritário, mas também contribuiu para os avanços dos direitos humanos e o desenvolvimento da cidadania, além de atuar na democratização da sociedade brasileira. Nesse contexto de mudanças, o campo religioso brasileiro experimentou transformações significativas, indicando uma diminuição da hegemonia da Igreja Católica, o decaimento da teologia da libertação e uma reorientação de sua política institucional.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) deixaram de ocupar o centro da atividade pastoral, e o discurso teológico da libertação perdeu prestígio social e influência religiosa. Essas mudanças não ocorreram sem que uma crise se instalasse na instituição religiosa. (ROSADO-NUNES, 2008)

As diferenças são constantemente evocadas para justificar a atribuição das mulheres à esfera doméstica, reafirmando a legitimidade de sua exclusão da esfera pública e reiterando sua inferioridade social e política. Onilda e Viviane ao falarem sobre a tomada de decisão no Betânia esclarecem os motivos pelos quais tendem a não quererem participar tanto.

Onilda: Reunia lá e tinha votação pra quem ir pra ser o líder.

Viviane: Mas tinha que ser alguém, né, que tinha trâmite...

Onilda: É, com a pessoa lá, o grande, o grande. Eu não vinha na reunião, meu marido foi algumas vezes, eu não fui.

Viviane: É que mulher também não era muito bem-vinda, não. Tanto é que tinha gente aqui...

Entrevista concedida por Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

A luta pelo fim do lixão mostra o tamanho do empenho que mulheres como a Onilda e a Viviane tiveram com o bairro. Como já dito anteriormente, com o aumento do despejo de lixo, a comunidade enfrentou problemas como o mau cheiro, mosquitos e urubus. Os moradores se mobilizaram para impedir a entrada dos caminhões de lixo, enfrentando conflitos com motoristas e prostitutas locais que dependiam do lixão. Apesar do medo e das ameaças, a mobilização, liderada principalmente por mulheres, durou mais de uma semana. Essa determinação também é passada pela Onilda através de suas falas sobre a sua participação no fim do lixão, em que ela diz “E a gente fica com medo. Eu falei: “Não gente, vocês não podem ficar com medo”. Por isso que muitas coisas você não consegue na vida, é porque muitas vezes o medo atrapalha.” (Entrevista I, 2022). Ao final as duas entrevistadas completam o relato:

Viviane: E era aquela briga de menino de rua, entendeu? Quem fala mais alto. E nesse sentido, ô Onilda, sendo mulher, e era muito movimento, que tinha muita mulher também.

Onilda: Tinha, as mulher foi tudo.

Viviane: Eles não acreditavam que as mulheres tinham voz. E não tinha mesmo
Entrevista concedida por Viviane e Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Além disso, como dito por ambas, o movimento do lixão foi feito majoritariamente por mulheres, tendo em vista que os homens trabalhavam e não poderiam fazer parte, “Os homens tinha medo também de ficar faltando o trabalho e perder o trabalho. Era mais mulher e menino.” (Onilda, 2022). Contudo, apesar da preocupação com o trabalho, Viviane e Onilda discutem sobre uma certa omissão dos homens, que mesmo podendo participar das decisões do bairro, preferiam ficar no bar.

Viviane: É, os homens não tinham ideia.

[...]

Onilda: Na época que... E ainda mais que ele não estava aqui na época...

Viviane: Mas não é só o seu homem, não. Tanto é que o pessoal fala que nessa regional aqui, o que dava muito certo era boteco, bar e tal. Porque os homens trabalhavam muito e aí chegava, ia pros bares. Era até, com outras palavras, um pouco melhor, porque tinha uns que iam pra casa pra dar porrada em mulher. Então era melhor que fosse pro boteco mesmo. Porque era boteco e mercearia.

Entrevista concedida por Viviane e Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Os relatos da Viviane demonstram como a dedicação das mulheres pelo coletivo era algo intenso. Helene (2019) usa como base as análises de Kergoat sobre como a reorganização do trabalho impulsionou uma separação nítida entre atividades consideradas "femininas" e "masculinas", hierarquizando essas atividades e estabelecendo uma relação de poder entre elas.

Isso resultou em uma enorme quantidade de trabalho realizado gratuitamente pelas mulheres, um trabalho muitas vezes invisibilizado e justificado em nome da natureza, do amor e do dever maternal. A invisibilidade dos trabalhos relatados pela entrevistada também é graças ao caráter “natural” com que a necessidade de “se doar pelo outro a todo momento” é vista como algo feito em nome de Deus. Gerando diversas situações em que essas mulheres deveriam se sacrificar pelo bem dos outros: nos afazeres domésticos - “E eu não sei quem, mas foram as mulheres do Betânia que já tinham esse hábito [...] Arrumam a casa, faziam comida pro almoço e pra janta, deixavam o dinheiro da passagem pra mim e pra minha irmã, faziam tudo! Roupa lavada e passada! E sem máquina de lavar!” -, e nos trabalhos de cuidado - “Mas eu ficava com a minha mãe de noite na clínica para doentes terminais e a minha irmã passava o dia inteiro.”.

Nas funções eclesiais, os deveres divinos em alguns momentos se misturavam com os deveres considerados femininos, cozinhar e costurar eram duas das funções mais relatadas, além de passar roupa, já mencionada. Ao falar sobre essas funções, Viviane em dado momento diz como “[...] essas mulheres sempre cuidavam dos padres.”³³

O perdão, assim como a doação, também se torna uma virtude para a mulher. Através de um dos relatos da Onilda, é possível vislumbrar a complexidade das relações interpessoais em um contexto comunitário com fortes raízes religiosas. Ela reporta uma situação na qual se viu envolvida em fofocas e mal-entendidos com uma vizinha, que levaram a questionamentos sobre sua conduta e moralidade após a morte de seu marido. Onilda fez questão de ressaltar como a conversa que teve com o padre e sua visão religiosa foram importantes para que ela tomasse a decisão de perdoar a vizinha e seguir em frente.

É crucial compreender que a divisão sexual do trabalho e a opressão de gênero estão intrinsecamente interligadas. Quando se discute o direito à cidade, é fundamental considerar sua evolução conceitual ao longo do tempo. Henri Lefebvre, em 1968, introduziu o conceito de direito à cidade, destacando a importância de combater a segregação urbana e garantir que todas as pessoas tenham acesso aos benefícios da urbanização. Esse direito também enfatiza a participação das pessoas nas decisões sobre a organização e o planejamento urbano, especialmente da classe trabalhadora, que é diretamente afetada pela segregação urbana (HELENE, 2019).

³³ Entrevista concedida por Viviane. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

A luta por moradia evoluiu para uma luta mais ampla pela reforma urbana e pelo direito à cidade, enfatizando a necessidade de infraestrutura adequada e acesso a empregos e serviços sociais. Isso destaca as deficiências do capitalismo, que resultam em desperdício de infraestrutura e precarização da vida das classes pobres, especialmente das mulheres. Diana Helene (2019) observou que, por meio de relatos e observações do cotidiano das ocupações urbanas, houve uma melhoria substancial na qualidade de vida das mulheres, que não estão mais isoladas nas tarefas domésticas nos subúrbios e na periferia, indicando mudanças significativas em suas condições de vida.

Inicialmente, observamos que há uma diferenciação clara dos papéis atribuídos a homens e mulheres na lógica cristã. Enquanto os homens são frequentemente incentivados a colocar o coletivo acima do individual, espera-se que as mulheres aceitem uma posição inferior à dos homens sem questionamentos. Essa distinção de gênero é percebida não apenas na esfera social, mas também dentro das instituições religiosas, onde os papéis são majoritariamente divididos com base no sexo.

Buscando mais a fundo, descobrimos que a tradição da caridade, historicamente, tem sido influenciada por noções de gênero e papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Estudos demonstram que as mulheres se envolveram mais intensamente nessas atividades, alinhadas aos valores ideológicos de gênero predominantes nas classes médias (MARTINS, 2011). Tanto o discurso religioso quanto o filosófico, principalmente na Inglaterra e na França, promoveram uma visão utilitária e moral das mulheres, confinando-as ao lar como esposas amorosas, mães dedicadas e senhoras benevolentes, mas também as encorajando a estender essas qualidades para os outros, especialmente os necessitados.

Essa política de gênero, que historicamente excluiu as mulheres do espaço público, definiu a assistência como um trabalho feminino que não compromete sua moralidade e virtude. Observando as diversas ações políticas das ativistas maternalistas, percebe-se como uma ideologia de gênero restritiva e excludente foi a base a partir da qual muitas mulheres transformaram a exclusão em ação (MARTINS, 2011).

Refletindo sobre a diferença entre a caridade masculina e feminina cristã, vejo que, historicamente, as mulheres foram mais diretamente associadas às práticas de caridade e assistência social, moldadas pelas expectativas sociais e pela ideologia de gênero. Enquanto os homens eram frequentemente relegados ao espaço público e à esfera política, as mulheres encontravam sua expressão de agência e influência na esfera privada, através de ações

caritativas e cuidados com os necessitados. No entanto, ao mesmo tempo, essa associação entre as mulheres e a caridade também serviu como uma forma de restringir seu papel na esfera pública, mantendo-as confinadas aos limites do lar e das atividades consideradas apropriadas para o seu gênero. Assim, a diferença entre a caridade masculina e feminina cristã não reside tanto na natureza das práticas em si, mas sim nas expectativas sociais e nos papéis de gênero que moldaram e continuam a moldar essas práticas ao longo da história.

Entre os relatos das moradoras do bairro Betânia percebo os impactos da moral cristã direcionada às mulheres. Posso entender que a Igreja nesse contexto possui uma forte influência na mudança do comportamento e no regimento da ordem social em várias instâncias no bairro. Além de relacionarem o perdão a assuntos religiosos, seu compromisso com a própria religião parece ser voltado ao cuidado dos membros e das lideranças. O exercício dos trabalhos domésticos em contraponto com a obrigação do marido de ser o provedor da casa também está ancorada dogmaticamente, muitas vezes legitimando a ausência do homem nas transformações e lutas no bairro. Um exemplo disso foi o lixão, apesar de ser um problema coletivo que afetava homens e mulheres e causava malefícios à saúde, o movimento pelo fim do lixão no bairro Betânia foi um movimento realizado majoritariamente por mulheres.

Ao final, assim como diz Viviane em seu relato “Mas essa luta que de construir o bairro Betânia, a Onilda e essas outras mulheres que fizeram, que botaram inclusive os homens pra frente, porque os homens não tinham ideia não, as ideias eram das mulheres.” (Entrevista I, 2022). Podemos ver que na construção do fazer cidade, essas mulheres empenhadas com a causa coletiva e a busca por melhorias da situação precária em suas qualidades de vida e a de seus parentes e amigos, ganham protagonismo e buscam combater o problema. Porém, apesar das mudanças causadas no Betânia graças à força e ao empenho coletivo, o espaço precário e a falta de ação estatal criaram uma forte visão apolítica, se mostrando nítida em uma conversa com as duas entrevistadas:

Onilda: Vai lá o médico falar, vai lá, sei lá, um deputado, esse mesmo, esse povo de gravata vai lá mexer no lixo? Por que que um deputado, ou sei lá, quem ganha 30 mil, 40 mil, por que que um trabalhador ganha 1.300 por mês? Eu não gosto de política, não gosto nada, mas eu gosto de justiça, gente. O nosso país, o nosso mundo é muito desigual, meu Deus do céu.

Viviane: Mas, Onilda, se nós tivéssemos mais pessoas com amor à justiça e à paz, nós não precisávamos de governantes, não.

Onilda: Não precisa, não.

Viviane: Você com esses valores, baseando suas escolhas, suas atitudes, você não precisa de governante, não. A gente se ajeita.

Entrevista concedida por Viviane e Onilda. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

5. Conclusão

Com base nesse capítulo podemos compreender que os aspectos sociais e políticos do bairro Betânia estão relacionados à ação e a concepções religiosas. Tal qual relatado no Livro do Tombo, a morte do Aprígio e o movimento de retirada do lixão foram mudanças que impactaram na história dos moradores e que em todos os casos tangenciam a presença da igreja na localidade.

A mobilização após a morte do Aprígio e a luta pelo fim do lixão são marcas do poder da comunidade por melhorias na sua qualidade de vida e em busca do exercício por cidadania plena. Ambos os acontecimentos acarretaram mudanças frutíferas para o bairro.

Nesses processos o papel da igreja foi fundamental, a luta dos habitantes não se deu em um vácuo institucional, senão pelo suporte da instituição nas mobilizações e que, em dados momentos, forma inclusive catalisadores da mudança ao mobilizar os anseios de todos. Esse tipo de cenário gerou ainda mais coesão da religião com a população e um sentimento de ineficácia estatal, graças às suas poucas intervenções.

Em relação às mulheres, elas foram basilar no bairro, sobretudo frente a omissão dos homens e da situação de precariedade do bairro. Muitas vezes assumindo a liderança do movimento, as mulheres foram capazes de romper com os estereótipos da mulher dentro da moral cristã e se tornaram protagonistas visíveis no processo de fazer cidade. Mesmo sendo uma região com forte ligação e tradição cristã, a divisão de tarefas entre os gêneros não foi capaz de pará-las. O desenvolvimento do bairro ocorreu por sua forte resistência.

Ademais, as lutas enfrentadas pelo bairro, como os movimentos das mulheres e o fim do lixão, são parte de um processo maior, onde os moradores buscam não apenas melhorias coletivas, mas o reconhecimento de direitos básicos. Outro exemplo do "fazer cidade" é a luta travada por Seu Belchior pela regularização de sua propriedade no bairro Betânia, algo que será abordado a seguir.

Essas ações demonstram que o "fazer cidade" é um exercício contínuo de reivindicação de direitos e de legitimação dos espaços urbanos. A violência simbólica e os obstáculos burocráticos enfrentados pelos moradores do Betânia evidenciam a necessidade de reformas que garantam o pleno exercício dos direitos cidadãos, tanto em lutas coletivas quanto individuais.

CAPÍTULO 3

BUROCRACIA E OS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: Uma Análise da Situação Social vivida pelo Seu Belchior

Como discorri nos capítulos anteriores, o meu primeiro contato com o bairro Betânia foi em 2015, enquanto advogada contratada para resolver o caso de Regularização Fundiária do morador Belchior Braga de Almeida, brasileiro, “comerciário praticamente a vida toda”, nascido no dia 13 de maio de 1959, residente e domiciliado na Rua Ganges, conjunto Betânia, Belo Horizonte, Minas Gerais. Na época em questão, minha carreira migrava do Direito Criminal para o Direito das Coisas³⁴, por conseguinte, era uma profissional não especialista para lidar em casos como esse do seu Belchior (maneira pela qual passarei a identificá-lo neste trabalho).

Tanto no caso dos movimentos trabalhados anteriormente, quanto a disputa de Seu Belchior pela legalização de seu terreno, demonstram a busca para obter cidadania, reconhecimento e justiça. Apesar de ser uma luta individual, a situação irregular das moradias é um problema enfrentado por grande parcela da região, como melhor explicado nesse trabalho.

Muito do conhecimento profissional que carrego atualmente advém da grande experiência que adquiri nesse processo e, talvez por esse motivo, tenha eu escolhido esse tema de pesquisa para a presente dissertação de mestrado. Acredito, inclusive, que o impacto dessa minha atuação profissional induz, até hoje, minhas tristes percepções acerca da burocracia envolvida nos processos de regularização fundiária, analisada neste capítulo. Apesar da minha pesquisa ser de ordem antropológica, muito do viés pelos quais escrevo este texto e narro os fatos da história do Seu Belchior não são exclusivos de uma antropóloga, advindo de alguém que se inseriu nessa pesquisa pela advocacia. Dessa maneira, não há como meu texto ser tradicionalmente etnográfico, senão algo que transita entre a encantadora Antropologia e

³⁴ Direito das Coisas – também conhecido como Direitos Reais – é uma área do Direito que refere-se a um conjunto de regras e normas que disciplinam a relação jurídica entre pessoas, com base nos seus bens. Nos termos do Código Civil Brasileiro de 2002, artigo 1.225, “são direitos reais: I — a propriedade; II — a superfície; III — as servidões; IV — o usufruto; V — o uso; VI — a habitação; VII — o direito do promitente comprador do imóvel; VIII — o penhor; IX — a hipoteca; X — a anticrese; XI — a concessão de uso especial para fins de moradia; XII — a concessão de direito real de uso”. (BRASIL, 2002)

o formal Direito, motivo pelo qual me leva a tratar este texto um pouco no estilo fatos e fundamentos de uma petição procedimental jurídica.

Como estabelecido no contrato firmado entre o seu Belchior e eu, dentre os serviços contratados estava prevista a atuação advocatícia necessária nas esferas judicial e administrativa para a regularização legal do imóvel em que ele residia. Não fui a única profissional envolvida na conquista desse pleito, antes mesmo do meu primeiro contato com o caso, seu Belchior já contava com os serviços urbanísticos da arquiteta Débora São José de Meneses. Esse tempo de serviços prestados por mim como advogada é contabilizado em dois anos (2015 – ano em que meus serviços foram contratados, 2018 – data em que o imóvel foi efetivamente regularizado); antes disso, a arquiteta Débora já vinha lidando com esse caso desde 2012. Entre idas e vindas, ao longo desses sete anos de processo, diversas foram as instituições envolvidas, as taxas e despesas cobradas e pagas, inúmeros foram os documentos, peças e pessoas relacionadas, inacreditável foi o tamanho do trabalho envolvido. Contudo, antes de fornecer mais detalhes sobre tudo isso, acredito ser primeiramente necessário relatar a história e descrever o contexto no qual o imóvel do seu Belchior encontrava-se inserido.

1. A Biografia de um lar – Dos Fatos e Fundamentos

Nascido na cidade de Patos de Minas, migrante aos 10 anos de idade para a cidade de Belo Horizonte, seu Belchior morou, até sua mocidade, com toda a sua família, no bairro Nova Gameleira. Do desejo de conquistar a “casa própria” e com um dinheiro guardado para realizar esse investimento, ele “saiu à procura” e adquiriu um lote no Betânia que atendia às suas expectativas e se encontrava dentro do seu orçamento.

Dos motivos para ter escolhido especificamente aquele bairro e aquele bem, como explicação dada a mim, foi dito que o local era perto da morada de seus pais, bairro vizinho ao Nova Gameleira; na época, o Betânia passava por um processo de crescimento e desenvolvimento urbano e já haviam se estabelecido centros comerciais com todo o tipo de estabelecimentos necessários à manutenção da qualidade de vida: supermercados, farmácias, padarias, escolas, instituições bancárias, restaurantes etc. A região permite fácil acesso aos principais pontos de Belo Horizonte, através da Avenida Tereza Cristina, a Via do Minério e o Anel Rodoviário, além de ser um bairro vizinho ao Nova Gameleira; e é um local que ele conseguia “pagar”, com um preço bem mais baixo do que aqueles estabelecidos para a região

- poder quitar a compra “à vista” era uma das condições consideradas cruciais para “fechar” o negócio.

O terreno, com área de 369,05 m² (trezentos e sessenta e nove metros quadrados e cinco centímetros), comprado em conjunto com sua irmã (Maria Geralda de Almeida Silva) e cunhado (Fátimo José da Silva), lhes foi vendido por uma pessoa que havia, anteriormente, comprado de uma outra pessoa – sendo, esse terceiro, o chamado "comprador primário" do bem imóvel junto à Companhia Imobiliária e Construtora Belo Horizonte - CICOBE, responsável pelo processo de Loteamento do Conjunto Betânia. Ao todo, contando com os destinatários finais do terreno, o bem foi adquirido por três pessoas, mas nenhuma delas chegou a obter o registro de propriedade do imóvel.

Pela compra, como título de domínio concedido³⁵, foi entregue ao Seu Belchior, Maria Geralda e Fátimo uma escritura de compra e venda do terreno emitida pela CICOBE, indicando, “ao menos no papel”, uma venda direta entre tais partes. Prática muito comum, vista por mim - como advogada de Regularização Fundiária -, como uma estratégia utilizada para evitar não apenas a gigantesca burocracia envolta nos processos de transmissão dos bens imóveis, mas também os elevados custos ligados à venda.

Apesar da existência desse título de domínio, concedido ao seu Belchior e afins pela aquisição do terreno, a eles não foi concedida a propriedade sobre o bem, senão apenas o que no Direito chamamos de “título de boa-fé”. Nos termos da legislação vigente, a propriedade de um imóvel somente é concedida ao comprador pelo seu registro, o que não ocorreu³⁶.

No caso em tela, juridicamente falando, o que os adquirentes passaram a ter com a escritura de compra e venda do bem foi a posse, não a propriedade³⁷. Em relação aos conceitos legais de posse e propriedade, apresento aqui as definições estabelecidas pelo Código Civil Brasileiro:

Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. (BRASIL, 2002)

³⁵ Título de Domínio é um documento fornecido a quem está na posse de determinado bem público (geralmente terra devoluta) por determinado tempo e assim, o Município, Estado ou União reconhecem esta posse e transferem a propriedade da área ao particular que já deu uma destinação útil ao bem.

³⁶ Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis;

§ 1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel (BRASIL, 2002)

³⁷ Não obstante, ser importante ressaltar que no momento da compra, de posse do documento cartorário de lavratura do contrato de compra e venda do terreno, a percepção do senhor Belchior, Maria Geralda e Fátimo em relação ao seu bem era de que já naquele momento ele era o dono do imóvel.

Art. 1.228. “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”. Trata-se do mais completo dos direitos subjetivos, a matriz dos direitos reais e o núcleo do direito das coisas. (BRASIL, 2002)

Em termos mais simples, o “Direito de Propriedade é o direito quem a pessoa física ou jurídica tem, dentro dos limites normativos, de usar, gozar e dispor de um bem, corpóreo ou incorpóreo, bem como de reivindicá-lo de quem injustamente o detenha.” (DINIZ, 2002, p. 119) Já a posse é, em sentido amplo, o exercício de fato de um ou mais dos poderes da propriedade.

Devido ao desconhecimento sobre os procedimentos jurídicos de registro de imóveis e da lei, Belchior e alguns outros moradores, acreditavam que, uma vez tendo a escritura do contrato de compra e venda, com firma reconhecida em cartório, haveria sobre eles o reconhecimento, frente a terceiros e ao Estado, de sua propriedade. Interessante dizer que, ao longo da minha carreira jurídica, o não entendimento das leis e a falsa percepção relacionadas a esse assunto, acomete não apenas uma ou outra pessoa, mas diversas em mesma situação. Como advogada, atuei e continuo atuando em inúmeros processos similares.

Então, esse imóvel eu paguei à vista na época e recebi dele uma escritura de compra e venda, que era o de praxe naquela época, o que o cartório fazia de documentação era uma escritura de compra e venda, o que para mim era o documento ideal e o único que existia para adquirir um imóvel.

Entrevista concedida por Belchior. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

“Imóvel esse que, compro, pago, sem dever nada por ele, sabendo-se que eu não moro em favela, eu não acho que é direito meu de registrar aquilo que eu comprei e paguei. Você concorda?”

Entrevista concedida por Belchior. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

O desconhecimento da lei, e alguns outros fatores, levaram o seu Belchior, sua irmã e cunhado a construírem suas casas no terreno e a morarem lá de forma despreocupada por mais de 20 anos. “Quando compramos um imóvel, às vezes não nos damos conta de detalhes que só vamos perceber posteriormente”³⁸. Em conversas mais recentes Belchior me afirma que se soubesse de antemão os transtornos que envolveriam sua compra, “pensaria duas vezes”, muitas vezes “somos diligentes com a compra de um carro, mas não com a compra de uma casa.”³⁹

³⁸ Entrevista concedida por Belchior. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

³⁹ Entrevista concedida por Belchior. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Pelos 20 anos que viveram no imóvel, a condição legal na qual suas moradas estavam envolvidas em nada impactaram suas vidas, Belchior inclusive no intercuro da compra do terreno e da construção da sua morada, casou-se e constituiu família. Ao final desse período, contudo, seu casamento chegou ao fim e, no processo de divórcio, todas as percepções sobre suas crenças de ser o proprietário legal de sua morada chocaram-se contra a dura realidade imposta pelo ordenamento jurídico brasileiro, junto da necessidade de vender a casa naquele momento.

Devido a comunhão de bens empregue na circunstância do seu casamento, após a consultoria jurídica especializada de um advogado de divórcio, foi realizado um levantamento completo de todo o patrimônio constituído pelo casal na constância do casamento, para que se procedesse judicialmente, então, a partilha de bens entre ele e sua ex-esposa. Momento no qual, para a surpresa de todos, descobrem não serem “donos” de onde moravam, mas possuidores, sem quaisquer garantias dos direitos de propriedade conferidos pelo artigo 1228 do Código Civil Brasileiro/2002.

Devidamente instruído acerca da inexistência do registro e orientado a procurar o 7º Cartório de registro de Imóveis para adotar as medidas cabíveis para tanto, outra inesperada surpresa atravessa sua complicada realidade: o terreno sequer possuía certidão de origem, motivo pelo qual também não possuía matrícula, condição necessária para o processamento do registro.

Orientado pelo cartório a procurar a prefeitura de Belo Horizonte para buscar junto dela a certidão de origem do terreno, lhe foi informado pelos servidores dessa instituição que o processo administrativo de loteamento necessário para o parcelamento do solo sequer havia sido concluído pela empresa imobiliária loteadora, de modo que o seu terreno ainda estava inserido dentro da gleba denominada “Várzea do Felicíssimo”, sua posse sequer recaía sobre um lote, senão sobre um quinhão do próprio Conjunto Betânia.

Seu Belchior foi aconselhado na reunião com a prefeitura a procurar pela imobiliária CICOBE para resolver sua pendência. Ao chegar no escritório da empresa loteadora, ele descobre estar sozinho e desamparado na resolução da sua questão, sendo informado que nada poderia fazer para lhe ajudar, instruindo-o novamente a procurar pela prefeitura e pelo cartório.

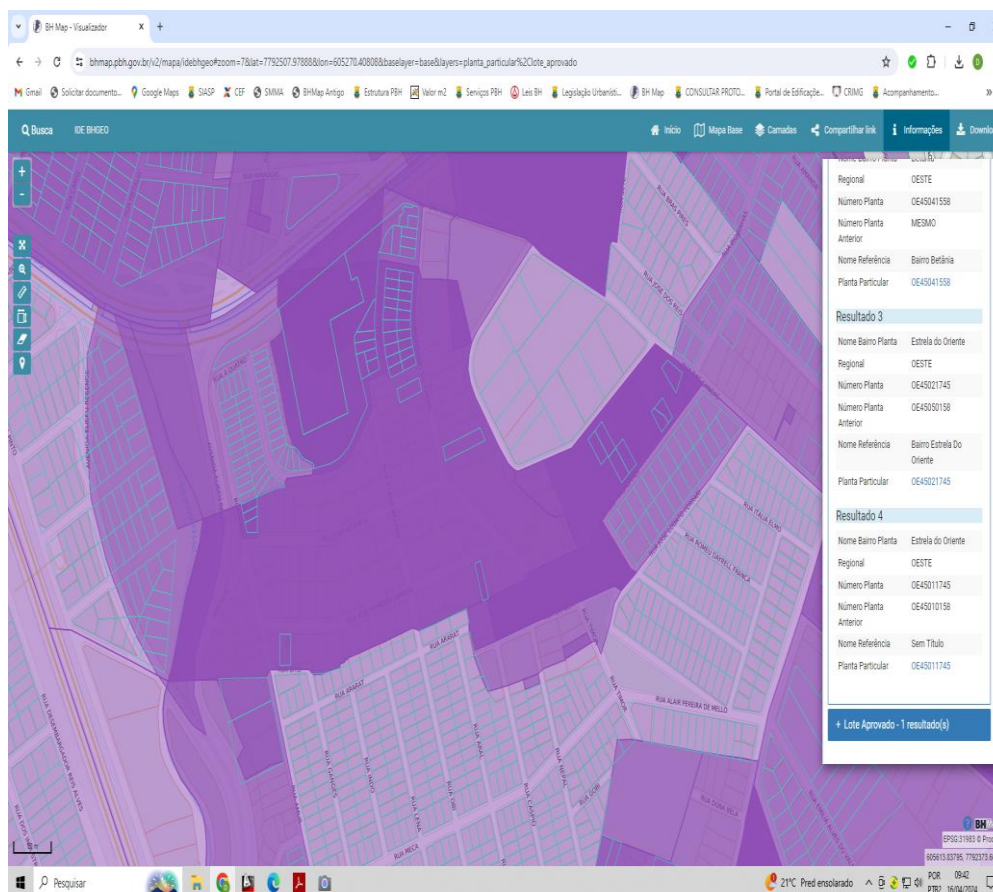
Esta sucessão ininterrupta e aparentemente infinita de acontecimentos e consequências gerou um “círculo vicioso” burocrático que parecia não ter fim. Apesar de indispensável, a burocracia, paralelamente, também leva a uma série de obstáculos muitas

vezes difíceis de ultrapassar, modelando-se, frequentemente, como um fenômeno autônomo que impõe aos acontecimentos um curso determinado. (CROZIER, 1963, p. 121).

A situação de posse do seu Belchior, de sua irmã e cunhado, não era, à época, uma realidade exclusiva ou atípica. A grande maioria dos moradores (com exceção de dois lotes) do bairro Betânia passavam pelas mesmas intempéries, inseguranças jurídicas, e fragilidades. Atualmente, no Conjunto Betânia outros lotes já foram legalizados pelo processo de regularização fundiária, mas muitos terrenos ainda continuam irregulares como mostra o mapa a seguir

Figura 12 – Mapa Conjunto Betânia: Situação Fundiária em 2024

Em roxo está os espaços irregulares (terreno indiviso), azul lotes já regularizados (terrenos divisos)



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte⁴⁰

Os acontecimentos pelos quais Seu Belchior teve que passar para que finalmente conseguisse ser dono de sua casa, servem, ao propósito da pesquisa, como ponto de partida

⁴⁰ Disponível em: https://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=7&lat=7792505.20398&lon=605273.54207&baselayer=base&layers=planta_particular%2Clote_ aprovado.

para uma situação que não se restringe apenas a esses moradores. É fundamental ter-se em conta que esse caso não pode ser compreendido como uma ação isolada: ele reproduz uma realidade recorrente na região do bairro Betânia. Nesse sentido, o caso real do Belchior, sua irmã e cunhado, e toda a saga envolvida no processo de Regularização, ao mesmo tempo em que nos serve aqui de ilustração, se manifesta também como um fato concreto por meio do qual problemas mais gerais circundantes da burocracia podem ser colocados. Contudo, antes de seguir os relatos da trajetória vivida por mim (enquanto advogada do processo), Débora, Belchior e demais envolvidos; ou estabelecer qualquer análise mais detida, apresentarei a seguir a história e realidade social, jurídica e administrativa do Conjunto Betânia.

1.1. O Conjunto Habitacional Betânia

Figura 13 – Vista aérea do Conjunto habitacional Betânia



Fonte: Google (sobreposição realizada pela arquiteta Débora)

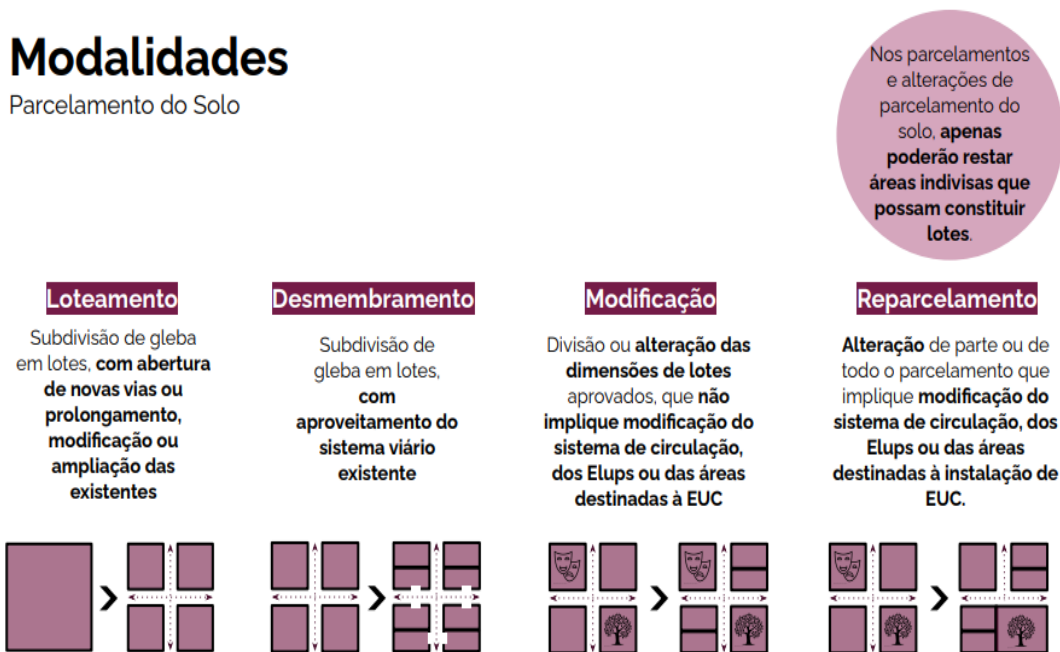
Para compreendermos a situação do Conjunto Habitacional Betânia (localidade onde se encontram as residências do seu Belchior, irmã e cunhado), primeiramente se faz necessário, em relação a narrativa situacional, apresentar uma breve explicação legal sobre os termos pelos quais estão inseridos os processos de parcelamento do solo, para tanto, farei isso à luz da Lei Federal 6.766/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e da Lei Municipal 11.181/2019, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

Como demonstrado pela cartilha distribuída pela Prefeitura de Belo Horizonte, referente ao último plano diretor do município, o processo de parcelamento de solo (pela lei 11.181/2019) se subdivide em quatro modalidades:

Figura 14 – Modalidades de Parcelamento do solo

Modalidades

Parcelamento do Solo



Fonte: Imagem da página 9 do E-book Plano Diretor de BH: Entenda os principais pontos

Concomitantemente, a Lei Federal de número 6766/1979, informa:

Art. 1º. O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta Lei. (BRASIL, 1979)

Parágrafo único - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais. (BRASIL, 1979)

Art. 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes. (BRASIL, 1979)

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. (BRASIL, 1979)

§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes. (BRASIL, 1979)

§ 4º Considera-se lote o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.” (BRASIL, 1979)

A partir desse processo administrativo, a propriedade civil urbana de um bem imóvel é constituída sobre um lote (art. 2º, § 4º, da Lei 6.766/79), produto de um processo administrativo que divide uma Gleba (grande porção de terra que não foi submetida a um processo de parcelamento) nos termos da legislação. Sem a constituição do lote (documentado administrativamente por uma certidão de origem), não há como estabelecer uma matrícula (uma espécie de certidão de nascimento do imóvel junto ao cartório de registro de imóveis) individualizada, inexistindo matrícula é impossível o registro (modo pelo qual ocorre a transferência do imóvel para um novo titular), sem registro não há propriedade (Artigo 1245 do Código Civil/2002).

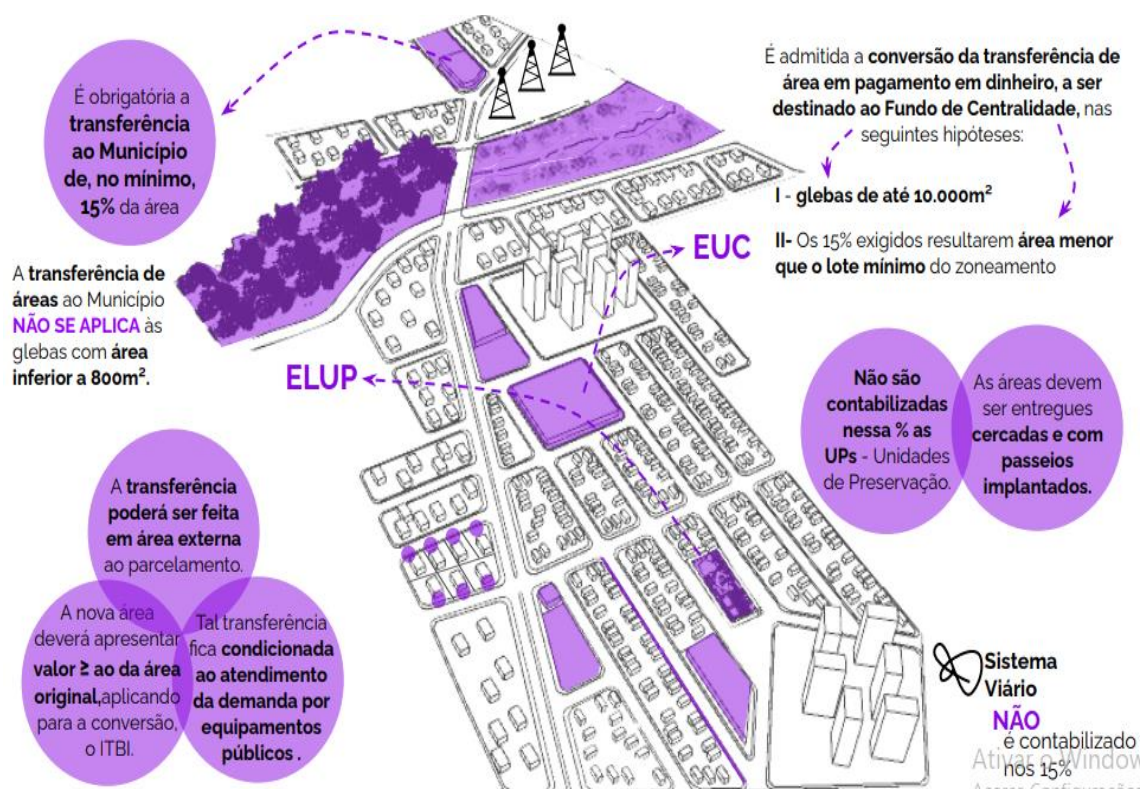
Estabelecidas as considerações necessárias, começo, então, a descrição de origem do Conjunto Habitacional Betânia. Na década de 1970, conforme descrito no capítulo 1, com a expansão da cidade de Belo Horizonte antigos espaços rurais foram transformados em novos espaços urbanos. Na gênese da urbanização do bairro Betânia há a formação de um conjunto habitacional, o loteamento denominado Conjunto Betânia (localidade onde se encontram as residências do seu Belchior, irmã e cunhado), uma gleba com área de 130.000,00 m², denominada Várzea do Felicíssimo, adquirida pela CICUBE em 15/01/1970⁴¹, dos herdeiros do casal Felicíssimo Alves e Úrsula Paulina: João Alves Sobrinho, Manuel Alves Luiz, Onésio Alves do Vale, Emilia Alves Luiza, Realina Alves de Souza, Antônio Felicíssimo Alves, José Agostinho Alves Neto, Neide Maria do Rosário, João Euclides Alves, Altair Alves dos Santos e José Alves do Santos. Inicialmente, esse empreendimento foi projetado para alcançar, como público alvo, profissionais da segurança pública, motivo pelo qual o conjunto habitacional é conhecido por alguns moradores do bairro como "loteamento militar".

⁴¹ A transcrição deste fato ocorreu sob o número 7.890 da folha 117 do livro 3-J no 7º Ofício de Registro de Imóveis, momento na qual a Várzea do Felicíssimo, passou a integrar e a constituir o Bairro Betânia

Próximo da conclusão do processo de parcelamento, objetivando dar baixa administrativa do loteamento ao município, a CICOBE apresentou uma planta particular (CP 217 – 001 – H)⁴², retratando a subdivisão da gleba Várzea do Felicíssimo. Nos termos da planta, o lote 20 foi destinado para equipamentos sociais e área verde (totalizando em metragem um espaço de 16.568 m²). Segundo a Lei Federal 6766/1979, os loteamentos devem destinar espaços para sistemas de circulação, implantação de equipamentos urbanos e comunitários (EUCs), bem como a espaços livres de uso público (Elups) nos moldes do plano diretor municipal da localidade em que estão situados (artigo 4º, inciso I). Por sua vez, já a lei municipal 11181/2019 indica também a necessidade da destinação de espaço para áreas de Preservação Permanente (APPs) e Unidades de Proteção (UPs).

Na eventualidade da destinação do espaço ser menor que a fração legal determinada, é admitida a conversão da transferência prevista para um pagamento em dinheiro (artigo 125, parágrafo 11, lei 11181/2019).

Figura 15 – Principais pontos da lei de loteamento de solo I



Fonte: Imagem da página 11 do E-book Plano Diretor de BH⁴³

⁴² Arquivada no acervo cartográfico da Prodabel (OE 45-01-1745)

⁴³ Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2020/e-book_parcelamento_versao-completa.pdf. Acesso: 14 de abril de 2024

Figura 16 – Principais pontos da lei de loteamento de solo II



Fonte: Imagem da página 12 do E-book Plano Diretor de BH:⁴⁴

Em relação ao processo de parcelamento de solo realizado pela CICOBE sobre a gleba com área de 130.000,00 m² (fração da fazenda Várzea do Felicíssimo), muito inferior foi a metragem separada para EUCs, Elups, APPs e UPs, não houve qualquer pagamento indenizatório em dinheiro pela área aquém daquela estabelecida por lei, motivos pelos quais não apenas a planta apresentada não foi aceita, como também não foi possível a baixa e conclusão do processo administrativo. Consequência disso, os lotes – objetos sobre os quais recaem a propriedade civil dos compradores – também não foram gerados, de forma que não apenas o contrato de compra e venda realizado entre o Seu Belchior com a CICOBE, como todos os demais, não puderam ser registrados no cartório de registro de imóveis.

Todo o solo do Conjunto Habitacional Betânia, por lei, para o poder público, é considerado como parte de uma área indivisa, isto é, não há um reconhecimento legal da região como um bairro loteado por diversos imóveis de diferentes proprietários. O Estado trata esse local como uma única gleba, com diversos possuidores de um mesmo bem. Ainda hoje o Conjunto Habitacional Betânia está registrado no 7º cartório de Registros Imobiliários em uma única matrícula: 7575.

⁴⁴ Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2020/e-book_parcelamento_versao-completa.pdf. Acesso: 14 de abril de 2024

Andando pela região, percebemos que está completamente povoada, repleta de moradias completamente estruturadas para se viver, com poucos terrenos baldios e múltiplos casos como o do Seu Belchior, de pessoas que desejavam morar no bairro, adquiriram onerosamente terrenos da imobiliária CICOBE e construíram casas para viverem, mas que não possuem no terreno adquirido a demarcação de lote e a propriedade do bem. Por ausência da regularização, formas de alienação e aquisição do bem, em dissonância com a lei, emergiram nessa localidade, muitas das vezes estabelecidas, por exemplo, através de “contratos de gaveta”. Isso burocratiza ainda mais a situação para regularização e traz complexificação aos processos:

o conjunto habitacional Betânia, ele é tido às vezes como um loteamento clandestino, mas na verdade não é clandestino⁴⁵ porque foi implantado à luz do dia e tendo o município à vista de tudo que estava acontecendo, somente não impediu aquela implantação. Então, a porção central ali do Betânia, ela é toda terreno indiviso, são mais de 50 lotes, se não me engano, 150 lotes não oficiais, são terrenos indivisos. E algumas pessoas, elas têm até mesmo escritura, como é o caso do Belchior, mas somente a escritura não é possível para que se faça a abertura da matrícula junto ao cartório e precisa, então, da certidão de origem do lote aprovado, certidão que é obtida com um processo de parcelamento de solo junto à Prefeitura. Mas existem outras famílias que elas têm somente contrato, não tem escritura. E aí sim, seria necessário a regularização jurídica também, que é usucapião, e paralelo à certidão de origem, ou seja, o parcelamento de solo para que seja possível essa regularização junto ao cartório. E algumas pessoas podem talvez nem ter contrato, pode ser outros documentos equivalentes como cessão de direitos, compromissos de compra e venda ou promessas de lote, reserva de lote, que era muito comum no passado quando as loteadoras faziam essas vendas de forma informal, às vezes somente recibo, e às vezes ocorre mesmo de várias famílias já terem passado por um móvel, ou seja, teve às vezes uma escritura no primeiro momento, mas aí já passou para outro contrato, aí já passou para outro só com recibo... Enfim, e uma outra questão importante é a questão ambiental, que tem alguns lotes ali que tem questões de relevância ambiental e que são casos de mais complexa resolução.”

Entrevista concedida por Débora. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Em 17 de novembro de 1995 a CICOBE ingressou administrativamente (processo: 01-101.457/95-08) com um pedido para resolver essa questão pela via do procedimento de desmembramento de área, legalmente menos rígido, contudo, o pedido consta como arquivado desde dois de janeiro de dois mil e sete. Visando solucionar esse problema de forma coletiva, uma associação de moradores ingressou também com um pedido, entretanto, por ausência de

⁴⁵ O parcelamento clandestino é considerado aquele que sequer foi submetido à aprovação dos órgãos competentes. O proprietário do terreno objeto do parcelamento fez a divisão da área sem que o Poder Público tivesse conhecimento da secessão em lotes. Diferente desse primeiro formato, o parcelamento regular é aquele realizado em conformidade com as normas próprias da LPS e a das normas dos Estados e Municípios, obtendo aprovação ao final do processo. O parcelamento irregular, por sua vez, será aquele que passou pelo rito de aprovação, mas não foi executado ou implantado conforme sua aprovação, sendo este último a situação na qual se encontra o Conjunto Habitacional Betânia.

capacidade jurídica para configurar como parte em direito alheio, o processo foi extinto ainda nas fases iniciais.

Apresentadas as importantes considerações sobre a situação do Conjunto Betânia, passo então a narrar os fatos que envolveram a minha contratação enquanto advogada pelo seu Belchior e a descrever como foi o processo até a regularização do imóvel.

1.2. A luta de Belchior pela regularização

Na luta por registrar sua morada e então poder fazer a partilha dos bens em seu processo de divórcio, seu Belchior buscou inicialmente sozinho os órgãos institucionais para a regularização. Com a sucessão ininterrupta e aparentemente infinita dos acontecimentos burocráticos à sua frente, ele decide procurar a ajuda especializada de uma arquiteta.

“as imobiliárias compram os terrenos, loteiam, vendem os seus lotes, não legalizam isso 100% junto da Prefeitura e posteriormente a Prefeitura começa a dificultar que os seus moradores, que comprou, pagou, tenha o documento adequado, que é o registro desses imóveis. Então, aí qual que é o caminho? Vamos contratar um arquiteto e fazer um parcelamento do solo, e legalizar o seu lote.”

Entrevista concedida por Belchior. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Por meio de sua ex-esposa, conhecida da Débora - arquiteta responsável pelo caso do Seu Belchior -, ele busca a ajuda profissional da arquiteta para regularizar o seu terreno na prefeitura e assim possibilitar a abertura de matrícula individual junto ao cartório e para poder “colocar o imóvel em seu nome e cunhado”.

A regularização fundiária, em conceito mais amplo, tem três aspectos: o técnico, o jurídico e o ambiental, e busca regularizar não somente a questão do parcelamento de solo, como as questões da titulação registral e de meio ambiente. Para o caso do seu Belchior, o processo abarcaria apenas o parcelamento de solo, necessário para aprovar o lote e abrir a matrícula. Nenhuma medida jurídica era necessária, uma vez que tudo correria em âmbito administrativo e os profissionais legalmente aptos para o processo são: arquitetos ou engenheiros.

Por envolver inúmeros setores na prefeitura e diversos profissionais, constantemente seu Belchior e Débora eram instruídos, de forma errada, a ingressar juridicamente com um processo de Usucapião⁴⁶. Por ter a escritura de compra e venda do imóvel, com a criação da

⁴⁶ Alguns moradores que prosseguiram com esse caminho e não realizaram o desmembramentos individual do seu terreno junto à prefeitura, encontra-se hoje inseridos como proprietários de um pequeníssimo quinhão da matrícula geral 7575.

matrícula o registro poderia ser facilmente realizado. Contudo, a incessante insistência pela via da ação de usucapião, apresentada tanto pela prefeitura quanto pelo cartório, paralelamente ao pouco desenvolvimento do processo administrativo ao longo de 5 anos, levaram seu Belchior a procurar por um advogado, momento no qual eu ingresso nessa história.

Na época, por interpretação diversa da antiga gestão, a prefeitura se mostrava reticente em resolver o processo por meio do procedimento de desmembramento de terreno indiviso, estabelecendo como modo para resolver a questão o procedimento de loteamento do solo. Como dito anteriormente, o processo de loteamento é aquele produzido a partir dos ditames legais, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. O procedimento de desmembramento se dá com aproveitamento do sistema viário existente, sem qualquer solicitação de abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes, aprovando-se o espaço tal qual ele se encontra na realidade. Por conseguinte, desmembrar uma gleba é muito mais simples do que lotear.

Assim, ao estabelecer como exigência de solução um procedimento mais trabalhoso, a prefeitura não apenas dificulta os processos para que indivíduos, de forma singular, resolvessem a sua questão, mas transferia para o cidadão a responsabilidade sobre a imperícia da fiscalização à época do processo de loteamento do Conjunto habitacional Betânia

E esse gerente, o curso foi muito produtivo e durante essas aulas, ele me passou exatamente por que o processo do Belchior não ia pra frente. Na época até resguardava o nome de Belchior, mas ele sabia de quem estava falando, e ele afirmou com todas as palavras, tem isso gravado também, que eu nunca conseguiria aprovar aquele imóvel, nunca ia conseguir a certidão de origem do lote. E aí, por quê? Tenho as apostilas desse curso, e nele ele menciona a questão da Procuradoria Geral do Município e que na visão dele, teria que ter a transferência dos 15% devidos daquele loteamento para o município, para que então esse um possuidor de uma pequena parcela desse parcelamento pudesse ter a certidão de origem. Então, clareando a questão, quando a gente tem um terreno indiviso de grandes proporções, acima de 800 metros quadrados, o proprietário tem que fazer a transferência dos 15% para o município. Por que que isso é necessário? Porque um loteamento ele não é só composto de lotes. Você tem, além do sistema viário, a questão dos equipamentos públicos, né? E das áreas de livre uso público para lazer. Então você tem hospital, creche, posto de saúde e isso é necessário para que o bairro seja estruturado. Então, realmente é necessário que se cobre do loteador a implantação dessas áreas fundamentais para a consolidação da cidade. Entretanto, a lei assegura que aqueles possuidores de uma parcela pequena daquele parcelamento irregular, que eles podem prosseguir pela lei 9074 de 2005. E esse é o decreto regulamentador. E aí, na visão desse gerente, ele tinha como entendimento que os cidadãos, eles não teriam os seus processos caminhando, seriam todos paralisados. Na época, ele falava que era a Procuradoria Geral do Município que paralisava esses processos como massa de

manobra para que o loteador fosse pressionado a transferir os 15%. E em nenhum lugar na lei fala isso! Que os possuidores, eles podem sim regularizar os seus pequenos lotes e não tem essa exigência dos 15%, porque na maioria dos lotes ali a gente pode colocar mais ou menos 360 metros quadrados. São vários, de várias medidas, mas em torno disso, ou seja, são áreas menores que 800 metros quadrados e que não incide a questão de transferência dos 15% para o município. Mas aí, lembrando, paralelamente a esses processos, o município não pode deixar de cumprir o seu papel, que é justamente ir atrás do loteador que fez algo errado. E aí tem que sim dar resposta para essa necessidade desse bairro, daquilo que é carente de equipamentos e de áreas de livre uso público.”

Entrevista concedida por Débora. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Na busca por impor seu ponto de vista e não dar sequência ao processo administrativo do seu Belchior pelo procedimento de desmembramento, a gerência solicitava documentos desnecessários e fazia pedidos absurdos. Nos anos dessa gestão o processo não evoluía e por quase 5 anos nada de produtivo foi alcançado. Por tais motivos, no dia 25 de agosto de 2015 fui contratada pelo seu Belchior para ingressar judicialmente com a ação de usucapião e acompanhar também o processo administrativo.

Vamos contratar um arquiteto e fazer um parcelamento do solo, e legalizar o seu lote. Ainda temos entrada, arrumei um arquiteto, que por sinal, batalhou muito nesse projeto junto comigo, a gente levantou a documentação inicialmente que a Prefeitura pediu, e a cada documento que a gente dava entrada na Prefeitura, posteriormente a Prefeitura pedia mais um monte de documentos. A hora que a gente arrumava os documentos seguintes, aqueles primeiros já tinha vencido e a gente tinha que fazer tudo de novo, e a gente foi numa sequência de mais ou menos uns oito anos batalhando nisso, e a cada documento que a gente fazia, gastava dinheiro... A prefeitura exige um pouco mais e tal, assim, arrumando uma forma de empurrar a gente, verdadeiramente com a barriga e em inviabilizar o registro desse imóvel. Então feito isso chegou num determinado momento que a gente não tinha mais como dar sequência, aí como não tinha mais dar sequência, a arquiteta virou para mim e falou: “Belchior, a partir de agora não tem mais como eu te ajudar, vamos ter que contratar uma outra pessoa na área jurídica, que a gente possa dar prosseguimento então a isso, se a gente achar o caminho”. Aí procurei algumas pessoas e foi indicado, por uma pessoa conhecida minha, que eu então procurasse a doutora Horrana, que ela iria com certeza me ajudar, porque ela é a pessoa ideal para esse caso. Aí a gente começou, então, junto com arquiteta, a Débora, muito boa por sinal, bem interessada também em nos ajudar, juntamente a Horrana, que foi extremamente eficiente e prestativa para o fato, e a gente deu a sequência nos passos seguintes para a gente conseguir ter a conclusão do objetivo, que graças a Deus, foi depois de um determinado período de muita batalha, de muita luta, a gente foi achando um caminho até que conseguimos então, legalizar o meu imóvel e fazer o registro dele lá no no cartório, como assim foi feito.

Entrevista concedida por Belchior. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

A imagem abaixo representa o andamento processual do seu Belchior junto às entidades envolvidas até o momento em que fui contratada. Elas mostram a morosidade no atendimento

dos requerimentos e como, muitas vezes, os processos eram repetidos em diversos locais idênticos.

Figura 17 – Andamento processual do processo administrativo de regularização do seu Belchior

Protocolo Único: **0162099**
 Município: **BELCHIOR BRAGA DE ALMEIDA**
 Endereço: **RUA UM, 217 - BETANIA - 30590-280**
 Iptu: **463045 002 001X**

HISTÓRICO POR PROTOCOLO HISTÓRICO CRONOLÓGICO

| Protocolo | Data | Origem | Destino | Andamento | Ver |
|-------------|------------|----------|----------|------------------------|-----|
| 0162099-001 | 07/05/2012 | GEMAI | DCIU-cad | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-002 | 30/05/2012 | GSITE | DCIU-cad | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-001 | 14/06/2012 | DCIU-cad | DCIU-cad | Resposta | Q |
| 0162099-002 | 14/06/2012 | DCIU-cad | DCIU-cad | Resposta | Q |
| 0162099-001 | 14/06/2012 | DCIU-cad | GEMAI | Resposta | Q |
| 0162099-001 | 18/06/2012 | GEMAI | DIAC-pro | Documento Entregue | Q |
| 0162099-003 | 20/08/2013 | GEMAI | GADOC | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-003 | 16/09/2013 | GADOC | GEMAI | Não Acatado | Q |
| 0162099-003 | 19/09/2013 | GEMAI | DIAC-pro | Documento Entregue | Q |
| 0162099-003 | 28/11/2013 | DIAC-pro | DIAC-pro | Informe | Q |
| 0162099-004 | 19/12/2013 | GEMAI | GADOC | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-004 | 02/01/2014 | GADOC | GEMAI | Não Acatado | Q |
| 0162099-004 | 08/01/2014 | GEMAI | DIAC-pro | Documento Entregue | Q |
| 0162099-005 | 07/03/2014 | GEMAI | GADOC | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-005 | 13/03/2014 | GADOC | GEMAI | Não Acatado | Q |

Ativar o Windows
 Acesse Configurações

| | | | | | |
|-------------|------------|----------|----------|------------------------|---|
| 0162099-005 | 17/03/2014 | GEMAI | DIAC-pro | Documento Entregue | Q |
| 0162099-006 | 17/03/2014 | GEMAI | GADOC | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-006 | 04/04/2014 | GADOC | GEP SO | Acatado | Q |
| 0162099-007 | 30/04/2014 | GSITE | GEP SO | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-006 | 27/05/2014 | GEP SO | GEP SO | Resposta | Q |
| 0162099-007 | 27/05/2014 | GEP SO | GEP SO | Resposta | Q |
| 0162099-006 | 03/09/2014 | GEP SO | GEP SO | Informe | Q |
| 0162099-006 | 11/09/2014 | GEP SO | GEP SO | Resposta | Q |
| 0162099-002 | 04/11/2014 | GSITE | GSITE | Protocolo Expurgado | Q |
| 0162099-008 | 10/04/2015 | GEMAI | GADOC | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-008 | 16/04/2015 | GADOC | GEMAI | Não Acatado | Q |
| 0162099-008 | 24/04/2015 | GEMAI | GADOC | Documento Entregue | Q |
| 0162099-009 | 24/04/2015 | GEMAI | GADOC | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-010 | 24/04/2015 | GEMAI | DIAC-pro | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-010 | 27/04/2015 | DIAC-pro | GEP SO | Encaminhado | Q |
| 0162099-009 | 06/05/2015 | GADOC | GEMAI | Não Acatado | Q |
| 0162099-009 | 12/05/2015 | GEMAI | GADOC | Documento Entregue | Q |
| 0162099-010 | 10/06/2015 | GEP SO | GEP SO | Resposta | Q |
| 0162099-010 | 17/06/2015 | GEP SO | DIAC-pro | Encaminhado | Q |
| 0162099-010 | 17/06/2015 | DIAC-pro | DIAC-pro | Informe | Q |
| 0162099-011 | 04/09/2015 | GEMAI | GEP SO | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-012 | 04/09/2015 | GEMAI | GADOC | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-012 | 01/10/2015 | GADOC | GEMAI | Não Acatado | Q |
| 0162099-011 | 05/10/2015 | GEP SO | GEP SO | Informe | Q |
| 0162099-012 | 07/10/2015 | GEMAI | GADOC | Documento Entregue | Q |
| 0162099-011 | 20/10/2015 | GEP SO | GEP SO | Resposta | Q |
| 0162099-011 | 21/12/2015 | GEP SO | GEP SO | Informe | Q |
| 0162099-013 | 30/12/2015 | GEMAI | GADOC | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-013 | 03/02/2016 | GADOC | DIAC-agd | Acatado | Q |
| 0162099-013 | 20/05/2016 | DIAC-agd | GEP SO | Exame Agendado | Q |
| 0162099-013 | 03/06/2016 | GEP SO | GEP SO | Pendência | Q |
| 0162099-014 | 22/06/2016 | GEMAI | DIAC-agd | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-014 | 27/06/2016 | DIAC-agd | GEP SO | Exame Agendado | Q |
| 0162099-014 | 19/08/2016 | GEP SO | GEP SO | Pendência | Q |
| 0162099-014 | 07/10/2016 | GEP SO | GEP SO | Pendência | Q |
| 0162099-015 | 24/10/2016 | GEMAI | DIAC-pro | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-014 | 25/10/2016 | GEP SO | GEP SO | Pendência | Q |
| 0162099-015 | 27/10/2016 | DIAC-pro | DIAC-agd | Documento anexado | Q |
| 0162099-014 | 27/10/2016 | GEP SO | DIAC-agd | Encaminhado | Q |
| 0162099-014 | 27/10/2016 | DIAC-agd | GEP SO | Exame Agendado | Q |
| 0162099-016 | 01/11/2016 | GEMAI | DIAC-pro | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-016 | 09/11/2016 | DIAC-pro | GEP SO | Documento anexado | Q |
| 0162099-014 | 09/11/2016 | GEP SO | GEP SO | Pendência | Q |
| 0162099-014 | 25/11/2016 | GEP SO | DIAC-agd | Encaminhado | Q |

| | | | | | |
|-------------|------------|----------|----------|------------------------|---|
| 0162099-014 | 14/12/2016 | GEPSO | DCIU-cad | Deferida | Q |
| 0162099-014 | 20/12/2016 | DCIU-cad | GEPSO | Resposta | Q |
| 0162099-014 | 22/12/2016 | GEPSO | GEMAI | Deferida | Q |
| 0162099-014 | 12/01/2017 | GEMAI | GEPSO | Documento Entregue | Q |
| 0162099-017 | 11/01/2018 | GEMAI | DIAC-pro | Solicitação de Serviço | Q |
| 0162099-017 | 12/01/2018 | DIAC-pro | GEPSO | Encaminhado | Q |
| 0162099-017 | 05/03/2018 | GEPSO | DIAC-pro | Resposta | Q |
| 0162099-017 | 19/03/2018 | DIAC-pro | DIAC-pro | Acatado | Q |

Fonte: SIASP

Com meu ingresso no processo e a mudança de gestor, no dia 19 de março de 2018 tivemos o pedido pelo parcelamento de solo acatado pelo procedimento de desmembramento. Ao longo dos três anos em que atuei como advogada por diversas vezes me desloquei à prefeitura para reuniões com a equipe responsável. Inicialmente me comportava de maneira mais beligerante e ameaçadora, informando sobre possíveis processos administrativos disciplinares e reclamações civis que os funcionários públicos envolvidos no processo poderiam enfrentar na eventualidade de não agirem de forma diligente com o processo administrativo, registrando minhas alegações também pelos e-mails encaminhados solicitando celeridade sobre os serviços.

Iniciei, em obediência às solicitações do cartório (mesmo que desnecessário), o processo de Usucapião, realizado pela via extrajudicial. Para esse processo foram colhidos depoimentos pessoais e testemunhais, levantados diversos documentos e certidões. Porém, após a emissão da certidão de origem do lote pela prefeitura, com a escritura do contrato de compra e venda, o registro foi realizado sem a necessidade da ação. Abaixo, retorno do cartório:

NOTA DE EXAME E EXIGÊNCIAS

Talão de recepção: 89077

Apresentante: Belchior Braga de Almeida

Título: Processo de Usucapião Extrajudicial – Belchior Braga de Almeida. (Imóvel referente à matrícula nº M-7575 – Lote 2, quarteirão 45, B. Estrela do Oriente).

O atendimento do ato pretendido (registro/averbação) foi adiado por haver exigência a cumprir, como abaixo se vê:

Ao analisar a documentação apresentada, inclusive a certidão de origem, pode se comprovar que o presente caso não se aplica ao procedimento da usucapião extrajudicial, e sim, ao de registro da escritura pública de compra e venda

Livro 309N, fls. 056, de 12/03/1993, do 10º Ofício de Notas de Belo Horizonte/MG. Assim sendo, necessário apenas averbar a certidão de lançamento tributário do lote usucapiente (modelo anexo), certidão de origem, bem como averbar a certidão de casamento do Sr. Fátimo. Por sua vez, o artigo 198, do mencionado diploma legal, dispõe que não se conformando o apresentante com a exigência do oficial, ou não podendo satisfazê-la, será o título, a seu requerimento e com a declaração de dúvida, remetido ao Juízo competente para dirimi-la.

A reapresentação de documentos, em atendimento das exigências formuladas, implica em exame dos mesmos, podendo, em decorrência delas, serem formuladas outras. (7º Cartório de Registro de Imóveis de Belo Horizonte)

2. Do Direito e da Realidade: Análise da Situação Social

2.1. Considerações acerca da Propriedade

Ao vivenciar o processo do seu Belchior como sua advogada e em demais casos que atuei pude perceber que o direito à moradia possui obstáculos estruturais e burocráticos que o impossibilita de sair do papel. Mesmo quando o indivíduo consegue adquirir a casa própria, a necessidade de enfrentar os diversos trâmites para regularizar e adquirir a propriedade traz para pessoas não especialista, como os meus clientes, caminhos procedimentais por vezes obscuro e confusos. A propriedade de um bem, um direito fundamental (artigo 5º, CF/88), assegura ao particular acesso ao pleno gozo do imóvel, devido a sua natureza, não se confunde com a posse ou ocupação de algo (ambos precários de determinados compromissos legais) (MACPHERSON, 1978, p. 3 *apud* TONUCCI, 2021, p. 2318). Sem esse compromisso, alguns direitos são cerceados do possuidor, assim “também ocorrem diferenças nas percepções dos agentes quanto à insegurança da posse.” (FERREIRA, 2019, p. 96).

A ausência de um título de propriedade regularizada acarreta uma série de complicações para as famílias, abrindo espaço para uma gama de problemas sociais, legais e econômicos. Em primeiro lugar, a ausência ou irregularidade do título pode resultar na subvalorização do imóvel, além de dificultar a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras (FERREIRA, 2019). Famílias nessa situação enfrentam obstáculos para acessar os tribunais e o sistema judicial (dispendiosos, lentos e com considerável custos financeiros), bem como são excluídas de programas habitacionais oficiais e enfrentam impedimentos para realizar hipotecas.

A situação se agrava em áreas de baixa renda, onde o poder público muitas vezes se nega a fornecer infraestrutura básica e serviços essenciais, como lazer, pavimentação de ruas, saneamento, segurança e coleta de lixo, sob a justificativa de que a região ser considerada "ilegal" (FERREIRA, 2019).

No exercício das minhas atividades como advogada pude constatar que as áreas com propriedade de terra irregular enfrentam desafios significativos que vão além das questões legais e financeiras, afetando diretamente a segurança e o bem-estar das famílias que nela residem. A falta de regularização da propriedade não apenas compromete a qualidade de vida,

mas também cria um ambiente propício para a ocorrência de instabilidade e ameaças à integridade domiciliar.

Enquanto direito fundamental, o direito à propriedade da morada está inerentemente ligado a uma teia de outros direitos fundamentais que permeiam o cotidiano das pessoas. Entre eles, destacam-se direitos básicos como ao saneamento básico, acesso a serviços de distribuição de água potável, coleta de lixo, etc. (assegurados pela Constituição Federal de 1988 e regulado através de uma lei específica, a lei 11.445/2007) A obtenção de linhas de crédito, por exemplo, está fortemente relacionada a esse direito, sendo muitas vezes facilitada pela comprovação de propriedade, e não apenas de posse (vide política bancária para crédito imobiliário, dentre outras políticas para a concessão de hipoteca e empréstimos por garantia).

Essa interconexão entre o direito à moradia e outros direitos fundamentais é crucial para compreendermos os desafios enfrentados por comunidades marginalizadas. A precarização desses serviços essenciais em áreas carentes, como visto por mim em meus estudos junto a teoria, amplifica os problemas sociais, tornando-as mais suscetíveis à violência, dificultando a inserção no mercado de trabalho, aumentando a precariedade das condições de vida e contribuindo para a poluição ambiental, entre outros desafios.

A dificuldade no acesso a esses recursos por grande parte da população, graças a invisibilidade enfrentada pelas áreas irregulares, costuma complicar a expansão de serviços estatais para regiões além da legalidade, o que com frequência gera um menor nível de acesso aos recursos básicos (BICHIR, 2009, p. 86). Tal invisibilidade gera barreiras que dificultam a permeabilidade do poder público e investimentos estatais. Essa realidade está presente no relato do Agnaldo, morador do bairro Betânia desde o período de maior atividade do lixão. O habitante salienta uma situação precária em que o enxame de moscas incomodava os moradores, gerando problemas de saúde e representando um perigo até mesmo para os recém-nascidos, que não podiam evitar os insetos. Para enfrentar o problema, os moradores tiveram que recorrer a inseticidas improvisados e telas contra os mosquitos.

[...] 76 terminei a 8ª série. Desde dessa época que a gente começou a acompanhar a história, os movimentos populares. O lixão foi o 1º movimento popular. Naquela época, por causa do lixão, a Betânia era infestada de mosquitos..... as crianças passavam muito aperto com isso.... bebê não conseguiam se defender dos mosquitos... era infernal a coisa.

[...] criança... aquilo não era problema pra gente, era até uma diversão.... existia iscas pra mosquitos que as mães colocavam... um pratinho com um pozinho meio arroxeadado que não sei o que era, que matava mosquito... então a gente ficava... quem vai comer? quem não vai comer? o mosquito que estava morto, pro menino não era uma coisa...

[...] as casas tinham telas... porta fechada...

Entrevista concedida por Agnaldo. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Essa situação afetava diversos moradores próximos ao lixão prejudicando a saúde de muitos que não possuíam acesso a meios de se tratar, como relata Beth (entrevista: 2017/2018), que, quando perguntada sobre a existência de farmácias no bairro, responde que elas não existiam.

Devido a essas questões, a segregação socioespacial também se mostra como uma negação do direito à cidade e à própria cidadania (ZÜRCHER, 2020). Por enfrentar maior dificuldade de permear espaços além da legalidade, o poder público se torna menos atuante nesses lugares.

Tal como acontece no bairro Betânia, esse tipo de exclusão não pode ser apenas compreendido como uma ineficiência do sistema de políticas habitacionais, mas como um elemento constituinte da perpetuação da desigualdade social nas localidades. De modo geral, apesar de afetar os mais pobres, esse cenário é presente entre diversas camadas, atingindo até mesmo a parcela da população capaz de financeiramente conseguir adquirir sua moradia, sendo um problema relacionado a uma multiplicidade de fatores.

[...] A questão da ilegalidade da posse da terra não é prerrogativa de populações empobrecidas, pelo contrário, se manifesta concretamente como uma questão de possibilidade financeira de pagar por ela, mas não pela terra, e sim pela própria legalidade (ZÜRCHER, 2020, pág.177).

A posse imobiliária sem a regulamentação da propriedade não pode ser traduzida apenas por uma questão de menor renda, mas um resultado derivado de diferentes situações. A separação entre o conceito de posse e o conceito de propriedade se trata de uma diferenciação no âmbito legal, de forma que “portanto, para os juristas, a posse é um fato, enquanto a propriedade é um direito instituído [...]”(TONUCCI, 2011, p. 2319). Pela ampliação dos estudos acerca do assunto, a UN-Habitat reconheceu existirem diversas formas de posse e propriedade, um conceito denominado de *continuum of land rights*⁴⁷. Longe de ser um problema inédito, essa questão afeta diretamente alguns países a décadas. Um desses exemplos é o Paraguai que atualmente ainda sofre sequelas do confronto entre Brasil, Argentina e Uruguai em 1870, em que “[...] se impusieron una serie de políticas ambiciosas de adjudicación,

⁴⁷ Disponível em: < https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Framework%20for%20Evaluating%20Continuum%20of%20Land%20Rights%20Scenarios_English_2016.pdf>. Acesso: 04 de março de 2024.

usucapión y enajenación de tierras estatales, cuyos resultados, incluso hoy, son evidentes” (CARRANZA-ÁLVAREZ, 2010, p. 90).

Tal situação aumenta o abismo social e a distribuição das riquezas nos países, sendo preciso intervenções estatais para mitigar os danos. O possuidor e o proprietário dentro de critérios legais, são abarcados com direitos diferentes, de forma que aquele que detém a posse não tem a completude dos direitos dos que detém a propriedade, cabendo a ele apenas a possibilidade do uso e a mudança desse bem em alguns casos. Cabe ao possuidor apenas dois destinos, adquirir o bem e seguir com as burocracias cartorárias (nos moldes da lei) ou exercer seus direitos através dos recursos jurídicos, a exemplo da usucapião.

Entre muitos dos impactos negativos acarretados pela ausência de propriedade, indica-se a proteção legislativa conferida ao possuidor, que detém muito menos recursos jurídicos para a defesa de sua posse e a outros direitos relacionados a ela, por não ser considerado o titular legítimo do patrimônio,

[...] mientras que el poseedor parece no estar dotado de mayores instrumentos jurídicos para el ejercicio y la defensa de su posesión, al propietario se le ofrece una serie de herramientas para el ejercicio, la defensa del derecho, el acceso al aparato crediticio, etc. Por otro lado, si el derecho de propiedad inmueble parece estar acompañado de obligaciones propter rem como el impuesto predial, las posesiones prediales, por su parte, se reconocen como desprovistas de estas obligaciones reales. (CARRANZA-ÁLVAREZ, 2010, p. 89)

2.2. *Urbanização e Posse*

No Betânia, uma das principais causas do problema foi a migração rural-urbana no período do êxodo rural. O deslocamento dessas famílias em busca de uma nova vida gerou conflitos e invasões em diversos terrenos, resultando em um crescimento populacional exacerbado das cidades. A oferta de necessidades básicas não acompanhou sua demanda, moradias foram criadas de maneira improvisada e em sistemas precarizados, com a população sem dinheiro e em busca de emprego. No Betânia, as ações estatais de expansão do transporte, melhorias da qualidade de vida, regulamentação das propriedades e reconhecimento legal dos assentamentos existentes surgiram rapidamente como uma forma de apaziguar os conflitos existentes e adaptando as políticas urbanas vigentes na época, mas o impacto nas dinâmicas urbanas e no modo de vida da população já estava latente em diversas localidades.

O Brasil testemunhou um período de urbanização muito alto, resultando em mudanças significativas no panorama das cidades e gerando um persistente problema social e econômico

no acesso digno à propriedade imobiliária nos espaços urbanos até os dias atuais. Este processo teve início após a década de 40, quando o país gradualmente abandonou suas características predominantemente rurais para adentrar em um amplo processo de urbanização e industrialização. Os dois principais impulsionadores desse êxodo massivo da população rural para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida foram: a crescente demanda por mão de obra decorrente da industrialização das cidades, o que resultou na criação de áreas industriais urbanas onde muitos trabalhadores se estabeleceram; e a crescente mecanização de diversos setores rurais, incluindo a agricultura, o que reduziu significativamente a necessidade de mão de obra nessas regiões. Esse fenômeno gerou a expansão das cidades devido ao enorme fluxo de pessoas e o aglutinamento em áreas específicas, obrigando as cidades que tentaram acompanhar o crescimento populacional com planejamentos de melhorias das condições do espaço, implementando sistemas e aprimorando a infraestrutura do local:

“O aumento dessa população urbana implicou a necessidade de ampliar a oferta dos serviços e equipamentos urbanos, bem como a oferta de moradia para as famílias.”
(MONTEIRO, 2017, p. 5).

Contudo, assim como as cidades e serviços infra-estruturais, as indústrias não conseguiram acompanhar o crescente aumento da população, não absorvendo grande parte dos trabalhadores que migraram para os centros urbanos. Sendo a cidade um bem de custo elevado, o enorme índice de desemprego posterior obrigou muitos dos novos habitantes a se afastarem dos centros das cidades e a se assentarem em suas margens com moradias improvisadas, situações precárias e com falta de diversos recursos básicos para a vida. O crescimento desordenado das áreas marginais mais pobres (que em muitos casos eram maiores do que o crescimento do centro urbano) gerou o cenário caótico que culminou em novos problemas, impulsionando cada vez mais a ilegalidade dos diversos moradores em situações irregulares e com moradias precárias. A aquisição de uma propriedade, assim como a sua disponibilidade e preços, está vinculada a uma série de fatores como localidade, crescimento da população, acesso a linhas de crédito, políticas públicas de habitação, interesses privados, especulação imobiliária, renda, entre outros. Dessa forma, por ser um bem essencial para a reprodução social e a vida cotidiana, o encarecimento da terra e da moradia impedia o acesso a esses bens, refletindo na exclusão social e na ocupação irregular de áreas vulneráveis. Assim, o processo de urbanização demonstrava problemas sociais e de distribuição de renda vivenciados pela população, o que se intensificou posteriormente, gerando a criação de espaços de exclusão e proporcionaram o

surgimento de termos como exclusão social, inclusão precária, segregação territorial e ambiental, ilegalidade e informalidade.” (SANTOS, J. 2009 *apud* MONTEIRO, 2017). Dessa forma, moradias em determinados terrenos específicos com áreas mais favorecidas e mais bem localizadas se tornaram bens exclusivos para uma parcela economicamente mais favorecida.

Pode-se dizer, então, que nas últimas décadas do século XX, o espaço nacional conheceu transformações profundas associadas às desigualdades sociais. A crescente urbanização aliada a falta de investimentos necessários, trouxe, porém, juntamente com o crescimento das cidades, a ampliação dos assentamentos habitacionais precários. Todo esse processo resultou em mudanças na estrutura urbana das cidades e em transformações no modo de morar da população, pois essas pessoas, chegando à metrópole, muitas vezes se inseriam de forma precária e mal remunerada nas atividades produtivas [...] (MONTEIRO, 2017, p. 5)

Entidades governamentais se viram obrigadas a se esforçar para mitigar a situação e evitar problemas mais graves futuramente. Ações políticas para a mudança das condições de obtenção e manutenção da propriedade foram tomadas pelo governo, focando muitas vezes na parcela mais fragilizada da sociedade e com pequeno poder aquisitivo. Contudo, historicamente essas decisões acabaram sendo marcadas por diversos avanços e retrocessos. Uma das implementações na história das políticas habitacionais no Brasil ocorreu em 1964, com o estabelecimento do Banco Nacional de Habitação⁴⁸, também conhecido pela sigla BNH. Durante sua existência, de 1964 a 1986, o BNH exerceu um papel fundamental no fornecimento de financiamento habitacional, sobretudo para as famílias de baixa renda. Nesse período, as Companhias Habitacionais (COHABs) assumiram o compromisso de disponibilizar financiamentos para essas famílias, desempenhando um papel crucial na implementação da política habitacional em todo o país. Em um dos relatos, ao perguntar a Aginaldo como se deu a compra da casa, ele responde salientando a utilização do BNH na obtenção da moradia.

[...] foi um projeto do governo através do BNH para os policiais que tinha uma situação muito ruim e durou muitos anos tanto que nenhum de nós quis ser policial porque o salário era muito ruim. Tem muito militar aqui no Betânia por causa disto [...]

Entrevista concedida por Aginaldo. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

O espaço urbano passou a ser enxergado como forma de obtenção de lucro por empresas e órgãos, deixando de ser uma necessidade básica comum e gerando tensão constante entre diferentes agentes sociais, com ou sem capital, organizados formal ou informalmente. O alto

⁴⁸ Vide site: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbetes=1379>

preço da terra e da habitação, somado aos custos elevados da construção civil, aos juros dos financiamentos e aos lucros dos incorporadores, torna esses bens inacessíveis para a população de baixa renda, excluindo-os do mercado de trabalho (MONTEIRO, 2017). A dificuldade de acesso à terra resultou em uma forte segregação socioeconômica, forçando a parcela mais pobre da população a viver em áreas distantes, com serviços precários e custos adicionais de transporte. A expansão desordenada da cidade, muitas vezes além de seus limites, é resultado da falta de planejamento, afetando negativamente toda a sociedade.

Portanto, em que medida é possível investigar possíveis influências da irregularidade de diversos imóveis no bairro Betânia? Seria possível relacioná-los ao êxodo rural e o processo de urbanização de Belo Horizonte? Pesquisas bibliográficas e documentais apontam um processo de gentrificação e um aumento da população da capital após a década de 50 (DINIZ, 2019). Apesar do inicial planejamento de Belo Horizonte como a futura capital de Minas Gerais em 1897, a estrutura socioeconômica e ambiental da cidade assim como da região metropolitana foi sendo modificada pelo avanço do processo de industrialização e a necessidade de mão de obra, impactando na infraestrutura e gerando precariedade nos serviços. Ao analisar a situação Fernandes (2021) ressalta a complexa divisão de classes em Belo Horizonte, indo além da simples dicotomia centro-periferia, na qual o centro se desenvolve em algo inacessível para os estratos sociais mais desfavorecidos. Com regras rígidas sobre o que podia ser feito nesses lugares, eles se tornaram depósitos para coisas que a cidade oficial não queria.

Os impactos do êxodo rural e da urbanização estão presentes na capital e no relato dos moradores do Betânia. Em diversos casos, os moradores apontam uma certa ligação de suas trajetórias com o bairro a plantações e fazendas criadas inicialmente no bairro, demonstrando um passado agrícola e rural do bairro e dos seus primeiros habitantes. Em um desses relatos, a família Takahashi é apresentada como imigrantes japoneses vindos dos campos fugindo da Segunda Guerra Mundial, sua trajetória agrícola também se fez presente no Betânia, onde plantavam diversas verduras para subsistência em um local que anteriormente era utilizado apenas como fonte de alimento para a criação de bois. Beth que também cresceu no bairro fala sobre a gênese do local, onde havia apenas “[...] parreira de chuchu, lá de baixo até chegar no sítio do papai, que ele cuidava, era tudo plantação e emendava uma na outra [...]” (Beth).

Após o aumento da população na capital, a denominada Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) sofreu com o crescimento estagnado da cidade, se tornando mais um dos vetores de deslocamento dos moradores para migrarem a outras localidades formando

posteriormente as futuras cidades-satélites, se afastando dos comércios, trabalhos, sistemas de saúde e demais possibilidades de conseguir uma estabilidade financeira e melhores qualidades de vida. Como mostrado pela Tabela abaixo, a taxa de crescimento dessas regiões se intensificou próximo à década de 60 e atingiu seu maior pico na década de 70, iniciando após a queda de crescimento populacional de Belo Horizonte.

Tabela 3 – População e taxa de crescimento BH e RMBH

| no | A | População (mil) | | Taxa de crescimento** | |
|---|-----|-----------------|-----------------|-----------------------|-----------------|
| | | BH | RMB H - BH * | BH | RMB H - BH * |
| 1 | 940 | 211 ,377 | 157,4 1 | | |
| 1 | 950 | 352 ,724 | 170,1 9 | 5,25 | 0,78 |
| 1 | 960 | 693 ,328 | 237,9 6 | 6,99 | 3,41 |
| 1 | 970 | 1.2 35,03 | 484,4 6 | 5,94 | 7,37 |
| 1 | 980 | 1.7 80,84 | 895,5 4 | 3,73 | 6,34 |
| 1 | 990 | 2.0 20,16 | 1.503, 75 | 1,15 | 4,82 |
| 2 | 000 | 2.2 38,53 | 2.580, 76 | 1,15 | 6,19 |
| 2 | 010 | 2.3 75,15 | 3.039, 55 | 0,59 | 1,65 |
| * Compreende-se toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte, excluindo a capital. | | | | | |
| ** Taxa de crescimento populacional anual em comparação com o ano anterior. | | | | | |

Fonte: Adaptado de FERREIRA, 2019.

Dentre as seis regiões com maior expansão inicialmente, está a região oeste, onde está localizado o bairro Betânia. A intensidade desse crescimento e áreas sem planejamento urbano trouxeram problemas evidentes cotidianamente.

2.3. *Burocracia de Entrave e os processos de Violência Simbólica*

A violência simbólica (BOURDIEU, 2011) refere-se à capacidade das estruturas sociais de impor significados, valores e normas de maneira sutil, por meio de mecanismos de dominação simbólica, e influenciar as percepções e comportamentos dos indivíduos. Este é um conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, e difundido em seu livro *O Poder Simbólico*, onde descreve um tipo de poder sutil e muitas vezes invisível que opera por meio de símbolos, valores, normas e estruturas sociais. Ao contrário da violência física, que é facilmente reconhecida e muitas vezes reprimida pela sociedade, a violência simbólica é mais insidiosa e pode ser difícil de detectar porque está enraizada nas estruturas sociais e nas práticas cotidianas.

Bourdieu argumenta que a violência simbólica é exercida por meio do controle dos símbolos culturais e das formas de conhecimento dominantes em uma sociedade. Isso inclui instituições como a educação, os meios de comunicação, a religião e até mesmo a linguagem. Através desses sistemas, certos grupos conseguem impor sua visão de mundo, seus valores e suas normas como sendo os únicos legítimos, enquanto marginalizam e desvalorizam as perspectivas e práticas culturais de outros grupos. Segundo o autor:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 2011, p. 9)

Desse modo, inclino a observar que ela é evidenciada na imposição de significados e valores que desvalorizam a posse irregular de terras e reforçam a ideia de ilegalidade e marginalidade. Essa violência simbólica afeta, assim, a autoestima e a percepção de pertencimento de Seu Belchior quanto a sua propriedade, tornando-o vulnerável à estigmatização e à marginalização social (como trabalhado no capítulo 2).

Ela mascara as relações de poder subjacentes, tornando-as invisíveis e naturalizadas. Ao fazer isso, ela contribui para a reprodução das desigualdades sociais, uma vez que os grupos dominantes são capazes de impor suas visões de mundo e seus interesses, sem serem contestados pelos dominados:

"A violência simbólica [...] tem como efeito essencial dissimular as relações de força que estão na base de sua força obrigatória e arbitrária, isto é, dissimular o fato de que

as relações de força são o fundamento de sua força simbólica" (BOURDIEU, 1989, p. 23).

Ante a isso, a burocracia se refere aos procedimentos, regulamentos e trâmites administrativos que visam organizar e controlar as atividades sociais. Essa passou a desempenhar um papel crucial na vida de Seu Belchior, uma vez que ele precisou enfrentar uma série de procedimentos e exigências para regularizar seu imóvel. A burocracia, com seus processos complexos, prazos, documentos e regulamentações, impõe obstáculos e barreiras burocráticas que dificultam o avanço de Seu Belchior em busca da regularização de sua propriedade. Essa burocracia excessiva e muitas vezes inacessível acaba por perpetuar a situação de informalidade e ilegalidade na qual ele se encontrava, reforçando a questão da marginalização social.

No passado, em Belo Horizonte, era realizada uma escritura de compra e venda registrada cartorialmente, mas esse documento não possuía valor diante da prefeitura. Isso ocorria devido a pendências deixadas pela imobiliária, responsável por trabalhos realizados há muitos anos, e a prefeitura transferia essas pendências diretamente para os moradores, tornando impossível que estes alcançassem seus objetivos e para que forçasse a imobiliária a agir. No entanto, a imobiliária se recusava a cumprir suas obrigações, devido a uma dívida milionária. Quando a prefeitura exigia a retirada de um morador de sua propriedade, isso era caracterizado como desapropriação. A responsabilidade de realizar essa desapropriação recaía sobre a imobiliária, com o propósito de criar praças públicas e instalar equipamentos públicos, como postos de saúde. A prefeitura justificava essa exigência argumentando que era necessário tomar parte do imóvel dos moradores para doá-lo ao município, a fim de promover benefícios para toda a comunidade do bairro. Diante dessas circunstâncias, nenhum morador conseguia obter sucesso nesse processo e todos acabavam desistindo de buscar a regularização de suas propriedades - segundo Belchior.

A burocracia enfrentada por Seu Belchior é firmada em uma estrutura social complexa que envolve uma série de procedimentos, normas e regulamentos que regem o processo de regularização de imóveis. Essa estrutura burocrática, enxergada por mim como *de entrave*⁴⁹, é caracterizada por uma hierarquia de autoridades e instituições governamentais, como prefeitura,

⁴⁹ A expressão *entrave*, aqui utilizada por mim, tem por objetivo indicar uma série de ações burocráticas adotadas pelo poder público que dificultam ou buscam criar obstáculos para o bom andamento dos processos administrativos.

órgãos ambientais, cartórios, entre outros, responsáveis por analisar, aprovar e emitir as documentações necessárias para a regularização.

“A burocracia moderna funciona sob formas específicas” (WEBER, 1982, p. 229 *apud* FARIA, 2011). Ela opera dentro de áreas de autoridade formais e definidas, regidas por leis e regulamentos administrativos. Estabelece assim relações de poder baseadas em normas que incluem medidas coercivas e consensuais. Essas relações seguem uma hierarquia clara, definindo cargos e níveis de autoridade, bem como uma cadeia de comando e subordinados para gerenciar atividades e tarefas atribuídas pelos superiores. (WEBER, 1982; FARIA, 2011)

Outros aspectos vinculados à burocracia é que “ela potencializa os segredos, conhecimentos e intenções” (WEBER, 1982, p. 269 *apud* FARIA, 2011). Em corolário, configura-se como uma estrutura organizada em pequenos grupos fechados, muitas vezes mantendo em segredo informações e ações. Isto aumenta a autoridade do especialista ou funcionário qualificado para tal função, dando alto valor aos seus conhecimentos na área. Assim, a burocracia é de natureza ‘racional’, na qual regras, meios, metas e objetivos ocupam uma posição primordial (WEBER, 1982, p. 282 *apud* FARIA, 2011).

Nesta interpretação da organização burocrática como racional, a burocracia é vista como uma forma de melhorar a precisão, a clareza e reduzir os custos. O resultado disso seria uma maior eficiência na harmonização dos meios com os fins desejados. A razão básica do processo da organização burocrática sempre foi a sua superioridade técnica sobre qualquer outra forma de organização (WEBER, 1982, p. 249 *apud* FARIA, 2011).

A abordagem burocrática estabelecida por Max Weber é baseada em um tipo-ideal, uma construção teórica que busca representar de forma simplificada e idealizada os elementos característicos de determinado fenômeno (Id., Ibid.). Embora os tipos-ideais não correspondam diretamente à realidade empírica, eles desempenham um papel importante na análise e investigação dos fenômenos sociais. Essa perspectiva permite tanto identificar as características da burocracia em sua forma mais desenvolvida, quanto compreender as discrepâncias entre o tipo-ideal e a burocracia tal como ela se estabelece na prática.

Os avanços na pesquisa sobre a implementação de políticas públicas levaram alguns estudiosos a desenvolver modelos teóricos e investigações empíricas sobre o papel da burocracia. Um desses estudos relevantes é o trabalho de Lipsky (2019), no qual o autor identifica os burocratas que lidam diretamente com a população como "burocratas de nível de rua". Segundo Lipsky (2019), para esses burocratas que lidam com os usuários diariamente,

como policiais, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, professores, juízes, entre outros, é inevitável tomar medidas específicas para garantir a aplicação das políticas no contexto administrativo.

"Burocratas de nível de rua" (LIPSKY, 2019) é uma obra em que se destaca a importância dos atores que estão na linha de frente da implementação das políticas públicas. Esses profissionais desempenham um papel crucial na tradução das diretrizes e normas em ações práticas, adaptando-as às necessidades e circunstâncias individuais dos usuários. Eles enfrentam desafios diários e dilemas éticos ao lidar com situações complexas, muitas vezes exigindo julgamento e tomada de decisões rápidas.

É importante ressaltar que, embora pesquisas teóricas e empíricas tenham avançado na compreensão do papel e na atuação dessa forma de burocracia, é preciso considerar as especificidades de cada contexto e o papel da cultura organizacional na implementação das políticas. Além disso, a interação entre os burocratas de nível de rua e os usuários das políticas também influencia o resultado e a efetividade das ações implementadas (LIPSKY, 2019).

Partindo da compreensão de que a burocracia se transforma no ato de implementação, são as questões cotidianas que de fato definem a burocracia real frente a burocracia tipo-ideal. Lipsky (2019) entende a burocracia a nível de rua como uma categoria central da ordem burocrática. Os profissionais que atuam neste nível servem de elo entre o Estado e a sociedade civil:

“A transformação da responsabilidade pública na área do bem-estar social levou alguns atores a reconhecerem que o que as pessoas “têm” na sociedade americana moderna pode, muitas vezes, se tratar de reivindicações para aumentar a “generosidade” do governo, mas que os apelos a essas novas demandas devem ser protegidos como um direito dos cidadãos. Os burocratas de nível de rua têm um papel crítico nesses direitos do cidadão. Ou é sua responsabilidade fornecer diretamente os benefícios públicos por meio de serviços prestados; ou é sua responsabilidade atuar como mediadores entre os cidadãos e esses novos benefícios, quando não podem ser assegurados.” (LIPSKY, 2019, p. 43)

No trato com os indivíduos, os burocratas de rua precisam de conhecimentos e habilidades específicas para lidar com os imprevistos que ocorrem durante a fase de implementação das normas burocráticas (LIPSKY, 2019, p. 52). No entanto, os agentes públicos envolvidos também fazem parte do contexto social onde atuam como burocratas. Desta forma, as decisões que tomam podem variar de forma ampla, a depender das circunstâncias envolvidas, como a flexibilidade e incerteza das normas ou o grau de autonomia do funcionário público.

Durante a entrevista com a arquiteta Débora, ela observou processos similares aos relatados por Lipsky:

“Na verdade, é preciso em toda área você ter o conhecimento e ter também a sabedoria pra lidar, porque são pessoas. Foi um processo difícil, mas na questão pessoal, na questão de envolver pessoas com raciocínios diferentes, às vezes não amparados em lei, mas em sim no que ela gostaria que virasse lei ou procedimento, processo dentro da prefeitura. Então, o maior dificuldade foi nessa questão envolvendo pessoas com pensamentos e entendimentos diferentes”.

Entrevista concedida por Débora. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Frente a perspectiva apresentada, tais burocratas exercem seus serviços sob a influência de suas próprias questões pessoais e das reações do público, o que acaba ultrapassando os limites estabelecidos pelas normas. Nesse contexto, Débora compartilhou, em sua entrevista, que em determinadas circunstâncias, há servidores que possuem um amplo conhecimento da lei e uma compreensão aprofundada das questões envolvidas. No entanto, ela ressaltou que também ocorrem interpretações e posicionamentos diferenciados, baseados nos interesses e posições individuais dos burocratas. Ainda na visão dela, existem casos em que os profissionais não possuem um domínio adequado da lei, o que resulta em interpretações equivocadas e, conseqüentemente, acarreta prejuízos para o município. Portanto, a atuação dos burocratas de rua vai além do simples cumprimento das normas, sendo influenciada por fatores pessoais e pelos efeitos das suas decisões sobre a comunidade.

Herzfeld (2016) destaca que a concepção dos burocratas locais é influenciada por relações estereotipadas que permeiam seu ambiente. Nesse contexto, as noções de comunidade desempenham um papel significativo ao manifestar um simbolismo que obriga os burocratas a analisar os significados atribuídos aos símbolos nacionais, como bandeiras, hinos e a cultura nacional, a fim de interpretar suas responsabilidades, especialmente quando se aproximam do campo moral. Esses estereótipos moldam uma dinâmica de alteridade na qual tais estereótipos e seus conteúdos servem como um guia para orientar a compreensão e a implementação das relações de poder.

Dessa forma, os burocratas locais são influenciados por um conjunto de imagens preconcebidas e estereótipos enraizados na sociedade em que atuam. Esses estereótipos podem englobar ideias sobre identidade cultural, valores morais e relações de poder, o que impacta diretamente na forma como os burocratas entendem e desempenham suas funções. Ao se depararem com situações que envolvem questões morais e simbólicas, esses profissionais

recorrem aos símbolos nacionais e às representações culturais como pontos de referência para guiar suas ações (HERZFELD, 2016).

Essa relação de alteridade entre os burocratas locais e a comunidade cria um ambiente em que os estereótipos se tornam elementos-chave na compreensão e na implementação do poder. Os burocratas, ao internalizarem esses estereótipos, adotam uma postura orientada por uma interpretação prévia das expectativas sociais e culturais. Essa dinâmica molda não apenas as decisões e ações dos burocratas, mas também influencia a forma como são percebidos e como interagem com os demais membros da comunidade (HERZFELD, 2016).

A burocracia, no entanto, não segue o padrão de diferenciação explicitado acima. Do contrário, ela serve para padronizar a forma como os procedimentos devem ser implementados, indiferenciado entre as necessidades de diferentes pessoas (LIPSKY, 2019, p. 47). Quando consideradas as formas como a população demanda por políticas e serviços públicos, a forma como a necessidade delas as moldam e a padronização promovida pela burocracia é gerada, percebemos a incapacidade da burocracia de rua em se adequar de modo a trazer resolutividade aos problemas da população.

Diante dessas limitações, observa-se frequentemente que os agentes públicos buscam resolver os problemas utilizando recursos que não são disponibilizados pelo Estado. Em vez de seguir os procedimentos formais do processo público, eles muitas vezes tentam elucidar os envolvidos sobre os caminhos e procedimentos necessários para resolver suas questões.

Nesse contexto, podemos analisar a burocracia de entrave vivenciada no caso do Senhor Belchior como uma forma de violência simbólica, conforme conceituada por Bourdieu (2011). Nesse sentido, a burocracia de entrave experimentada por esse morador pode ser entendida como uma das várias formas de violência simbólica perpetradas pelo Estado.

Bourdieu (2011) sugere que o conhecimento, habilidades e formas de comportamento associadas à cultura dominante são valorizados e recompensados na sociedade, enquanto as formas de capital cultural que pertencem a grupos marginalizados são desvalorizadas e menosprezadas. Isso perpetua desigualdades sociais ao favorecer aqueles que já estão em posições de poder e privilégio.

A violência simbólica, muitas vezes, opera de forma internalizada, o que significa que as pessoas que são alvo dela podem acabar internalizando as normas e valores que as oprimem, perpetuando assim o ciclo de desigualdade. A exemplo, pensa-se que um indivíduo de um grupo marginalizado pode internalizar a crença de que sua cultura ou identidade é inferior à cultura

dominante, o que pode levar a uma falta de autoestima e oportunidades limitadas. No trecho a seguir, há uma ilustração disso, onde o Belchior aplica um olhar inferiorizado a pessoas que também se encontram em situação marginalizada:

Imóvel esse que, compro, pago, sem dever nada por ele, sabendo-se que eu não moro em favela, eu não acho que é direito meu de registrar aquilo que eu comprei e paguei. Você concorda?

Aí o que que a gente fez?! Eu com a minha persistência, a minha determinação e necessidade de legalizar, eu falei: “Poxa, eu não moro na favela, eu comprei, paguei e vou fazer, custe o que custar”.

eu não moro na favela, eu moro num bairro! Num bairro que ao meu ver, é um bairro completamente habitado, com pessoas e índoles que mora ao meu lado e a gente não tem motivo nenhum para sair daqui, porque quem mora na favela sim, todo dia está pressionado porque lá é uma invasão.

Entrevista concedida por Belchior. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Acerca da questão da violência simbólica, ela se relaciona com a maneira como o Estado e suas instituições exercem poder sobre os cidadãos por meio de símbolos, linguagem e práticas que legitimam e naturalizam relações de desigualdade e dominação. No contexto dos burocratas de rua, a violência simbólica pode manifestar-se através de práticas discriminatórias, linguagem estigmatizante, e hierarquias de poder que marginalizam e desempoderam certos grupos sociais, como minorias étnicas, pobres ou migrantes.

Essas noções estão intimamente ligadas porque os burocratas de rua, ao exercerem sua discricionariedade e agirem dentro das margens informais do sistema, têm o potencial de reproduzir e perpetuar formas de violência simbólica através de suas interações com o público. Isso pode ocorrer através de práticas discriminatórias, tratamento diferenciado com base em estereótipos sociais, e a imposição de sanções ou penalidades de forma desigual.

Essa forma de violência simbólica é evidente quando a burocracia cria obstáculos e impede o acesso efetivo à justiça e aos direitos fundamentais dos cidadãos. Ao dificultar o registro de propriedade de Seu Belchior e negar-lhe a garantia legal de seu terreno, a burocracia estatal exerce uma forma de dominação e violência, que afeta diretamente a vida e o bem-estar das pessoas.

O que ocorreu com Belchior é um exemplo de como as instituições públicas agiram para desencorajar os envolvidos a prosseguir com o processo de regularização, mantendo-os presos em um ciclo lento e confuso. Essa fase do processo, na qual Belchior e a arquiteta tentaram compreender e realizar a regularização, durou cerca de oito anos. Ao final desse período, a

profissional acabou desistindo de realizar o trabalho sozinha, pois considerou que o caso de Belchior, tal qual estava naquele momento, não poderia ser resolvido sem uma intervenção jurídica.

Acredito que essa situação revela a complexidade e a ineficiência dos procedimentos burocráticos e ressalta a falta de apoio adequado do Estado para resolver os problemas enfrentados pelos cidadãos. A demora e a falta de clareza no processo de regularização dificultam o acesso à justiça e frustram as expectativas dos indivíduos envolvidos. Além disso, a desistência de outros arquitetos, anteriores à Débora, reflete a falta de confiança na capacidade do sistema burocrático em solucionar questões de regularização fundiária.

Durante a entrevista com o Sr. Belchior, foram expostos diversos casos que evidenciam a presença de violência simbólica. Ao relatar sua experiência, ele mencionou seu desejo de regularizar seu imóvel, o qual havia adquirido. No entanto, durante o processo de busca pela regularização, deparou-se com momentos de dificuldade, especialmente devido à falta de preparo dos burocratas de rua para lidar com sua situação e com a situação de outros moradores do bairro. Belchior expressou seu sentimento de direito ao buscar esse processo de regularização. Contudo, descobriu que a situação enfrentada não era exclusiva dele, mas compartilhada por quase a totalidade de moradores do conjunto habitacional Betânia. Ele relatou os esforços empreendidos pelas pessoas para contatar os vendedores do bem, imobiliárias e a prefeitura, sem obter sucesso. Além disso, ele compartilhou histórias de vizinhos que haviam lutado por 40 anos em busca da regularização sem alcançar êxito. Diante desse contexto, Belchior ressaltou a importância da persistência e da busca por profissionais qualificados para lidar com essa questão complexa.

Muitas das percepções e sentimentos acima descritos também foram trabalhados por Straehle (2014) em seus estudos. Em seus termos, há uma tendência entre as pessoas de enxergar os canais legais como inúteis para a defesa de seus interesses, considerando a classe política como traidora e experimentando uma sensação de impotência diante dos meios legais.

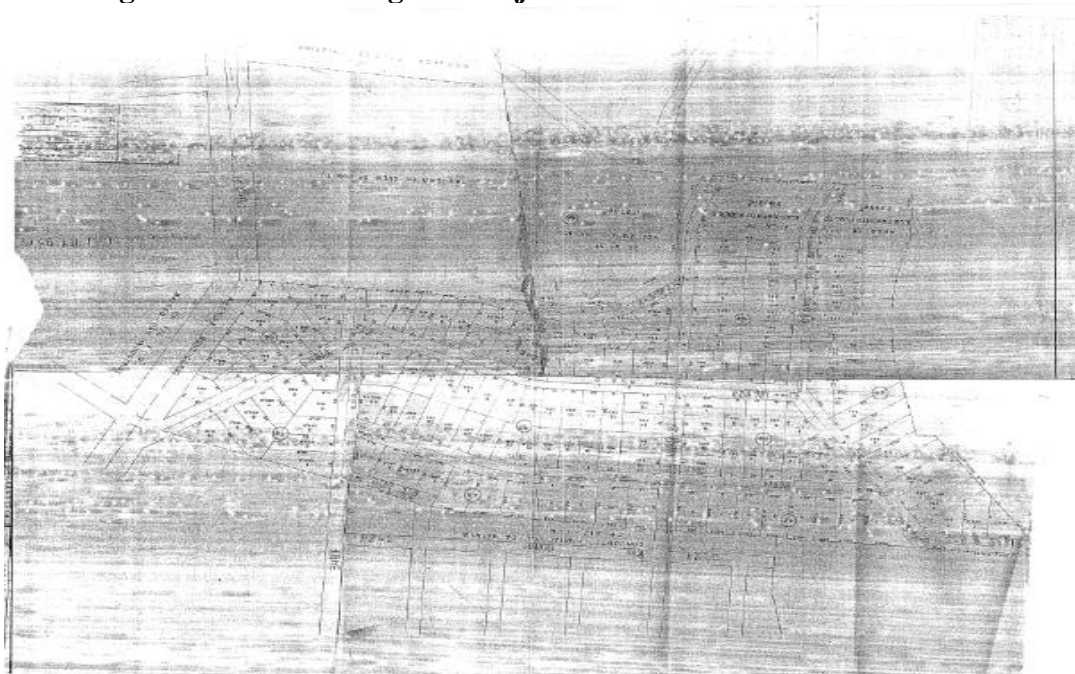
Los cauces legales son percibidos por buena parte de la población como herramientas inútiles de reclamación y eso origina tanto una sensación de indefensión jurídica como un sentimiento de traición hacia los representantes políticos elegidos democráticamente. El convencimiento de que la justicia (y la política) está al servicio de los poderosos conduce a precarizar la paz social, desconocer las instituciones gubernamentales y deriva en estas formas alternativas y espontáneas de protesta, que en muchos desembocan en manifestaciones de violencia física y sobre todo material. (STRAEHLE, 2014, p. 431/432)

Durante o processo de regularização dos imóveis, Débora compartilhou uma experiência específica que evidencia as dificuldades enfrentadas por eles ao longo do processo administrativo e que reflete a falta de uma abordagem eficaz por parte do poder público e servidores, uma manifestação clara da violência simbólica.

Então, assim, eles colocavam a exigência de documentos que a gente não tinha em mãos. Então, um dos casos aqui que eu posso detalhar, e existe nessa questão do loteamento do bairro Betânia algumas plantas particulares não aprovadas. E uma delas estava completamente ilegível. Só que foi a única que a PRODABEL nos disponibilizou. E a gente fez vários contatos com a PRODABEL e ela sempre falava que só tinha aquela planta ilegível. E aí, era um dos documentos que a prefeitura exigia que a gente apresentasse uma planta particular não aprovada, que fosse legível e a gente simplesmente não tinha esse documento, mas ela cobrava esse documento. E aí é realmente algo absurdo. E como que a gente foi ter acesso a uma planta particular legível? Foi durante um dos atendimentos, que era na época presencial, onde a funcionária estava com uma pasta lotada de documentos e essa pasta caiu da mão dela e veio abrir uma planta particular, não aprovada, completamente legível. E ainda no momento eu falei: “Belchior, é isso que você precisa”. E a funcionária ficou um pouco desconcertada, ficou nervosa e não quis a primeiro momento disponibilizar aquela planta. E aí, tanto eu quanto o Belchior a gente exigiu que a gente só sairia dali com uma cópia daquela planta. E aí, enfim, nós conseguimos ter acesso à planta particular legível que estava em mãos da própria Prefeitura e a gente não tinha acesso.

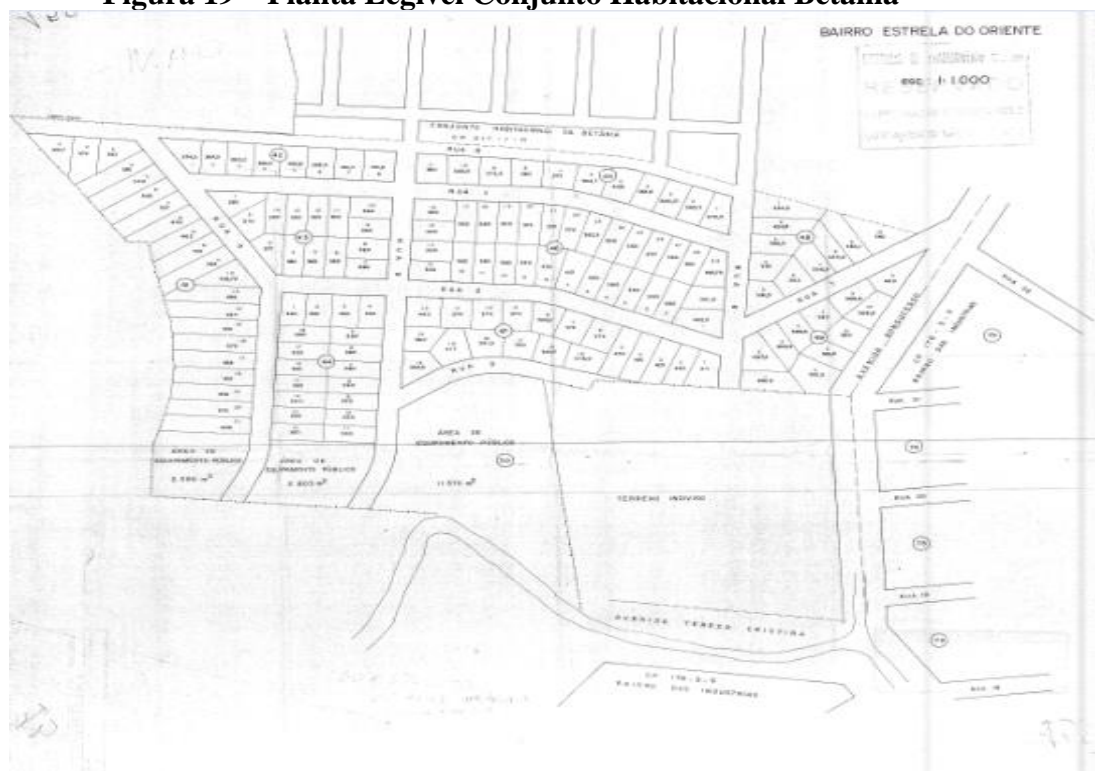
Entrevista concedida por Débora. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

Figura 18 – Planta Ilegível Conjunto Habitacional Betânia



Fonte: Prodabel

Figura 19 – Planta Legível Conjunto Habitacional Betânia



Fonte: Prodabel

Ao meu ver, em mesmo esquadro social de violência está a vivência de determinados moradores do bairro Betânia que constantemente sofrem com ameaça de desapropriação, o que os desencoraja, inclusive, a iniciar um processo legal contra a prefeitura para reivindicar seus direitos de propriedade. Belchior acreditava que o Estado transfere suas responsabilidades para os moradores, punindo-os caso não se adequassem às normas estabelecidas. Vale ressaltar, contudo, que esse sentimento frente à burocracia pode ser minimizado com um maior conhecimento do funcionamento das instituições públicas. Após mudanças no quadro dos servidores e com o suporte jurídico adequado, Belchior sentiu mudanças significativas na forma como a qual a prefeitura passou a conduzir o seu processo, de forma mais célere e transparente.

Essa violência simbólica é reforçada pela noção de que a burocracia é um obstáculo intransponível, alimentando a crença de que Seu Belchior nunca obteria a certidão de origem do lote. Essa visão deturpada é perpetuada pela empresa de Parcelamento do Solo, cujo posicionamento inadequado e falta de aderência à legislação vigente contribuem para a reprodução da violência simbólica. E é possível perceber que a invisibilidade social emerge como um mecanismo pelo qual o poder local exerce controle sobre a vida dos moradores, marginalizando-os e limitando suas possibilidades de ação e participação na sociedade. Uma

vez que ela ocorre quando as estruturas de poder, como as instituições sociais, impõem e naturalizam suas próprias definições da realidade, moldando as percepções, valores e comportamentos dos indivíduos de tal forma que eles se conformem aos interesses dominantes, sem questioná-los, compreende-se que ela é exercida de maneira que os agentes se submetam voluntariamente às normas e hierarquias sociais, internalizando-as como se fossem naturais e legítimas.

Assim, a violência simbólica ocorre quando os dominados, conscientes ou não, aceitam as limitações impostas e as estruturas de poder que as sustentam, participando ativamente do jogo social. Essa aceitação é uma forma de consentimento, mas é resultado da internalização das estruturas sociais e da percepção de sua inevitabilidade.

É importante ressaltar que esses mecanismos de violência simbólica não são meramente individuais, mas estão enraizados nas estruturas sociais e institucionais que permeiam o processo de regularização. Percebo que a burocracia estabelecida, com suas normas e procedimentos complexos, contribui para a perpetuação dessa violência simbólica, pois sua rigidez e opacidade dificultam o acesso aos direitos e reforçam as desigualdades sociais.

Belchior observou atentamente o processo de invisibilização social que ocorre em relação aos moradores do bairro. Segundo ele, essa invisibilidade não se manifesta apenas pela falta de reconhecimento da prefeitura em relação à posse de suas propriedades, mas surge de forma evidente quando os moradores desejam reivindicar seus direitos e interesses pessoais. Ele ressaltou que a prefeitura está ativa e empenhada em cobrar regularmente o IPTU dos moradores, aplicando juros em caso de atraso. Para isso, a prefeitura possui um conhecimento detalhado sobre os endereços dos contribuintes, incluindo informações precisas sobre o tamanho e valor das propriedades, a fim de efetuar a cobrança dos impostos devidos.

No entanto, quando os moradores buscam obter o registro imobiliário de suas propriedades, Belchior destacou que a prefeitura adota uma postura contraditória. Alega-se que os terrenos na região são indivisos e ilegais, dificultando assim o processo de regularização. Essa atitude da prefeitura de negar o reconhecimento da propriedade contrasta com a sua prontidão em cobrar impostos. Essa discrepância gera questionamentos por parte de Belchior, que resalta a falta de empenho da prefeitura em garantir os direitos dos proprietários e viabilizar o processo de regularização.

Belchior também enfatizou que os serviços públicos, como energia, água e limpeza, não são concedidos gratuitamente aos moradores. Pelo contrário, esses serviços são pagos pelos

moradores, que arcam com os custos correspondentes. Nesse sentido, Belchior ressalta que a prefeitura cobra pelos serviços que presta à comunidade, porém, não se dedica igualmente a assegurar os direitos dos proprietários e apoiá-los no processo de regularização de suas propriedades.

Diante de tais constatações, Belchior concluiu que essa é a prefeitura que ele conhece, uma administração que demonstra uma falta de apoio e um direcionamento excessivo para a cobrança de impostos, em detrimento dos direitos e interesses dos cidadãos. Essa percepção reforça a necessidade de uma maior conscientização e ação por parte dos moradores em busca de uma solução para essa situação desfavorável.

A busca pela regulamentação das propriedades no bairro assume um significado profundo para os moradores, pois representa uma maneira de escapar da violência simbólica e reafirmar seu direito de posse sobre seus bens. Belchior destacou que, ao adquirir sua propriedade, escolheu um bairro já estabelecido, situado em uma região estratégica próxima ao centro da cidade, com uma infraestrutura completa. Esse bairro abrangia uma variedade de serviços essenciais, como comércio local, posto de saúde, escola municipal, praças bem próximas e ruas devidamente pavimentadas. Todos os moradores, incluindo Belchior, cumprem suas obrigações tributárias, como o pagamento do IPTU, bem como as despesas básicas de água, luz e telefone. Esses fatos evidenciam a regularidade e legalidade das moradias existentes na região.

Na prática, o sistema burocrático atua como uma entidade autônoma, desprovida de um propósito definido, cujo principal objetivo parece ser a manutenção de seu próprio funcionamento orgânico e a reprodução das relações sociais já estabelecidas. Esses processos levam a um tratamento dos cidadãos como meros elementos que contribuem para a manutenção da estrutura social, em vez de serem reconhecidos como seres humanos dotados de múltiplas dimensões: social, moral, emocional, cultural, entre outras. Nessas circunstâncias, os cidadãos são despojados de suas características humanas e tratados como objetos a serem manipulados pelo Estado, a fim de assegurar o funcionamento da máquina burocrática, em vez de o Estado se adequar à verdadeira justificativa para sua existência: auxiliar na resolução dos problemas sociais.

Essa abordagem desumanizada contribui para a perpetuação das disparidades e das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos no processo de regularização de suas propriedades. É fundamental reconhecer que cada indivíduo possui uma história, necessidades e aspirações

únicas, e que o Estado deve ser um facilitador na busca por soluções que atendam às demandas e aos direitos desses cidadãos. A burocracia deve ser reformulada de modo a promover uma abordagem mais humanizada, eficiente e orientada para resultados, em que os procedimentos administrativos sejam simplificados e os serviços públicos sejam prestados de forma ágil e acessível, verdadeiramente cumprindo sua função de promover o bem-estar social. Somente assim poderemos superar a desconexão entre o Estado real e as expectativas dos cidadãos, garantindo uma administração pública mais efetiva e justa.

Um exemplo disso é evidenciado no relato de Débora, onde ela menciona que a primeira demora no processo de regularização do imóvel de Seu Belchior ocorreu no momento de abrir o número de processo. A cada protocolo realizado, eram solicitados documentos adicionais ou alegavam-se problemas com a documentação existente, prolongando assim o processo e dificultando sua conclusão. Essas exigências e obstáculos criados pela burocracia representam uma forma de violência simbólica, pois impõem dificuldades e limitações aos indivíduos que buscam a regularização de seus imóveis.

Além disso, o relato também aponta para a atuação de atores institucionais que detêm o poder de impor interpretações particulares das leis e regulamentos, como a gerência da GEPSO (Gerência de Parcelamento do Solo), que tinha um entendimento inadequado da legislação vigente. Essa interpretação equivocada gerava incertezas e impedia o progresso do processo de regularização de Seu Belchior. Nesse sentido, a violência simbólica é exercida por meio do controle sobre as interpretações das normas, limitando o acesso aos direitos e à justiça.

Essa experiência evidenciou as falhas e os entraves presentes no sistema burocrático, colocando em xeque a eficiência e a capacidade das instituições públicas em lidar com as demandas dos cidadãos. Erros como esse, que poderiam ter sido evitados com um maior cuidado e conhecimento dos procedimentos legais, impactam negativamente a vida das pessoas e prejudicam a busca pela regularização e segurança jurídica.

A história compartilhada por Belchior é um exemplo vivo dos desafios enfrentados não apenas por ele, mas por muitos outros moradores do bairro, que se veem em uma constante batalha pela obtenção da documentação adequada para suas propriedades. Essa luta vai além das questões burocráticas e legais, pois envolve a reivindicação de direitos e a busca por reconhecimento e segurança em relação ao lugar que chamam de lar.

Não consta dentre os objetivos desta dissertação investigar as razões pelas quais o poder público atua dessa forma. Limita-se apenas a identificar a existência das relações de dominação

estabelecidas e a compreender as suas consequências. Portanto, parto da compreensão de que o micropoder estabelece relações em que a não adequação aos padrões de legalidade estabelecidos conforme a burocracia vigente leva a uma desvalorização social que permite a invisibilização dos sujeitos não ajustados às normas legais. Como citado anteriormente em outro capítulo, os moradores do bairro Betânia são tratados como não-sujeitos pela ordem legal, só podendo reafirmar-se como cidadãos, também, a partir do ato de legalização das relações de propriedade.

No ponto de vista legal e nas esferas mais altas da administração pública existem meios que visam visibilizar estes indivíduos. O que ocorre, no entanto, é uma diluição destas políticas quando elas são transferidas para a burocracia de rua:

“É, porque existem programas. Existe um programa social da prefeitura onde a prefeitura faz um cadastro da população de mais baixa renda e quando ela verifica que realmente é ocupado por essa população, aí ela mesmo pega para regularizar este loteamento. Agora, quando você não se enquadra nesses requisitos, aí é o próprio possuidor quem tem que pegar para resolver o seu problema do seu imóvel, a conta gotas.”

Entrevista concedida por Débora. Entrevista I. Entrevistadora: Horrana Grieg e Souza Oliveira. Belo Horizonte, 2022. arquivo.mp3

A situação relatada por Belchior revela um padrão preocupante no funcionamento burocrático, onde os moradores afetados pela falta de regularização enfrentam uma invisibilidade sistemática. O caso de Belchior só veio à tona devido à sua incansável insistência junto à prefeitura. Ao percorrer os diversos setores e endereços do órgão, localizado na Afonso Pena, próximo à Praça Sete, e outros locais que ele não consegue recordar com precisão, Belchior se viu imerso em um processo burocrático que envolvia o constante repasse de seu caso entre diferentes departamentos, resultando em meses de análises em cada um deles.

Assim, a violência política é efeito de uma estrutura projetada para mergulhar a vítima em um labirinto de frustração, levando-a a abandonar sua reivindicação ou objetivo. Ao tentar continuamente enfraquecer a capacidade de protesto das pessoas envolvidas no processo, ela enfraquece e desarma, tornando-as mais vulneráveis ou dependentes dos outros:

“No es propiamente una agresión, al menos en su sentido etimológico, toda vez que no es ella la que se dirige al encuentro del otro. Más bien se descubre como el efecto o la consecuencia que tiene su origen en una estructura diseñada con el propósito de enredar a la víctima en un laberinto de contrariedades que le hagan desistir de sus reclamaciones o metas; como el resultado de un cúmulo de tentativas de desarticular la capacidad de protesta del otro y, así pues, debilitarlo, desmovilizarlo o desarmarlo, hacerlo más vulnerable o dependiente. La meta reside en impacientar o arredrar al damnificado, de ahogarlo en sus tupidas redes para desdibujar la confrontación y hacerle perder su ímpetu, las ganas o la esperanza. Y su símbolo par excellence es la

espera, una espera continua y angustiante, con frecuencia no exenta de conflictos y amenazas, en la que se desgasta y finalmente desvanece el impulso inicial que animaba a la queja o la búsqueda de justicia". (STRAEHLE, 2014, p. 439)

Após superar inúmeras adversidades, Belchior conseguiu obter a tão almejada certidão de origem e reunir todos os documentos necessários, incluindo a escritura de compra e venda. Esse marco foi fundamental para dar continuidade ao trâmite junto ao registro imobiliário, permitindo finalmente a regularização do imóvel em seu nome e também no nome de seu cunhado. A perseverança e determinação de Belchior, aliadas à competência e apoio de profissionais como Débora, foram essenciais para alcançar esse desfecho positivo, mesmo diante de um processo burocrático repleto de desafios e obstáculos.

A implementação da ordem burocrática possui uma natureza complexa e política. Devido a estes fatos, somados às constantes metamorfoses pelas quais passam os processos burocráticos no ato de sua implementação, os efeitos desta possuem um grau de incerteza que permite consequências e efeitos não planejados.

Esta pesquisa nos permitiu analisar o papel dos burocratas de rua na implementação da ordem burocrática, destacando a importância de uma análise mais aprofundada que leve em conta as complexas interações entre os atores envolvidos no processo de implementação da legislação. Ao reconhecer que as ações dos burocratas de rua são influenciadas por suas questões pessoais e pela reação do público, torna-se evidente que suas decisões vão além da mera aplicação das normas.

O caso de Seu Belchior, que serviu como ponto de partida para esta pesquisa, não pode ser compreendido como uma situação isolada. Ele representa uma prática recorrente na região do bairro Betânia e em outras partes do país. Portanto, ao estudarmos o caso real de Belchior, abrimos caminho para a discussão de problemas mais amplos e estruturais.

Concluo, assim, que a burocracia de rua, ao lidar com a regularização de propriedades, muitas vezes reproduz desigualdades e perpetua a violência simbólica vivenciada pelos cidadãos. As práticas burocráticas complexas, a falta de transparência e a falta de sensibilidade às necessidades individuais contribuem para a manutenção de um sistema que prioriza a manutenção de sua própria estrutura, em detrimento da resolução efetiva dos problemas sociais.

Assim, é fundamental que sejam realizados esforços para promover uma análise crítica e uma reforma das práticas burocráticas, a fim de garantir a justiça social e o pleno exercício dos direitos dos cidadãos. Isso requer uma abordagem que vá além das questões técnicas e jurídicas, levando em consideração os aspectos simbólicos, sociais e estruturais que estão

presentes nesse contexto. Somente por meio de uma compreensão mais abrangente e da busca por transformações estruturais é possível superar os desafios enfrentados pelos cidadãos no processo de regularização de suas propriedades e alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

3. Conclusão

Dessa forma, recapitulando o que foi discutido, destaco a respeito da burocracia que impõe várias exigências aos indivíduos que buscam regularizar suas propriedades. Busquei conectar essa burocratização com um enfoque na questão da violência simbólica.

Seu Belchior se deparou com a necessidade de protocolar documentos em diferentes órgãos, seguir trâmites específicos, cumprir prazos, enfrentar a demora e a excessiva burocracia no processamento dos documentos, além de lidar com a interpretação subjetiva das leis por parte dos funcionários responsáveis pela análise dos casos.

A estrutura social da burocracia se fundamenta na ideia de uma divisão do trabalho e na padronização dos procedimentos, visando à eficiência e ao controle. No entanto, essa estrutura também pode ser permeada por relações de poder, assimetrias e arbitrariedades, refletindo a violência simbólica e o exercício de poder por parte das autoridades burocráticas.

Essa estrutura social da burocracia impôs a Seu Belchior a necessidade de lidar com um sistema complexo e muitas vezes opaco, em que as regras e regulamentos são interpretados e aplicados de maneira subjetiva, afetando sua vida de forma significativa. Ele se viu sujeito a uma série de exigências, solicitações de documentos adicionais, delongas e entraves, que dificultaram o progresso de seu processo de regularização e levaram-no a impasses e frustrações.

A violência simbólica Bourdieu (2011), como discutido anteriormente, refere-se ao processo em que os sistemas de dominação e hierarquia são internalizados pelas pessoas, levando-as a aceitar e reproduzir as desigualdades sociais como algo natural. No caso de Seu Belchior, a violência simbólica está presente na forma como ele é tratado e nas barreiras que encontra para regularizar sua propriedade e na falta de reconhecimento de sua condição como possuidor legítimo do imóvel. Além disso, a orientação equivocada da prefeitura, sugerindo a usucapião como solução, desconsidera sua escritura de compra e venda, negando a legitimidade de seus direitos e gerando um sentimento de injustiça e impotência.

Ela é atravessada por relações de poder e hierarquia, em que os funcionários responsáveis pela análise dos casos possuem certa margem de interpretação e discricionariedade. Isso pode resultar em decisões arbitrárias e na imposição de exigências além das previstas na legislação, como ocorreu no caso de Seu Belchior. A burocracia enfrentada por ele representa uma forma de poder que influencia e molda a sua experiência, tornando a regularização do imóvel um processo desafiador e repleto de obstáculos.

Por fim, indica-se para futuros trabalhos realizar estudos das condições sociais e históricas que caracterizaram a ausência da propriedade entre aqueles que detém apenas posse, trabalhos que possam refletir sobre aspectos sociais, econômicos, políticos e demográficos das cidades e as dinâmicas referentes a elas ao longo do tempo. Tais estudos poderão proporcionar avanços na capacidade de implementar medidas cabíveis na resolução dos problemas desse tipo.

CONCLUSÃO

As cidades são construídas não apenas pelas suas estruturas físicas, mas também pelas interações sociais e lutas da sua população. Sobre os diversos estudos sobre o ambiente urbano, sua formação e a interação com o sujeito, podemos destacar diversas concepções e observações. Henri Lefebvre (2016) vê as cidades como espaços de contradições políticas e sociais no contexto capitalista. Le Vem (1977) e Agier (2015) destacam a dominação e as dinâmicas sociais nas cidades. Oliveira e Pacheco Junior (2021) acrescentam a dimensão sagrada da formação urbana. Tentando compreender mais a formação da cidade, este trabalho se debruça no estudo de caso do bairro Betânia, localizado na capital mineira.

O primeiro contato com a localidade veio através do trabalho de advogada em um processo de regularização fundiária. Outros desdobramentos surgiram no decorrer da pesquisa e convivência com a população do bairro, localizado na região oeste de Belo Horizonte, com uma população de 12.023 habitantes e um IDH de 0.77. Diversas questões emergiram, revelando um ambiente fértil para pesquisa e estudo da vida de seus residentes. O estudo, realizado entre 2021 e 2023, envolveu intensa interação com a comunidade, incluindo participação em atividades religiosas e sociais, como almoços comunitários, reuniões dos Vicentinos, rezas do terço e missas comemorativas. Além das entrevistas realizadas pelo autor, foram incluídas entrevistas conduzidas por Viviane Rodrigues entre 2017 e 2018, cedidas para este estudo. Essas interações e entrevistas fornecem uma base empírica rica para analisar a influência da Igreja Católica e as dinâmicas sociais e urbanas do bairro.

A construção de Belo Horizonte como a capital de Minas Gerais gerou mudanças no modo de vida daqueles que migraram para a cidade. O planejamento inicial resultou em um espaço de exclusão social, fazendo com que o crescimento urbano ocorresse da periferia para o centro, de forma desordenada. A resistência a essas mudanças, embora significativa, não impediu a expansão desordenada fora da Avenida do Contorno. A população de Belo Horizonte cresceu lentamente até a década de 1920, devido à destinação inicial da cidade para abrigar principalmente funcionários do Estado e famílias ligadas ao esquema político vigente. Até 1920, a maioria da população ainda vivia nas zonas suburbanas e rurais, refletindo a desigualdade na distribuição da infraestrutura urbana.

Posterior a esse processo, a Várzea do Felicíssimo, futuramente conhecida como bairro Betânia, foi formada na década de 1960. O bairro foi constituído por migrantes internos do

Brasil e imigrantes estrangeiros, incluindo japoneses, alemães, italianos e turcos, todos buscando melhores oportunidades. A chegada de novos moradores provocou mudanças na estrutura social do bairro, que evoluiu de um espaço dominado por chácaras e fazendas para uma área com conjuntos habitacionais verticais, atendendo à população de baixa e média renda. O processo de urbanização se intensificou nas décadas de 1970 e 1980. Terras foram divididas, e a área rural deu lugar a bairros com infraestrutura básica, como pavimentação de ruas e serviços públicos. A urbanização trouxe melhorias significativas na qualidade de vida, incluindo a construção de escolas e a criação de pequenos comércios.

Na década de 2000, o bairro passou por um processo de modernização e gentrificação, transformando-se para acomodar uma população crescente. O acelerado ritmo do bairro, impulsionado pela abertura de avenidas que facilitaram o acesso e estimularam o crescimento e a verticalização, gerou desenvolvimento com a participação ativa dos moradores, tendo a Igreja como um elemento central. No Betânia, a presença do sagrado é visível nas festas religiosas, nas rezas do terço, nos esforços para construir a igreja e até na escolha do nome do bairro, baseado na história bíblica de Betânia como "o lugar onde Jesus Cristo descansou". A construção da primeira estrutura religiosa ocorreu em 1932, financiada e construída pela comunidade local, evidenciando um esforço colaborativo dos moradores.

A igreja tornou-se um centro pastoral ativo, com o apoio de ordens religiosas como os maristas. A influência da igreja diminuiu temporariamente após a saída do Pe. Luiz Carlos, mas desde então, várias pastorais e movimentos sociais continuam a sustentar a presença ativa da Igreja Católica no Betânia. Além da igreja paroquial, a Comunidade Italiana Missionária de Villaregia estabeleceu-se no bairro em 1985, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social através de iniciativas como o Centro de Acolhida, que fornece suporte educacional e social para crianças e adolescentes necessitados. O papel da Igreja Católica foi central na coesão social e na formação de redes comunitárias entre os moradores, em um contexto de migração interna e movimentos de êxodo rural no Brasil, especialmente na década de 1970.

No processo de construção e ocupação do espaço, a "ocupação" se destaca como uma das melhores maneiras para os mais pobres reivindicarem seu direito à cidade e afirmarem sua existência. A ocupação urbana é um ato político que busca garantir direitos humanos e o direito à cidade (AGIER, 2015, p. 492). Esse movimento de "fazer cidade" promove transformações

significativas, como a criação de mecanismos duráveis que tornam as ocupações mais habitáveis.

Dois marcos importantes na construção do bairro Betânia, percorridos nesta dissertação, foram a luta das mulheres pela remoção do lixão, onde hoje estão a Escola Mestre Ataíde e o Parque Jacques Cousteau, e o Caso Aprígio. Nessa primeira, o terreno foi vendido à prefeitura em 1950 e o lixão gerou empregos e melhorou o acesso à água. No entanto, com o crescimento da cidade, o lixão tornou-se insalubre. Onilda, moradora desde 1969, observou a piora na década de 1970 com o aumento de resíduos. A comunidade, liderada principalmente por mulheres e crianças, organizou protestos para impedir a entrada de caminhões de lixo, atraindo a atenção da imprensa. A resistência, que durou mais de uma semana, interrompeu o despejo de lixo, embora os problemas com mosquitos e insalubridade tenham persistido por algum tempo.

Aprígio morreu em 28 de maio de 1988, atropelado enquanto protegia um grupo de meninas, e a resposta negligente do Hospital Santa Rita, em transição para um modelo particular, causou indignação. Sua morte, decorrente de um aneurisma cerebral, provocou grande comoção pública, levando o padre Henrique a incentivar a comunidade a agir. Isso resultou na formação de um grupo de jovens da igreja que organizou uma caminhada de protesto por melhorias nas condições de trânsito. A mobilização, apesar da resistência policial, e a articulação com autoridades locais levaram à instalação de quebra-molas e melhor sinalização nas vias do bairro, prevenindo futuros acidentes. A persistência da comunidade criou um legado de participação cívica, culminando na formação do grupo "Consciência e Participação", posteriormente "Fé e Política", e as conquistas foram celebradas em um encontro público de agradecimento e louvor.

A regularização fundiária envolve aspectos técnicos, jurídicos e ambientais, focando no parcelamento de solo, titulação registral e questões ambientais. No caso de Seu Belchior, a regularização era apenas para parcelamento de solo, conduzida administrativamente por arquitetos ou engenheiros. A pesquisa revelou que a burocracia de rua na regularização de propriedades reproduz desigualdades e perpetua violência simbólica, com práticas burocráticas complexas e pouca transparência. Para garantir justiça social, é crucial reformar essas práticas,

considerando os aspectos simbólicos, sociais e estruturais no contexto da regularização fundiária.

REFERÊNCIA

- 20 anos do Bolsa Família e a redução da desigualdade social. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202310/20-anos-de-bolsa-familia-como-o-programa-resgata-a-dignidade-dos-brasileiros-e-reduz-desigualdades-sociais> . Acesso em: 8 de março de 2024.
- Ação Social. Comunidade Missionária de Villaregia. Disponível em: <https://br.villaregia.org/belo-horizonte-brasil/acao-social/>. Acesso 09/12/2023
- AGIER, M.. DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, A MARGEM E O CENTRO. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483–498, dez. 2015.
- AMARAL, Deivison. Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho: Belo Horizonte, 1909-1921. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 28, p. 65-85, 2015.
- AZEVEDO, D.. (2004). A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, 18(52), 109–120. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300009>
- BAUMAN, Zygmunt, 1925, *Confiança e medo na cidade*; tradução Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BELO HORIZONTE (MG), LEI Nº 166 DE 3 DE ABRIL DE 1919. Dispõe sobre
- BORSAGLI, Alessandro; CASTRO, José Flávio Morais. Sítio e Posição Geográfica do Arraial de Belo Horizonte–MG: Uma análise geográfica-histórica. *Revista de Geografia*, v. 36, n. 2, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. "O campo político." *Revista brasileira de Ciência política* (2011): 193-216.
- BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 98–104, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- BRASIL. Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891.
- BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Código Civil.
- CARRANZA-ALVAREZ, César; TERNERA-BARRIOS, Francisco. Posesión y propiedad inmueble: historia de dos conceptos colindantes. *Estud. Socio-Juríd*, Bogotá , v. 12, n. 2, p. 87-108, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-05792010000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Mar. 2024.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e República que não foi*. Editora Companhia das Letras, 3ª edição, 13ª reimpressão, São Paulo, 2004
- CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Um olhar para as cidades: Richard Morse e a história urbana no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 112, p. 143–156, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i112p143-156. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/129757>.. Acesso em: 15 abr. 2024.
- Código de Direito canônico. Disponível em: <https://www.clerus.org/bibliaclerusonline/pt/fsq.htm>
- Constituições Brasileira. Agência Senado. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoesbrasileiras#:~:text=1%C2%AA%20%2D%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201824%20\(Brasil,a%20primeira%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil](https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoesbrasileiras#:~:text=1%C2%AA%20%2D%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201824%20(Brasil,a%20primeira%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil). Acesso: 28 de novembro de 2023.

Construção de cocheiras, cavalariças e estábulos. Belo Horizonte, MG: Leis Municipais 1919 Betânia: um dos bairros mais famosos da região oeste de BH. daquiBH. Disponível em: <https://www.daquibh.com.br/betania-um-dos-bairros-mais-famosos-da-regiao-oestede-bh/>. Acesso: 07 de dezembro de 2023

Crozier, M. "Il fenomeno burocratico (1963)." *Amorrortu, Argentina* (1973).

CUNHA, G. A. C. DÉFICIT HABITACIONAL: O TAMANHO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL. Boletim Economia Empírica, [S. l.], v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4014>. Acesso: 1 de março de 2024.

Cunha, O. M. G. da .. (2004). Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, 10(2), 287–322. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200003>

DAUD, Samira dos Santos. O direito à moradia adequada através dos instrumentos urbanísticos de regularização fundiária, a partir da Lei nº 11.977/2009. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DINIZ, L. S., SILVA, C. P. B. Reestruturação estratégica e gentrificação em Belo Horizonte: novo cenário, velhas medidas. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, nº 11, e20180052, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO05>

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, 4º Vol.: Direito das Coisas. 18º Ed. Aum. E atual. De acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002) São Paulo: Saraiva, 2002.

DO ROSÁRIO, Maria José Aviz, and Clarice Nascimento de Melo. "A educação jesuítica no Brasil colônia." *Revista HISTEDBR On-line* 15.61 (2015): 379-389.

DOS SANTOS, Fagner Pereira. "Um sonho de liberdade: a igreja negra na luta pelos direitos civis nos estados unidos." Universidade Metodista. São Paulo. 2016

FARIA, J. H. de ., & MENEGHETTI, F. K.. (2011). Burocracia como organização, poder e controle. *Revista De Administração De Empresas*, 51(5), 424–439. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902011000500002>

FARINHA, A. C. A MULHER NA ÉTICA RELIGIOSA. *Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, Goiânia, Brasil, v. 7, n. 2, p. 335–350, 2010. DOI: 10.18224/cam.v7i2.1223. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/1223>. Acesso: 15 de abril de 2024.

FERNANDES, P. C. A.. A fundação de Belo Horizonte: ordem, progresso e higiene, mas não para todos. *Cadernos MetrÓpole*, v. 23, n. 52, p. 1061–1084, set. 2021.

FERREIRA, Frederico. Irregularidade da posse da terra urbana, invasão de domicílios e espaço metropolitano. *EURE (Santiago)*, Santiago , v. 45, n. 136, p. 93-111, sept. 2019 .

Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612019000300093&lng=es&nrm=iso>. acessado em 06 marzo 2024.

<http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612019000300093>.

GANS, Herbert J. *The Death and Life of Great American Cities*, by Jane Jacobs (Book Review). *Commentary*, v. 33, n. 2, p. 170, 1962.

GANS, Herbert J. *The Death and Life of Great American Cities*, by Jane Jacobs (Book Review). *Commentary*, v. 33, n. 2, p. 170, 1962.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Sociología*. Penso Editora, 2011.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 237-265.

Há 131 anos, senadores aprovavam o fim da escravidão no Brasil. Agência Senado, 2019.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/13/ha-131-anossenadores-aprovavam-o-fim-da-escravidao->

- Mapa das Desigualdades em Belo Horizonte (2021). Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/17NdoU8nrCh-RA1FgjcZbYGB6zoSvhpW9> . Acesso: 26 de fevereiro de 2024.
- MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. DE R.. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL. Mercator (Fortaleza), v. 16, p. e16015, 2017.
- MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. Nascer de novo na cidade-jardim da República: Belo Horizonte como lugar de cultivo de corpos (1891-1930). *Pro-Posições*, v. 22, p. 67-80, 2011.
- MORSE, Richard. O espelho de Próspero. São Paulo: companhia das letras, 2002
- MOTTA, F. C. P.. (1990). O que faz o Brasil, Brasil?. *Revista De Administração De Empresas*, 30(2), 91–93. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901990000200009>
- OLIVEIRA, J. P. de .. (1998). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4(1), 47–77. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>
- OLIVEIRA, Jefferson Rodrigues de; PACHECO JUNIOR, Nelson Cortes. O sagrado e a cidade: olhares simbólicos religiosos. *Cerrados*, v. 19, n. 1, p. 383-399, 2021.
- PARK, Robert. (1967), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, in G. Velho, *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar
- PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova capital mineira. *Temporalidades*, v. 1, n. 2, p. 37-52, 2009
- PASTORE, J., & SILVA, N. V. (2000). Análise dos processos de mobilidade social no Brasil no último século. Anais do XXV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- PEREZ, Léa Freitas. Festa, religião e cidade. *Corpo e Alma do Brasil*. Porto Alegre: Medianiz, 2011, 211p.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco. Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. 2008.
- RIBEIRO, Raphael Rajão, coordenador. *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Região Oeste*. Arquivo Público da Cidade, Belo Horizonte, 2011
- ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. e NAKANO, K. (s.d). Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. Disponível em: http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/solo_urbano_e_habitacao_de_interesse_social.pdf.
- ROSADO-NUNES, M. J.. (2008). Direitos, cidadania das mulheres e religião. *Tempo Social*, 20(2), 67–81. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000200004>
- SANTOS, L. E. N.. Verticalização urbana e segregação socioespacial: Crise da cidade quadricentenária. Ipea - II Conferencia do Desenvolvimento, Brasília, 2011.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. Coleção Milton Santos 3. Sao Paulo: Editora da Univ. de Sao Paulo, 2003.
- SILVA, A. A. da (1991). *Reforma urbana e o direito à cidade*. São Paulo, Pólis.
- SILVA, C. E. M. (2008). Dinâmica dos projetos de Assentamento de Reforma Agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Programa de pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SILVA, C. N. da ., & Lanza, F.. (2010). Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais?. *História (são Paulo)*, 29(1), 40–55. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000100004>

- SIMMEL, G.. (2005). As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, 11(2), 577–591. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>. Vol. 49, No. 3, THE MANCHESTER SCHOOL: PRACTICE AND ETHNOGRAPHIC PRAXIS IN ANTHROPOLOGY (Winter 2005), pp. 61-84 (24 pages)
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, v. 11, p. 577-591, 2005.
- Site TOMBO.pt. Disponível em: <https://tombo.pt/conteudo/livros-paroquiais-e-registo-civil>
- SOUZA, Marcelo José Lopes. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Bertrand Brasil, 2006. ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders, RJ: Jorge Zahar Editor, 2000.
- Straehle, Edgar. “Sobre a violência burocrática: observações sobre uma das faces da violência contemporânea.” *Anuário do Conflito Social. Barcelona* 4 (2014): 427-456.
- TOMBO, Livro. Paróquia São Sebastião. 1985 - 2023.
- TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. Comunidade e sociedade. São Paulo: Nacional, v. 1, p. 96-116, 1973.
- TONUCCI, J.. Entre o privado, o público e o comum: repensando os direitos de propriedade da terra. *Revista Direito e Práxis*, v. 13, n. 4, p. 2310–2339, out. 2022.
- Unidades de planejamento de Belo Horizonte. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/29_aguas/mapas.php
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia* 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.
- WEBER, Max, La Ville, Paris, Aubier, 1986
- WERNER, R. C. D.. (2005). Cidadania no Brasil: o longo caminho. *Revista De Administração Contemporânea*, 9(1), 246–246. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000100015>
- ZÜRCHER, Patricia F. F. A cidadania possível: ocupação e (in)ação na orla da Lagoa de Piratininga em Niterói, RJ, 2018.